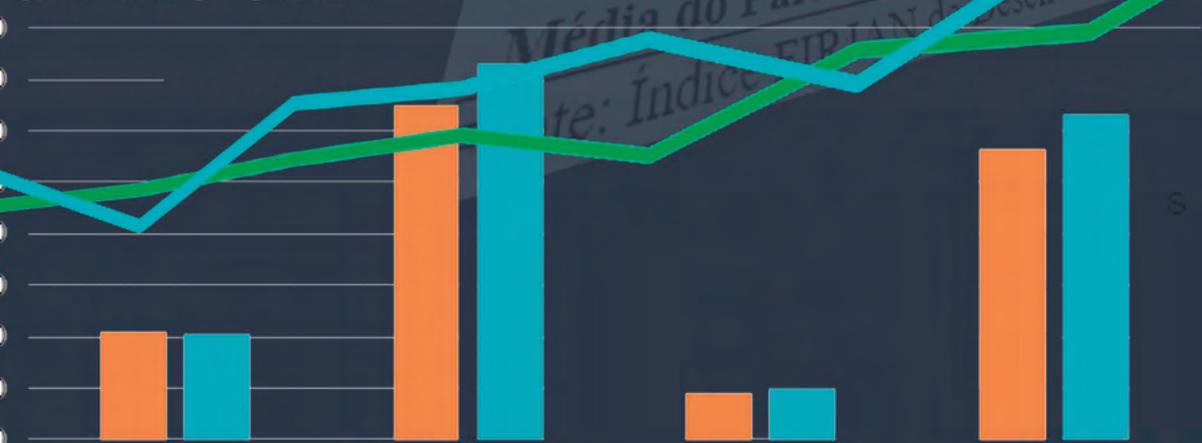


ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PR



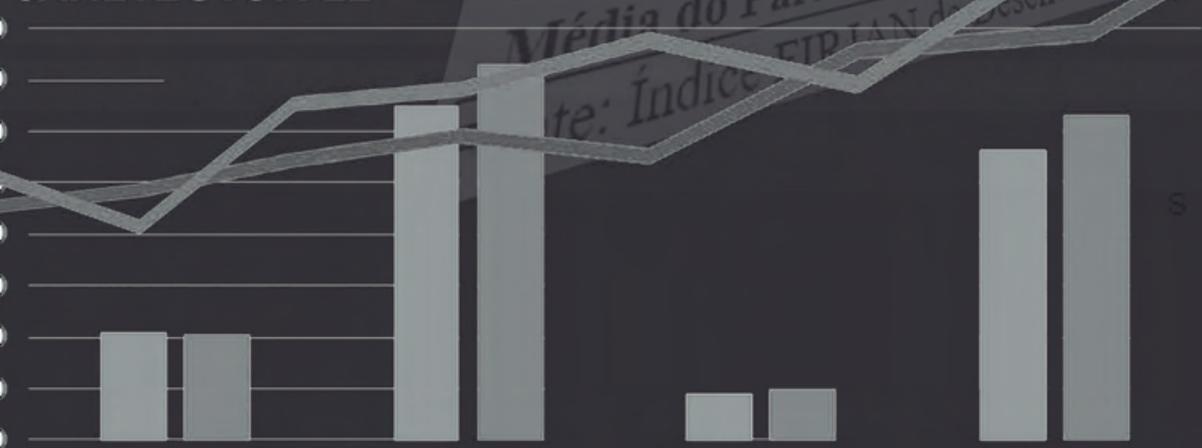
PAULO HENRIQUE CAMELO SILOS
JANETE STOFFEL



ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PR



PAULO HENRIQUE CAMELO SILOS
JANETE STOFFEL



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Sistema de Informações Territoriais

<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4113304>

Edição de arte

Alcione Rafael Pavan

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Estudo sobre as condições socioeconômicas do território Cantuquirigaçu/PR

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Paulo Henrique Camelo Silos
Janete Stoffel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S585 Silos, Paulo Henrique Camelo
Estudo sobre as condições socioeconômicas do território
Cantuquirigaçu/PR / Paulo Henrique Camelo Silos,
Janete Stoffel. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-732-8
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.328210712>

1. Desenvolvimento econômico - Paraná. 2.
Planejamento. 3. Diagnóstico. 4. Economia regional. I. Silos,
Paulo Henrique Camelo. II. Stoffel, Janete. III. Título.
CDD 338.98162

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



AGRADECIMENTOS

Dedico meus agradecimentos a todos que me acompanharam na jornada para conseguir minha tão sonhada graduação.

Agradeço a Deus por ter me guiado até aqui e servido de suporte e inspiração nos dias difíceis que me levaram até a conclusão do curso de Ciências Econômicas.

Gostaria de agradecer aos meus pais José Paulo de Silos e Aparecida Lino Camelo de Silos por terem me criado e ajudado neste processo de formação, estando sempre presentes ao longo das várias etapas de minha vida.

Agradeço a minha orientadora Janete Stoffel por me conduzir durante a construção de trabalho de conclusão de curso e aceitar me guiar durante todo este desafio que é elaborar uma pesquisa em tempos difíceis de pandemia.

Sou grato a todos os meus professores que me acompanharam na formação do curso de Economia realizado na Universidade Federal de Fronteira Sul, obrigado pelo ótimo ensino e paciência ao longo destes anos. Em especial ao professor Luiz Claudio Kravajeski e Paulo Alexandre Nunes por ter participado na banca de defesa da monografia e contribuído na construção deste trabalho e à professora Ceyça Lia Palerosi Borges por ter me ajuda na construção da minha primeira pesquisa e incentivado a permanecer no curso.

Expresso minha gratidão aos meus amigos André, Matheus, Micaeli e Vinicius que me ajudaram ao longo do curso e estiveram me aconselhando durante este momento. Muito obrigado a todos que estiveram ao meu lado neste momento e à Universidade da Fronteira Sul que me acolheu nestes anos. Desejo a todos sucesso e felicidade em sua vida.

Agra

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	1
RESUMO	2
INTRODUÇÃO	3
OBJETIVOS	5
JUSTIFICATIVA.....	6
ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	8
PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS	19
EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE PLANEJAMENTO	24
DIAGNÓSTICOS SOCIOECONÔMICOS	29
METODOLOGIA	32
DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	32
UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	34
PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	35
LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	38
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU	39
ASPECTOS EDUCACIONAIS	43
ASPECTOS RELACIONADOS À SAÚDE	51
ASPECTOS SOBRE GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO	56
ASPECTOS RURAIS E AGROPECUÁRIOS	62
ASPECTOS DA GESTÃO PÚBLICA	71
LIMITES E POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
SOBRE OS AUTORES	86

LISTA DE SIGLAS

BACEN -	Banco Central do Brasil
CONDETEC -	Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
DATASUS -	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFGF -	Índice Firjan Gestão Fiscal
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES –	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PIB –	Produto Interno Bruto
PNDR -	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PSI -	Processo de Substituição de Importações
UFFS –	Universidade de Federal da Fronteira Sul

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo elaborar um diagnóstico socioeconômico para identificar e analisar as condições socioeconômicas do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Para alcançar este fim, foram abordados aspectos teóricos sobre o desenvolvimento econômico e social, planejamento regional e os diagnósticos. Quanto à metodologia empregada, a pesquisa é predominantemente qualitativa e de natureza aplicada, pois se buscam resultados que vem a ser úteis tanto para o meio acadêmico quanto para a sociedade civil. O espaço estudado consiste na região formada pelos municípios integrantes do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, localizado no Paraná, Brasil. Para a obtenção dos dados foram consultados documentos estatísticos para subsidiar as informações da investigação, além de publicações bibliográficas sobre o tema. Ainda foi realizada análise através da estatística descritiva conforme os dados disponíveis, destacando informações para os anos de 2017 e 2019, observando a evolução dos índices e comparando os indicadores do Território com os estaduais, apontando os municípios com melhor e pior desempenho. A partir das informações obtidas foram indicadas limitações e potenciais nas dimensões sociais e econômicas para a região. Como limites observa-se que os aspectos relacionados à educação e saúde apresentam nível abaixo da média estadual. Os aspectos de geração de riqueza e produção demonstram que a renda per capita é menor que a do estado do Paraná, e que há níveis altos de concentração. A produção industrial não é diversificada, se concentrando em três atividades: a madeira, alimentos e têxtil. No meio rural observa-se uma diversidade em relação aos atores que vivem no campo, mas com tendência de especialização nas atividades agrícolas. Por fim, na gestão pública apresenta resultados que apontam para déficit nas contas públicas municipais. Assim, os limites existentes ao serem conhecidos demandam planejamento para que sejam contornados e que soluções sejam construídas para o bem-estar da população da região.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Planejamento. Diagnóstico. Economia Regional.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é algo que pode ser almejado por uma nação que procura estabelecer melhores níveis de bem-estar para sua população, mas alcançar esse objetivo exige um trabalho árduo, necessitando de informações e reflexões sobre como chegar nesta situação. A pergunta de como alcançar condições de países como os Estados Unidos, Japão, Alemanha e Inglaterra, faz com que eles se tornem parâmetros para outros países, pois apresentam determinado nível de desenvolvimento, oportunizando a sua população um certo nível de bem-estar e sendo denominados como desenvolvidos.

A consequência pelo desejo por desenvolver países, desencadeou pesquisas e discussões sobre o tema na ciência e continua sendo fonte de inspirações para novos estudos. A pesquisa aqui apresentada busca contribuir nesse campo de estudo, refletindo sobre tema, em uma escala menor, procurando novas indicações e alternativas que serviam para o objetivo de alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento.

Inicialmente a Ciência Econômica considerava que o crescimento econômico era sinônimo de desenvolvimento econômico, entretanto com o decorrer do tempo as análises das escolas econômicas passaram a distinguir o desenvolvimento do crescimento (SANTOS et al., 2012). Assim, crescer para os países denota o aumento quantitativo da renda, enquanto o desenvolver considera variáveis de caráter qualitativo relacionadas ao bem-estar e condições de vida da população (SOUZA, 2012).

O conceito de desenvolvimento pode ser considerado multidimensional, pois engloba diversas disciplinas, além da Economia. Ele reúne as dimensões sociais, políticas, ambientais e econômicas (SANTOS et al., 2012). Então, disso surge um conceito de múltiplas faces que envolve o processo de desenvolvimento. Assim sendo, as várias disciplinas procuram um mesmo objetivo, o de desenvolver um determinado local, mas com metodologias e propostas distintas.

Dessa maneira, dentre os vários questionamentos presentes nesse campo de pesquisa, destacamos os estudos das condições econômicas e sociais regionais. A presente pesquisa tem um enfoque nestas duas dimensões: a social e econômica. Em especial, se faz uso de uma ferramenta chamada diagnóstico socioeconômico regional, e em torno dela é construído esse trabalho acadêmico.

As diversas localidades possuem características, recursos, ações e respostas diferentes, em contraste com ampla difusão do sistema produtivo capitalista (PIACENTI, 2016). Desta forma, notamos que existem diferenças regionais, por exemplo, a região metropolitana de São Paulo possui aspectos distintos em relação à de Curitiba, apesar de ambas serem grandes centros metropolitanos.

A fim de compreendermos como cada localidade se comporta, bem como se caracteriza, temos a possibilidade de utilizar a ferramenta do diagnóstico socioeconômico.

Esse instrumento consiste em uma captação de informações sobre a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental, tendo como finalidade caracterizar determinado município, região, estado ou nação, podendo ser trabalhadas todas as dimensões ou apenas algumas (MEREGE, 2011). Em outras palavras, ele pode ser comparado a uma foto, nessa imagem podemos observar como cada local é de fato, logicamente com limitações e escolhas feitas pelo pesquisador, presentes em todo método.

Outro objetivo relevante dos diagnósticos socioeconômicos está relacionado ao planejamento regional e municipal. Segundo Jannuzzi (2014), esse instrumento tem como objetivo fornecer informações sobre a região a fim de servir como base para a formulação de planos que deem apontamentos para o futuro e resolvam eventuais problemas descobertos pelo estudo. Dessa maneira, identificar informações que demonstram os aspectos de determinada região é de grande relevância para a elaboração de planos de desenvolvimento socioeconômico.

A nível regional cada local pode possuir um estágio de desenvolvimento diferente, assim como suas origens, história e processos de evolução são distintos (PIACENTI, 2016). À medida que adentramos nas discussões acerca do desenvolvimento regional, podemos perceber a importância dos diagnósticos socioeconômicos, que apontam semelhanças e diferenças entre as regiões de um país. Desse modo, o local de estudo desta pesquisa é o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, o qual fica situado ao Centro-Sul e Oeste da unidade federativa do Paraná, Brasil e constituiu um dos Territórios da Cidadania no período de vigência do programa¹.

Vale ressaltar que no ano de 2004 foi construído um diagnóstico socioeconômico pelo Conselho de Desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. O principal objetivo era realizar um levantamento de dados para construir um planejamento que ajudasse a região a se desenvolver, formando uma sociedade igualitária e justa (CONDETEC, 2004). Isso demonstra um esforço para caracterizar a região, identificar gargalos que pudessem ser superados e diminuir as disparidades regionais, com o intuito de reunir informações úteis para o desenvolvimento de uma região.

Outro diagnóstico sobre a região foi realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) no ano de 2007. O objetivo desse diagnóstico era cumprir as metas previstas no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável e subsidiar os planejamentos dos conselhos regionais de desenvolvimento (IPARDES, 2007). Além disso, o projeto foi construído com a finalidade de atrair recursos do Banco Mundial, para o desenvolvimento da região rural do estado do Paraná (IPARDES, 2007).

1. O programa Territórios da Cidadania foi uma ação do Governo Federal, no governo Lula, para priorizar ações de desenvolvimento de territórios com níveis de desenvolvimento baixos. Inicialmente foram beneficiados 60 territórios da cidadania em 2008 e até 2010 se previa atender 120 territórios pelo país (EMBRAPA, 2008).

Dessa maneira, a elaboração deste segundo diagnóstico sobre o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu foi dividida em duas fases. Segundo IPARDES (2007), a primeira consistia em fazer uma análise sobre o território e seus municípios com base em dados secundários, já a segunda etapa analisaria as microbacias com base no Censo Agropecuário de 2006. Por conseguinte, o diagnóstico cumpriu seu papel em auxiliar no projeto que era voltado para o desenvolvimento rural, e para os futuros planejamentos realizados por instituições da região, como prefeituras e conselhos municipais e regionais.

Logo, esses dois diagnósticos elaborados sobre a região, servem de base para a construção de um terceiro, o desta monografia, nos quais são utilizados dados atualizados e que permita dar continuidade à temática. Consequentemente enriquecemos o campo de estudos sobre desenvolvimento socioeconômico, envolvendo uma pesquisa com os vinte municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Isto posto, ao longo da construção desse trabalho é de grande interesse observar as mudanças que ocorreram nesta década e apontar o que mudou e qual é a situação atual.

Os municípios que compõem a região estudada e dos quais foram obtidas informações relevantes para o desenvolvimento regional são os seguintes: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvás, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

Assim, no contexto exposto, esta pesquisa teve como norteador o seguinte problema de pesquisa: Como se encontram as condições socioeconômicas do Território Cantuquiriguaçu no ano de 2020? Esse questionamento inicial, nos permite guiar esse trabalho de conclusão de curso e buscar conhecer a realidade socioeconômica desse território, após uma década desde a última pesquisa relacionada ao tema em questão.

OBJETIVOS

Essa seção tem como finalidade apresentar os objetivos da presente pesquisa, se dividindo nas subseções objetivo geral e objetivos específicos. De modo que ambas buscam guiar esse estudo a fim de responder a problemática inicial de como se encontra o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu em termos socioeconômicos?

Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa é elaborar um Diagnóstico Socioeconômico do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu a fim de identificar e analisar suas condições socioeconômicas atuais. Logo, para que se cumpra com o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Estabelecer relações teóricas entre Diagnósticos, Planejamento e Desenvolvi-

mento;

- b. Identificar e apresentar dados socioeconômicos sobre o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu;
- c. Analisar as condições socioeconômicas da região, apontando limites e potencialidade sob a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico.

JUSTIFICATIVA

As motivações iniciais que levaram à construção desta pesquisa se centram em alguns pontos de relevância para o pesquisador. O primeiro ponto é a oportunidade de conhecer melhor o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Outra motivação é a possibilidade de encontrar oportunidades de trabalho ou atuar realizando diagnósticos socioeconômicos que auxiliem os municípios em seu desenvolvimento social e econômico regional. Há também a oportunidade de auxiliar em parte de processo de inserção e aprofundamento das relações da Universidade Federal da Fronteira Sul no Território, gerando uma interação entre sociedade e o meio acadêmico.

Dessa maneira, a relevância prática desse trabalho está centrada nas informações e apontamentos gerados pelo estudo. A partir dos resultados, se torna possível identificar problemas, oportunidades, possibilitando o planejamento regional para resolução dessas eventuais dificuldades ou aproveitar os potenciais do território. Isso pode desencadear um processo de desenvolvimento socioeconômico, através de planos elaborados com base nesse diagnóstico.

Logo, os estudos deste campo são uma fonte importante de dados para prefeituras, organizações não governamentais, pequenos produtores, empresas, cooperativas e instituições. Elas podem utilizar essas informações para planejar e implementar ações que gerem oportunidades para desenvolver seus respectivos municípios. De modo a reduzir as desigualdades e melhorar as condições sociais e econômicas de sua população.

A elaboração de diagnósticos socioeconômicos também é uma forma de valorizar e apresentar as várias regiões para outras partes do país e do mundo. Isso resulta no destaque de cada região na construção do todo de um país. Ainda incentiva ao Estado a agir em prol do desenvolvimento regional e em contrapartida revela as deficiências de cada local, gerando possíveis apoios através de políticas públicas.

Essa pesquisa em seu caráter teórico também é uma contribuição para os estudos relacionados ao desenvolvimento regional, pois ela adiciona um caso particular com suas peculiaridades a esse campo de investigação. Além disso, ela pode desencadear diferentes estudos tomando esse diagnóstico como um ponto inicial. Portanto, a medida em que

outros trabalhos acadêmicos são realizados as possibilidades de surgirem novas rotas e respostas em um mapa de conhecimento se expandem significativamente.

A contribuição desta pesquisa, em relação aos trabalhos anteriores de diagnóstico, é de que esta pesquisa apresenta dados recentes em comparação as outras, atualizando informações sobre a região. Assim, também existe um aprofundamento em variáveis como saúde e educação, em que há dados mais recentes, setores nos quais são apontados potenciais e limites atualizados do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Assim, essa pesquisa possui relevância para sociedade, meio acadêmico e para o pesquisador. Já que ela serve de suporte para tomada de decisões dos planejadores, também de ponte entre teoria e prática sobre o ato de planejar o desenvolvimento, além de expandir estudos sobre regiões específicas de um país, como é o caso da região estudada.

Dessa maneira, o trabalho está organizado em seis capítulos, incluindo esta introdução. No segundo e terceiro capítulos consta referencial sobre aspectos teóricos referentes ao desenvolvimento socioeconômico e planejamento do desenvolvimento. No quarto capítulo é apresentada a metodologia. No quinto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, seguidos pelas considerações finais do sexto capítulo

ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

No presente capítulo são abordadas as principais teorias relacionadas à construção do conceito de desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, são abordados aspectos sobre o desenvolvimento para que sejam construídas ideias relacionadas a esse termo no âmbito econômico e social. Após isso, são apresentados os escritos de pensadores que contribuíram para essa temática ao longo da história do pensamento econômico, entretanto com recorte visando as dimensões econômica e social.

Ao levarmos em consideração o significado etimológico da palavra desenvolver, podemos notar que ela significa crescer, melhorar ou aumentar (FERREIRA, 2010). Assim, desenvolver seria partir de um ponto inicial e ir a outro, implicando um ato de melhora ou crescimento. Já o significado da palavra desenvolvimento, apresenta as definições de processo ou efeito de desenvolver, seguindo determinadas etapas para chegar a um aprimoramento esperado (FERREIRA, 2010).

No entanto, a preocupação com desenvolvimento, mas agora de um país, tem seus primórdios na ciência econômica (SANTOS et al., 2012). Desse modo, ainda que atualmente essa temática seja multidisciplinar, suas raízes estão na economia. Além disso, o conceito de desenvolvimento econômico, não é totalmente claro, ele se confunde, inicialmente, com o crescimento econômico e, posteriormente, o desenvolvimento socioeconômico também não é claramente definido por pensadores ao longo da história econômica (CARDOSO, 2018).

Portanto se considera que o termo desenvolvimento socioeconômico está ainda em processo de construção e aperfeiçoamento. Então, podemos notar que na maior parte do pensamento clássico crescer era sinônimo de desenvolver (SOUZA, 2012). Consequentemente surgiram indagações, tais como, se o país ao crescer economicamente, ele também estaria se desenvolvendo?

Então, nossa retrospectiva teórica começa com Adam Smith, autor que buscava compreender os fenômenos por trás do crescimento econômico. Segundo Smith (1996), ao aumentar a produtividade da nação, ela enriqueceria, melhorando as condições de vida de toda a população. Em outras palavras, para o autor, ao enriquecer um território, isso traz benefícios para uma parte de seus indivíduos, então, é importante entender suas causas e sua natureza.

A distribuição apresentada por Smith (1996) considera que os ganhos são distribuídos naturalmente entre todos os envolvidos, a principal preocupação era compreender como se dava o crescimento econômico do país e questões como distribuição seriam resolvidas naturalmente. Vale ressaltar que o termo natural está associado ao equilíbrio, “[...] todo o resto é feito pelo curso natural das coisas [...] os governos que interferem nesse curso

natural, que forçam as coisas para outra direção, ou que se empenham em sustar o progresso da sociedade em um ponto específico, não são naturais [...]”. (SHITH, 1996, p. 46). Esta frase faz uma alusão à mão invisível do mercado, pois essa força deveria ditar o rumo da sociedade, então, os governos não precisariam interferir e forçar a sociedade a ir para determinado ponto ideal, isso era atingido naturalmente.

Para o autor, distribuição da renda é dada em três classes, de modo que Smith (1996, p. 271) comenta que existem “[...] a renda da terra, os salários da mão-de-obra e o lucro do capital, constituindo uma renda para três categorias de pessoas: para aquelas que vivem da renda da terra, para aquelas que vivem de salário, e para aquelas que vivem do lucro [...]”. Portanto, a renda está distribuída em três tipos de indivíduos, aqueles ligados com a terra, os trabalhadores com seus salários e os donos de empreendimentos com seu lucro.

Conforme Smith (1996), o desemprego pode se apresentar como voluntário, ocorrendo a taxas naturais, de maneira temporária e pela própria vontade do indivíduo, que não aceita suas condições salariais. Assim, Smith (1996), completa que o trabalhador ao não aceitar sua remuneração vigente seria um desempregado voluntário, mas quando ele apenas migrava de um emprego a outro, isso se caracterizaria como um acontecimento natural e momentâneo.

Logo, o que justificava o aumento da produtividade, era uma divisão de trabalho e o acréscimo ao nível de investimento em capital¹, pois, a eficiência e destreza dos trabalhadores melhorava (BRUE; GRANT, 2017). Os fatores trabalho e capital estariam impulsionando o enriquecimento e crescimento do país, por consequência a população usufruía dessa situação benéfica.

Para Smith (1996) um fator importante para o enriquecimento das nações e o crescimento econômico, era o comércio exterior. A medida em que as nações comercializam, elas podem concentrar sua produção nos bens em que tem vantagens absolutas² e aumentar a demanda por seus produtos (SOUZA, 2012). Dessa forma, através do comércio exterior os países poderiam crescer, pois ele funciona como uma extensão de sua demanda interna.

Quanto a David Ricardo, suas ideias eram pautadas em compreender e explicar sobre como uma nação cresce e enriquece, mas com uma certa preocupação em explicar a distribuição da renda nas diferentes classes (SOUZA, 2012). Desse modo, ainda que preocupado com o crescimento, o autor procurava entender as regras por trás da distribuição. Nesse ponto, ele difere de Smith, pois o último considerava apenas uma distribuição natural.

1. Nesse contexto o investimento em capital pode ser entendido como investimento em máquinas.

2. As vantagens absolutas ocorrem quando determinado país possui menores custos e facilidade para produzir um determinado bem, em relação aos outros produtos (SOUZA, 2012). Desse modo, ao considerarmos França e Holanda, se ambas produzem roupas, mas o primeiro país possui custos menores para produzir em relação a Holanda, os franceses possuem vantagens absolutas na produção de roupas.

Conforme Ricardo (1982), existem três classes, a do trabalhador, a do proprietário da terra e o dono do capital. Souza (2012), completa que a classe dos capitalistas pode ser considerada como os arrendatários e donos do capital. Então, a renda se divide entre tais classes, isso mostra preocupação com uma distribuição. Ademais, essa renda é vista como lucros, salários e aluguéis, em que o empregado possui seu salário, o capitalista seu lucro e o dono da terra seu aluguel (RICARDO, 1982).

No crescimento ricardiano encontramos a possibilidade de aumentar a quantidade de trabalhadores, mas mantendo constantes, o capital e terra, o que gera um crescimento em taxas decrescentes³ (BRUE; GRANT, 2017). Entretanto, se há um progresso tecnológico, essa situação é diferente, pois é possível se tornar mais produtivo usando os mesmos recursos (RICARDO, 1982). Aqui podemos notar a lei dos rendimentos decrescentes, a medida em que a produtividade aumenta, havendo uma tendência de que ela acontece à taxas decrescentes.

A lei dos rendimentos decrescentes de David Ricardo está relacionada a sua teoria da renda de terra. Segundo Ricardo (1982), quando a população cresce, ocorre um aumento na procura por alimentos, em consequência é necessário usar terras menos férteis. Com isso a renda da terra se baseia na diferença entre preço natural⁴ e os custos de produção da terra (SOUZA, 2012). Logo, é possível afirmar que quanto maior a diferença entre o custo e o preço natural, maior será sua renda.

Em meio a isso, ressaltamos a renda diferencial, que para Ricardo (1982) está pautada na maior produtividade de terras mais férteis. Em outras palavras, as terras com melhor qualidade, produzem em quantidades maiores, usando os mesmos recursos, mas seu preço natural continua o mesmo, logo, a renda da terra é maior.

O desenvolvimento econômico passa a depender dos avanços tecnológicos da agricultura e de legislações favoráveis à acumulação de capital (RICARDO, 1982). Além disso, ele considerava que o dono do capital possuía papel de grande importância para desenvolver o país, através da acumulação de capital e estímulos à produção agrícola (SOUZA, 2012). De todo modo, o desenvolvimento da economia, para Ricardo (1982) estava centrado em uma figura do capitalista, pois ele que impulsionava a dinâmica dos outros setores.

Assim como Adam Smith, Ricardo defende os benefícios do comércio exterior. Entretanto com uma diferença, ao comercializar com outros países, eles estariam desenvolvendo suas vantagens comparativas⁵ (RICARDO, 1982). Dessa maneira, ao se

3. A lei de rendimentos decrescentes considera que quando aumentamos determinado fator, temos um aumento relativo na produtividade, apresentando taxas de crescimento cada vez menores ao longo do tempo (SANDRONI, 1999). Ao relacionarmos com a teoria de David Ricardo, constata-se que o crescimento econômico apresenta um aumento, mas em proporções cada vez menores, por isso utilizamos o termo crescimento com taxas decrescentes.

4. O preço natural é igual ao custo de produção da terra com menor fertilidade, à medida em que a produção aumenta, ela cresce a taxas decrescentes, pois se passa a usar terras com menor produtividade (RICARDO, 1982).

5. As vantagens comparativas podem ser explicadas da seguinte forma, imagine que a Itália tenha custos menores

concentrar em uma atividade que lhe traz vantagens comparativas, as nações melhoram sua eficiência em produzir determinado bem. Portanto, ao considerar uma melhora em termos de produtividade de todos os países, estaríamos melhorando o produto total global e o bem-estar da população no modelo ricardiano (KRUGMAN, OBERFELD, 2001).

Em contraposição ao pensamento clássico de Smith e Ricardo, temos Karl Marx, que contribui para a construção da análise do desenvolvimento econômico. Para Marx (2015), o crescimento econômico capitalista ocorre com um aumento do desemprego e com crescimento da concentração da riqueza e renda. Isso resulta na imagem de uma sociedade capitalista desigual, que tem pouca preocupação com sua classe trabalhadora.

Desse modo, a teoria desenvolvida por Marx considera que o trabalhador é explorado pelo capitalista, o dono dos meios de produção (BRUE; GRANT, 2017). Além disso, a análise teórica marxista é baseada na teoria do valor trabalho. Dessa maneira, o valor de troca das mercadorias, é baseado na quantidade de horas trabalhadas para a sua produção (SOUZA, 2012). Logo, o trabalhador é a principal variável na formação de valor, mas ele é subvalorizado.

A exploração do trabalhador é ligada à Mais-valia, que consiste na diferença entre o produto líquido produzido e o salário pago aos trabalhadores (MARX, 2015). Segundo Marx (2015), a relação entre o salário pago aos trabalhadores e seu excedente de trabalho é a taxa de exploração da mais valia. Portanto, quanto maior a diferença entre o salário de um trabalhador em relação ao excedente de sua produção, maior é a taxa de exploração.

O desenvolvimento econômico marxista é fundamentado em uma acumulação primitiva de capital, os capitalistas acumulam e investem em seu capital, gerando avanços em seus países (SANTOS et. al, 2012). De certo modo, para que os países se desenvolvam, se faz necessária uma acumulação primitiva do capital, permitindo uma evolução do sistema capitalista à medida em que os investimentos em máquinas ocorrem, em detrimento ao aporte de recursos aos trabalhadores.

Conforme Bonente (2014, p. 279), Marx ao afirmar que a Alemanha se desenvolveria como a Inglaterra, falava da criação “[...] de um terreno favorável à operação das leis (econômicas) que caracterizam e governam a sociedade capitalista [...]”. Portanto a legislação e a estrutura do país influenciavam no resultado em termos de um processo de desenvolver economicamente o sistema. Existindo uma espécie de tendência para o progresso de certas nações, movidas pelos seus ambientes legislatórios.

A respeito da distribuição da renda e riqueza, Marx (1982), salienta que a distribuição consistia em uma proporção disponível de recursos dada a um indivíduo,

para produzir vinhos e carros, em relação a Portugal. Mas também especialmente possui um custo menor na produção de carros e Portugal somente na de vinhos. Então, a Itália deixa Portugal produzir vinhos, pois ao se dedicar a produzir um produto a produção global seria maior, conseqüentemente teríamos mais carros e vinhos disponíveis para toda população do mundo.

sendo que a troca era pautada na capacidade de converter seus recursos em mercadorias. Como resultado, os trabalhadores possuíam entraves ao realizar seu consumo. Eles não recebiam toda a recompensa por seu trabalho, mas apenas uma parte dela e tinham um acesso limitado ao consumo, diferente dos donos do capital (BONENTE, 2014).

Segundo Marx (1982), o capitalismo possui uma contradição, a de apresentar taxas de lucros menores ao longo do tempo, em favor do aumento de acumulação de capital. A resposta aos problemas, mostraria um estágio que visava o bem-estar social. Portanto, o desenvolvimento capitalista era de certa forma contraditório, pois o processo de se desenvolver levaria ao fim do próprio sistema.

A sociedade capitalista apresenta crises ao longo de sua história, implicando ser algo presente em sua estrutura como sistema. Logo, ele possui ciclos de momentos negativos, em que ele não cresce de maneira constante (MARX, 2015). Portanto, evoluir e crescer resulta em desequilíbrios, pois o progresso técnico, muda as formas de produzir (BONENTE, 2014). A busca por novas soluções para os problemas, resulta em conflitos entre as práticas atuais e as novas práticas comuns no capitalismo, e ao se resolver estes conflitos e aplicar as soluções estaríamos caminhando para um novo sistema.

No conteúdo apresentado até aqui nesta seção constam os autores clássicos que foram importantes para a formação do conceito de desenvolvimento socioeconômico. Na sequência são apresentados autores que presenciaram a crise de 1930 bem com o período pós-II Guerra Mundial. Desse modo, os próximos autores mencionados são John Maynard Keynes e Michal Kalecki, os quais desenvolveram uma teoria que passa a considerar o princípio da demanda efetiva e uma economia que considera o lado da demanda, diferentemente dos autores anteriores cujo enfoque centrava as análises no lado da oferta.

O modelo keynesiano trabalha com questões sobre o crescimento econômico e se concentra no curto prazo (SOUZA, 2012). Dessa forma, o autor do modelo procura explicar o crescimento econômico, com certas diferenças em relação à escola clássica. De acordo com a visão keynesiana, a escola clássica proposta principalmente por Smith e Ricardo possuía inconsistências em certos pontos de suas teorias, o que leva Keynes a propor sua teoria procurando romper com as ideias anteriores.

Uma das inconsistências, apontadas por Keynes, está ligada a lei de Say⁶, que se baseia no pressuposto de que toda a oferta gera sua própria demanda, a qual não se sustentava, já que os consumidores não utilizavam toda sua renda exclusivamente em consumo, uma vez que eles poderiam poupar (KEYNES, 1983). Dessa forma, nos escritos keynesianos são realizados contrapontos com a teoria clássica, apontando por exemplo que a poupança pode ficar algum tempo fora de circulação, antes de virar um dispêndio.

6. A teoria elaborada por Jean-Baptiste Say, conhecida como lei de Say, consiste no argumento de que toda a produção de bens, cria sua própria demanda de bens, pois a produção estabelece as condições para o consumo (SANDRONI, 1999).

Outra inconsistência, conforme Keynes (1983), é de que a economia não está constantemente em equilíbrio de pleno emprego, ela pode atingir um estágio de equilíbrio na maioria das vezes estando abaixo do pleno emprego e inclusive em situações de depressão. Logo, era improvável que as nações empregassem a totalidade de seus meios de produção a todo momento.

O modelo keynesiano considera a existência de flutuações na demanda efetiva, sendo que o princípio da demanda efetiva é o ponto de encontro entre oferta e demanda agregada, havendo equilíbrio com desemprego (KEYNES, 1983). Logo os trabalhadores muitas vezes não têm controle sobre sua situação empregatícia, sendo esta resultado de um aumento na oferta e preço do trabalho em relação aos postos disponíveis (KEYNES, 1983).

Então, nem sempre os trabalhadores deixam os seus empregos voluntariamente para procurar oportunidades melhores, mas sim devido à existência de uma demanda menor por trabalho, se comparada ao volume de oferta de mão de obra. Os tipos de desemprego considerados por Keynes (1983) são o voluntário, quando o trabalhador não aceita sua remuneração atual e deseja melhores salários; o natural, quando as pessoas ficam por um momento desempregadas para mudarem de emprego; e o involuntário quando os trabalhadores não conseguem empregos mesmo aceitando os salários vigentes no mercado.

Ao levarmos em conta uma situação na qual salários e preços são inflexíveis, temos um aumento crescente de desemprego, isso retrai o consumo e impede a expansão da demanda (SOUZA, 2012). Nesse momento a economia é impedida de atingir seu pleno emprego devido a uma ineficiência na demanda efetiva, ocasionando uma situação de desemprego com equilíbrio.

Como resultado, Keynes (1983) salienta que o nível de emprego ou renda em equilíbrio é determinado pela propensão a consumir e o volume de investimento. À medida em que o consumo e o investimento aumentam, a renda também cresce. Entretanto o quanto a propensão a consumir eleva o nível de produto é determinado por um efeito multiplicador⁷, ele considera que ao aumentamos os gastos, eles geram um crescimento proporcional da renda (KEYNES, 1983).

Dessa forma, consideramos que o nível de propensão ao consumo ou ao investimento determinam o quanto o dispêndio com determinado fator irá impactar na renda (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2013). Assim, se elevarmos em um o consumo autônomo, a certo nível de propensão a consumir, isso irá resultar em aumento proporcional do produto.

7. O Efeito Multiplicador desenvolvido por Keynes, considera inicialmente que um aumento nos investimentos resulta em um aumento proporcionalmente maior na renda, logo o multiplicador é considerado o inverso da propensão a poupar (SANDRONI, 1999). Então, se considera que o efeito multiplicador procura medir e explicar o impacto de um aumento nos investimentos e na renda.

Os empresários passam a considerar os riscos para investir, em contraste, os consumidores poupam em situações em que a economia não está em bons momentos (KEYNES, 1983). Assim, as expectativas têm um papel importante nas decisões dos agentes econômicos, determinando o quanto poupam ou investem. Para Keynes (1983), o que demonstra o nível de impacto benéfico dos investimentos são as inovações, o crescimento demográfico e o próprio incentivo a investir.

Ao inserirmos a figura do Estado, ele possui uma atuação na economia no modelo keynesiano. Os governos têm uma função, a de diminuir as oscilações nas expectativas e de investir, estimulando a demanda agregada (SOUZA, 2010). Portanto, observamos, qual era o papel do meio público na atividade econômica e nas expectativas, realizando uma ação de ajustes sobre a economia.

Segundo Keynes (1983), a ação estatal deve ser exercida através das políticas monetária e fiscal. A política monetária é definida como a ação do governo sobre quantidade de moeda, taxas de juros e crédito; quanto à política fiscal esta é conceituada como ação do governo em relação aos seus gastos e arrecadação de impostos (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2013). Assim através dessas políticas o governo pode agir em função da economia, estimulando os investimentos e o consumo agregado. Assim, o autor trabalha ideias acerca do crescimento, aumento do emprego e foca em explicar a demanda agregada. Entretanto, não há grandes menções ao termo desenvolvimento em seus trabalhos.

Para Cardoso (2018, p. 98), “Kalecki reconhecia, em sua formação teórica, a divisão da sociedade em classes, trazendo implícitas, nas suas teorias de preços e da distribuição de renda, as relações de poder (de mercado ou de classes) típicas de um sistema capitalista”. Logo, suas ideias possuem inúmeras contribuições que serviram como base para a elaboração de pressupostos sobre o desenvolvimento econômico. Conforme Cardoso (2018), Michal Kalecki constrói suas ideias levando em conta, a existência de economias desenvolvidas e não desenvolvidas. Kalecki (2018) menciona que certos princípios e ações devem considerar a situação dos países, uma vez que existem nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas. Dessa forma, passamos a ponderar duas situações distintas em suas explicações sobre a economia nas nações.

No princípio de demanda efetiva kaleckiano, os gastos determinam o nível de renda, através de um efeito multiplicador (KALECKI, 2018). De maneira semelhante ao multiplicador de keynesiano, se os trabalhadores consomem, isso aumenta a demanda por produtos e estimula uma maior produção de bens por parte das firmas. A classe dos trabalhadores e a dos capitalistas realizam seus dispêndios de maneira diferente, resultando em parcelas distintas da renda, sendo elas equivalentes ao consumo e ao investimento (KALECKI, 1977).

Cardoso (2018) considera que o investimento no modelo kaleckiano possui um caráter dualista, pois ele melhora a capacidade produtiva e estimula a demanda agregada,

em contrapartida isso resulta em um desestímulo aos novos investimentos. Conforme Kalecki (1977), os investimentos são desestimulados devido aos limites impostos pela demanda efetiva. Além disso os investimentos são essenciais para uma economia em desenvolvimento, assim como o consumo é para o sustento da demanda agregada (SOUZA, 2012).

Em uma perspectiva de longo prazo, o progresso técnico passa a ser um fator essencial para sustentar o desenvolvimento econômico. Para Cardoso (2018), as inovações são formas atrativas para novos investimentos no modelo de Kalecki. Como consequência isso resulta em uma compensação da face dualista dos investimentos, pois possibilitaria em melhorias na eficiência e redução de custos.

Além disso, em um contexto de nação subdesenvolvida o autor destaca a importância do papel do governo. Kalecki (1977), salienta que o governo é essencial para sanar os problemas de financiamento do investimento em nações subdesenvolvidas, realizando o planejamento da estrutura e volume de investimentos. Mas um problema do financiamento via estado seria a possível inflação gerada por ele, pois existe a possibilidade de os governos imprimirem dinheiro para sanar suas dívidas. E há a possibilidade de que para quitar suas dívidas as firmas aumentem os preços de seus produtos, acarretando em aumento generalizado nos preços da economia (KALECKI, 1997).

Ademais, na perspectiva kaleckiana podemos destacar o papel do governo como próprio investidor. Quando os empresários não possuem interesse em investir ou os riscos são muito elevados, cabe ao governo realizar essa ação para gerar o desenvolvimento do país (CARDOSO, 2018). Em nações cuja motivação em investir é baixa devido aos riscos, o Estado pode fazer os investimentos a fim de gerar os resultados de desenvolvimento.

Quanto ao consumo, temos que esse é sustentado pelas perspectivas de rentabilidade de cada agente. Segundo Kalecki (1977), ele está ligado ao salário dos trabalhadores, de modo que quanto maiores são os salários, maior será a demanda, entretanto isso também pode gerar inflação, pois eles estão relacionados aos custos de produção. Em consequência, à medida em que os salários sobem, observamos os preços aumentando.

Como contraparte, o modelo de Kalecki considera o comércio exterior fundamental para o desenvolvimento, através das exportações de bens e atração de capitais externos (SOUZA, 2012). Então, podemos notar que as exportações funcionam como uma extensão da demanda interna e a atração de recursos de outros países auxilia no processo de desenvolver economicamente um país. Nesse ponto, existe uma semelhança no que Kalecki aponta, em relação ao papel do comércio em Adam Smith e David Ricardo, pois ambos consideravam o comércio exterior, um fator que auxilia no crescimento e desenvolvimento dos países.

Com o intuito de trabalhar um contexto em que nem todas as nações são propriamente

desenvolvidas e de que algumas possuem atrasos e desvantagens em relações comerciais entre países e em termos de qualidade de vida, nos aproximamos da realidade do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Considerando que esta região se encontra na América do Sul, os próximos dois autores abordam questões sobre o desenvolver da sociedade e economia na América Latina.

A ideia sobre desenvolvimento econômico pensada por Prebisch é pautada no processo de substituições de importações. O modelo considera que os termos de troca entre a América do Sul e os outros continentes são desfavoráveis, sendo necessário entender e mudar essa situação, através do estímulo à produção interna de bens industrializados (CARDOSO, 2018). Neste contexto, para estimular a produção industrial, ele propõe um processo de substituição de importações⁸.

A partir disso, o mundo pode ser visto e analisado em um contexto de divisão entre centro e periferia. As regiões centrais produzem bens que possuem vantagem em termos de troca, como bens de capital, enquanto a periferia produz matéria prima (PREBISCH, 1949). Logo, ambos os lados são distintos, sendo que a periferia possui desvantagem. Segundo Prebisch (1949), as vantagens produtivas consequentes da industrialização não chegaram à periferia do globo, como solução se faz necessária a adoção pelos países de um processo de substituição de importações.

Para que a América Latina se desenvolvesse seria necessário diminuir as importações de bens de consumo, realizar uma reforma estrutural, importar tecnologias e gerar um progresso técnico que auxiliasse na industrialização e modernização da agricultura (PREBISCH, 1949). O autor destaca o papel do Estado, nesse processo de desenvolvimento latino. Conforme Prebisch (1949), os governos realizariam investimentos na infraestrutura, reformariam a estrutura agrária e atrairiam capital externo que facilitasse as ações para o desenvolvimento.

Assim, podemos apontar os problemas que dificultavam o processo, sendo um deles a poupança que era insuficiente nos países periféricos (latino-americanos) para sustentar os investimentos necessários para mudanças (PREBISCH, 1949). Então, podemos notar a necessidade do capital externo e a ação do governo para facilitar a entrada de recursos do exterior. Neste contexto, um outro autor que trabalha um tema semelhante, mas levando em consideração o território brasileiro é Celso Furtado.

Segundo Furtado (2009), o desenvolvimento era algo apenas apresentando por algumas nações, as quais são denominadas de países centrais. O autor buscava fazer uma distinção entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, apontando que para determinadas nações saírem da situação de subdesenvolvidas haveria a necessidade de compreender o subdesenvolvimento (FURTADO, 2009).

8. Consiste no processo de diminuir as importações de bens industrializados, a fim de estimular a produção interna desses bens (SOUZA, 2012).

Conforme Furtado (2009), o subdesenvolvimento é um processo histórico e não uma etapa para se tornar desenvolvido. Deste modo, para se tornar desenvolvido não era preciso passar por um estágio de subdesenvolvimento, então, para o autor isso não é uma etapa, mas uma constatação de condição. A classificação de subdesenvolvido era dada aos países que pouco se industrializaram, eles apenas retiveram parte dos processos produtivos (NIERDELE; RADOWSKI, 2016). Esta característica de subdesenvolvidas seriam dadas aos países que não apresentaram um grau de industrialização para produção de bens de capital.

Portanto, alguns países da periferia concentravam indústrias de bens de consumo, enquanto, os centrais possuíam indústrias de bens de capital, logo os países periféricos tinham uma dependência em relação aos países centrais (FURTADO, 2009). Em outras palavras a relação de dependência acontecia, porque para se produzir bens de consumo, são necessárias máquinas, ou seja, os bens de capital.

Furtado (2009) também apontava a necessidade de ações do Estado para realizar investimentos diretos de infraestrutura e estímulo da demanda agregada. Em contraponto o setor privado iria se concentrar em realizar investimentos nos setores de maior rentabilidade e maior eficiência em progresso técnico (NIERDELE; RADOWSKI, 2016). Assim, seja Furtado ou Prebisch, ambos buscam compreender os motivos para o subdesenvolvimento nos países localizados na periferia, buscando entender a relação de dependência com as nações centrais.

O próximo autor aborda o aspecto social, nesse capítulo, então podemos nos aproximar do conceito de desenvolvimento que passe a considerar os âmbitos social e econômico. O autor é Amartya Sen, o qual propõe novas ideias em relação ao tema em questão, introduzindo a liberdade substantiva de cada indivíduo como um processo essencial para o desenvolvimento.

Conforme Sen (2010), o desenvolvimento pode ser considerado como uma melhoria nas condições de vida e as liberdades que são usufruídas pelo indivíduo. Dessa maneira o autor analisa o desenvolvimento na perspectiva das liberdades, pois apenas tivemos um enfoque maior nas melhorias do sistema produtivo e não necessariamente das condições de vida da população. Além disso, Sen (2010), menciona que o desenvolvimento deve ser algo libertador que livre os indivíduos de suas restrições ou privações.

Essas restrições podem ser políticas, de acesso a saúde, alimentação, educação, segurança econômica e social (SEN, 2010). Assim, podemos notar que tudo aquilo que impede que um indivíduo melhore e se desenvolva, passa a ser uma restrição à sua liberdade e o desenvolvimento existe quando as pessoas usufruem das liberdades instrumentais, sendo elas as liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segura protetora (SEN, 2010).

Na liberdade política os indivíduos tem o direito de escolher seus governantes e seguir seus critérios de escolha; nas facilidades econômicas os agentes econômicos devem ter oportunidades para usar recursos para consumo, troca ou produzir algo; na oportunidade social a população deve ter acesso aos serviços, como saúde e educação; nas garantias de transparência os sujeitos devem ter acesso às informações claras e verídicas; na segurança protetora considera que os indivíduos possuam condições que não prejudiquem sua integridade (SEN, 2010).

Na perspectiva do debate sobre as liberdades, Amartya Sen auxiliou na criação do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, que passa a considerar não somente a renda per capita, mas o índice de saúde e educação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010). Deste modo, passou-se a considerar, não apenas o processo econômico como principal fator de desenvolvimento, mas também valores com resultem em uma maior liberdade dos indivíduos, relacionados à saúde e longevidade e acesso à educação.

Assim, as abordagens teóricas de diferentes escolas econômicas têm uma preocupação de atingir níveis de eficiência, mas isso não necessariamente causa equidade entre os indivíduos da sua população (SEN, 2010). Portanto o autor se preocupa em abordar algo diferente para alcançar uma distribuição de renda igualitária, algo que deixaria as pessoas, em geral, em pontos de partida iguais para seu desenvolvimento como indivíduos que fazem parte de uma sociedade.

Portanto, neste capítulo buscamos trabalhar o conceito de desenvolvimento socioeconômico, através de algumas das teorias econômicas, que julgamos mais adequadas para a abordagem da pesquisa aqui apresentada. Dessa forma, consideramos apenas duas dimensões, a econômica e social, isso pode ser notado através de Amartya Sen, que busca trazer as variáveis sociais para o campo de desenvolvimento até então econômico. A próxima seção traz uma visão sobre o planejamento do desenvolvimento de regiões.

PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS

Este capítulo consiste em uma série de ideias acerca do planejamento do desenvolvimento, seguindo uma estrutura semelhante ao capítulo anterior. Desse modo, iremos abordar sobre o que é planejar para as áreas da administração e economia, também o que seria a aplicação do conceito na esfera regional e pública, assim abordaremos sobre experiências desse processo no Brasil e, por fim, o que são diagnósticos e seu papel na estruturação dos planos.

Para Piacenti (2016), o desenvolvimento regional é uma etapa para se desenvolver de todo um país, econômica e socialmente. Logo, ele é parte em um processo de melhoria da situação do território, sendo assim, ele pode ocorrer de maneira espontânea ou induzida em uma região (PIACENTI, 2016). Se consideramos a indução de um território ao desenvolvimento, destacamos a importância de planejar as etapas do processo em si.

O planejamento é um ato para definir quais passos nos levam aos resultados, cuja finalidade é definir tarefas e estabelecer metas, enquanto, o plano representa todo o passo a passo do planejamento, mas em um documento físico (MAXIMIANO, 2000). Assim, alcançar um estágio de desenvolvimento socioeconômico, que proporcione um nível de renda e bem-estar social equitativo, é necessário elaborar um passo a passo para alcançar tal objetivo.

O planejamento na administração é um procedimento sistemático de tomada de decisões, considerando os objetivos das organizações e indivíduos (ROSSÉS, 2014). Na visão administrativa observamos uma semelhança com o conceito inicial de planejar. Portanto, planejar reúne uma visão de onde se pretende chegar com objetivos e traçar caminhos que levem ao destino (ROSSÉS, 2014). Mas, como podemos pensá-lo na economia?

O planejamento econômico leva em conta metas quantitativas a serem superadas em um período previamente estabelecido (KON, 1997). De modo que os resultados esperados são uma evolução positiva dessas variáveis ao longo de um período. Lembrando que ao adicionar o termo dos fatores sociais, as variáveis quantitativas agora englobam algo além do que entendemos como fatores simplesmente econômicos.

Segundo Kon (1997), o planejamento econômico consiste em uma ação consciente de um órgão planejador, que influencia e controla a direção das variáveis econômicas de um país ou região. Ele pretende responder uma pergunta, a de como influenciar a economia de um local. De um mesmo modo em que planejamos o desenvolvimento e crescimento de uma empresa, isso também deve ocorrer em um território, a principal diferença é a escala.

Dessa forma, existem tipos de planejamentos que dizem respeito à escala, para o desenvolvimento socioeconômico de um determinado território, sendo um total de

quatro tipologias. O primeiro é em escala municipal, envolvendo os controles de espaço urbano e terra. Na esfera estadual, tem-se que é responsável pelo auxílio aos municípios, as concessões industriais, o transporte e a conservação ambiental (FRIEDMAN, 1960). Assim, os processos de planejamento são realizados pelos municípios e os estados para atingir um objetivo em comum.

Como uma terceira tipologia temos a escala regional, a qual influência sobre conjuntos de cidades, no que se diz respeito às questões como saúde, desastres naturais, estrutura energética, educação e turismo. Por fim o nível nacional envolve a estabilidade da sociedade e a distribuição de renda entre as unidades federativas (FRIEDMAN, 1960). Desse modo, cada nível é responsável por um papel no planejamento de cada uma das instâncias e conseqüentemente de todo um país.

Os tipos de planejamento estão interrelacionados, ou seja, todos colaboram para atingir um objetivo geral em comum. Friedman (1960), salienta sobre a existência de uma estrutura, na qual o nível nacional dita as diretrizes para o âmbito regional, assim como o regional faz o mesmo processo para os municípios. Dessa forma, os planos resultantes estão ligados por um objetivo, pautados em uma estrutura que permita alcançá-los.

O planejar em um ambiente público é um processo de construção e execução do plano para desenvolver a sociedade, levando em conta suas necessidade e interesses (KON, 1997). Organiza-se um processo de desenvolvimento da sociedade, mas isso é feito através de uma divisão escalar. De acordo com Friedman (1960), o planejamento envolve as escalas municipais, de unidades federativas e regiões. A partir dessas esferas podemos planejar todo um país para que as ações façam com que se constituam condições melhores de vida para população.

A respeito das instituições que realizam o controle, elas podem funcionar de maneira centralizada ou descentralizada. Conforme Friedman (1960), a nível regional, os planejamentos podem ser feitos por um órgão centralizado ou órgãos dispersos próximos da realidade de cada território. Se trazermos para a economia, o governo federal cria suas políticas econômicas de estabilidade e incentivo, enquanto os estados trabalham as relações com indústrias, produtores agrícolas e questões de transporte de pessoas e mercadorias.

Entretanto, como se referir ao planejamento de um território, pertencente aos países? Segundo Kon (1997), são necessárias reflexões científicas e análises de informações sobre a região ou país, para chegarmos finalmente às políticas públicas, as quais consideramos como a ação de um órgão público na sociedade. Já para Thiele (2016), o método de planejar regiões é resultado dos conhecimentos desenvolvidos pelos especialistas em desenvolvimento regional com o fim de melhorar as condições nas regiões dando a elas melhores condições de vida para suas populações.

Conforme Rattner (1976), o planejamento regional deve considerar uma situação inicial para assim formular metas e traçar etapas que eventualmente contribuam para desenvolver uma região. Então, chegamos ao planejamento do desenvolvimento regional, mas com a especificidade das dimensões social e econômica. Ao resultar nesse termo, ainda falta adicionar as considerações da esfera pública.

O Estado em seu processo de planejar, precisa considerar a realidade da sociedade em questão, as opiniões da população e gestores públicos, buscando construir um caminho que atenda a maior parte dos interessados (KON, 1997). Ao nos remetermos ao tema, um planejamento socioeconômico define qual o caminho viável para se atingir o objetivo de desenvolver econômica e socialmente uma região, sendo que uma ferramenta para ser usada é o diagnóstico.

A criação de planos no âmbito público, tem origem na União Soviética, sendo o plano uma forma para se organizar a ação do Estado (THIELE, 2016). Dada a preposição de ter uma centralização na organização da sociedade, a motivação de optar por uma estrutura central ou dispersa é pautada no tamanho de um território. Conforme Friedman (1960), quando o espaço territorial é muito extenso, se torna necessária uma estrutura descentralizada se ele for menor em extensão, um único órgão central é o suficiente.

Friedman (1960), salienta que o governo federal, transfere parte de seu poder de decisão e ação para outras instituições regionais como bancos, cooperativas, estados, cidades e instituições de ensino. Portanto, em países com grande extensão territorial, se justifica usar uma estrutura descentralizada para obter melhores resultados, nessa perspectiva notamos a presença dos conselhos de desenvolvimento regional em alguns espaços do território brasileiro¹.

Quando planejamos as ações, possuímos quatro momentos para tornar possível e viável um plano. O primeiro é o explicativo e se refere à elaboração de explicações para subsidiar suas ações. O segundo momento é o normativo ou prescritivo, correspondendo à seleção das ações necessárias para alcançar os objetivos (MATUS, 2006). Com essas duas etapas criamos uma imagem do que fazer e a sua justificativa.

O terceiro momento é o estratégico, no qual exploramos diferentes formas de jogar, levando em conta os oponentes e os aliados, para tornar viável o plano concebido. O quarto momento é o tático-operacional, é a ação, porém, não é a uma simples execução do plano, mas a adaptação dele às circunstâncias da realidade (MATUS, 2006). Portanto, elencamos as possibilidades e os indivíduos que fazem parte da realização do plano, para enfim torná-lo possível, para se atingir as metas preestabelecidas.

Logo, quando planejamos regiões existem dois critérios de agrupamento para

1. Os conselhos de desenvolvimentos regional, são arranjos de dois ou mais municípios com a finalidade de formular políticas públicas para solucionar problemas de difícil solução individual (ALLEBRANDT, 2010). Dessa maneira, os conselhos atuam resolvendo problemas que impedem o desenvolvimento de municipal em forma conjunta.

fins de análise, a homogeneidade e a interação. De acordo com Friedman (1960), a homogeneidade realiza uma delimitação com base nas características de cada região, como bacia hidrográfica, clima, vegetação e cultura. Essas peculiaridades, comuns a determinado espaço, são um critério de delimitação de região.

Já o critério de interação considera as relações sociais e econômicas da região, como os espaços urbanos que possuem atividades comerciais, industriais, fluxo intenso de pessoas, e os espaços rurais que produzem atividades ligadas à produção de alimentos e matérias primas (FRIEDMAN, 1960). Dessa maneira, essas regiões apresentam determinada interação predominante, outras divisões são de zonas eleitorais e a relação centro e periferia.

A respeito das regiões rurais é necessário compreender as suas diferenças com o espaço urbano e no que isso impacta no ato de planejar. Segundo Lodder (1970), o espaço rural é caracterizado pela sua especialização em atividades primárias, por ser uma unidade administrativa, possuir algum centro urbano que sirva como intermediário de relações econômicas e ter sua renda per capita, geralmente, menor do que a dos centros urbanos.

As regiões rurais são áreas fora do perímetro possuindo suas próprias características sociais e econômicas (LODDER, 1970). Na elaboração de um planejamento regional é necessário pensar que nem todos os problemas são universais para todas as regiões, pois cada uma possui suas potencialidades e limitações. Conforme Mesquita e Ferreira (2016), é necessário elaborar planos que condizem com a realidade de cada localidade e desvincular o padrão de tratar todas elas como centros urbanos.

Segundo Kageyama (2004), o rural não é necessariamente agrícola, este espaço possui diversidade de atividades e funções, o campo tem densidade de população baixa, não só totalmente isoladas do meio urbano, mas se considera que ele é uma área que está no entorno e fora do espaço urbano. Portanto, as regiões rurais, estão no entorno do meio urbano, isso implica que nem sempre estes espaços estão isolados, mas podem demonstrar nível de interação.

As regiões rurais podem ser classificadas conforme seu nível de integração com meio urbano, elas podem ser as zonas integradas, intermediárias e isoladas. Kageyama (2004) diz que as regiões integradas são os locais perto dos centros urbanos, elas têm as melhores qualidades do rural e da cidade, enquanto as intermediárias têm como característica um setor agrícola forte e rentável, ficam longe das cidades e tem fácil acesso a elas. Por fim, as zonas isoladas estão mais distantes dos centros urbanos e possuem uma densidade populacional menor, com uma produção tradicional. Portanto, existem diferentes níveis de integração com meio urbano, isto implica que as regiões rurais não são homogêneas, mas diferentes entre si.

Lodder (1970), menciona que os espaços rurais deixam de aproveitar seus possíveis

potenciais, por ter como prerrogativa de que todas as regiões são homogêneas, e o termo agricultura procurar explicar toda uma região e não apenas sua atividade econômica. Isso implica que as diversas características de uma região rural, além dos fatores econômicos são importantes na hora de planejar o desenvolvimento socioeconômico regional. Schneider (2010), menciona que há uma diversidade nos modos de vida e uma diversificação nas atividades, como diferentes culturas e o fazer atividades não-agrícolas ainda que se viva no campo.

Além disso, a região rural possui maior extensão territorial, mas uma densidade populacional menor em relação aos centros urbanos (LODDER, 1970). Isso implica em uma subavaliação dos desafios no campo, devido à concentração menor de pessoas por metro quadrado. Um impasse é a flutuação do crescimento a curto prazo, ainda que a rentabilidade das atividades exercidas no campo em um curto espaço possua um crescimento menor do que atividades realizadas no meio urbano (MESQUITA; FERREIRA, 2016).

Dessa forma, sendo a atividade central a produção primária, as regiões rurais acabam sujeitas às mudanças climáticas e a um menor crescimento em relação às atividades urbanas (LODDER, 1970). Isso implica na necessidade de um planejamento regional, que considere as dificuldades enfrentadas nesse espaço, para que as ações e soluções para problemas sejam condizentes com a realidade mostrada no campo.

Além disso, o espaço rural apresenta atividades rurais não-agrícolas, resultado de uma urbanização do campo, apresentando atividades como turismo, lazer, prestação de serviços e atividades decorrentes da preservação do meio ambiente (SILVA, 2002). O espaço considerado rural se mostra como algo que possui características semelhantes aos centros urbanos, mas outrora, completamente distintas.

Segundo Mesquita e Ferreira (2016), as metodologias empregadas para planejar essas partes dos territórios são incompletas e se apresentam em fases inicial, sem um devido acúmulo de experiências. Esse arcabouço de tentativas passadas, se mostra importante em regiões cuja organização de suas tarefas ainda está incompleta ou mostra certas deficiências que são reveladas através de diagnósticos para um planejamento.

Os outros impasses são a dependência externa para tomada de decisão e a diminuição da participação da população na construção das atividades internas, pois a formação dos preços de bens em estágio primário ou matérias é realizada fora da região (LODDER, 1970). Logo, as regiões rurais possuem pouca influência na formação de preço, isso implica um forte controle externo nas decisões.

Mesmo que exista uma preferência por estruturas descentralizadas quando existe um grande espaço territorial, isso não implica na aplicação de uma descentralização que permite o alcance da totalidade do território. De acordo com Mesquita e Ferreira (2016), as diferenças entre regiões e utilização de padrões de planejamento que não considerem

peculiaridades de cada local, dificulta a integração do território e ainda impede a aplicação de estruturas participativas.

Desse modo, os planejamentos regionais elaborados em regiões rurais, precisam considerar os padrões culturais e sociais, além disso, procurar satisfazer não só o órgão central, mas também a população local (LODDER, 1970). Entretanto, como planejar apenas para uma região? Logo, percebemos um dos motivos de realizar diagnósticos socioeconômicos, pois eles demonstram, sob um olhar analítico, as condições da região. Para então, com base nestas informações, serem pensadas soluções para os limites encontrados, bem como potencializar as forças existentes. Na próxima seção estão apresentadas experiências brasileiras para o planejamento.

EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE PLANEJAMENTO

Em território brasileiro aconteceram tentativas de planejamento com o objetivo de melhorar e modernizar a estrutura produtiva e gerar crescimento econômico ao país. Neste sentido, vale destacar os planos Salte, Metas, Trienal e PND I e II, sendo que esses planos servem de base para compreensão de como se planeja o crescimento e, eventualmente, o desenvolvimento no Brasil. Mesmo existindo muitas tentativas no período de 1930 a 1970, o presente capítulo irá abordar somente aqueles que apresentavam ao menos algumas incitações ao desenvolvimento social ou econômico do país.

Conforme Mello e Souza (1984), o Brasil passou por uma série de experiências de planejamentos nas décadas de 1930 até 1970, com o objetivo de desenvolver a economia brasileira e consequentemente industrializar o país. Para isso se faz uso do PSI, processo de substituição de importações, algo que seguiu a linha de pensamento de Prebisch (1949). As tentativas de criar um plano global para o país, perduraram nas décadas posteriores, sendo que esse período foi marcado pela busca de um desenvolvimento econômico brasileiro.

Quanto ao Plano Salte ele foi elaborado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), mas executado em maior parte no governo de Getúlio Vargas (1951-1954). O plano buscava organizar os gastos públicos e resolver entraves setoriais que poderiam impedir um futuro processo de industrialização (ALMEIDA, 2007). Podemos observar que o plano se assemelhou mais a um orçamento para o período do governo, do que a um planejamento público.

Dessa maneira, a experiência inicial do governo brasileiro em planejar o desenvolvimento, resultou na resolução de problemas setoriais e de dispêndios do governo. Os setores escolhidos para serem trabalhados eram: saúde, alimentação, transporte e energético (MELLO E SOUZA, 1984). Esses quatro eram considerados chave para que o país pudesse revolver os problemas que impediam o desenvolvimento através da

industrialização.

Conforme Mello e Souza (1984), o Plano Salte possuía um caráter simbólico, mais do que efetivamente aplicável, pois o governo apenas pretendia reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento econômico do país. Assim, a primeira experiência em planejar, acabou sem cumprir nenhum de seus desígnios. Mello e Souza (1984), salientam que devido aos erros presentes no Plano Salte, não foi possível alcançar seus objetivos.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), temos um avanço no planejamento público, com o Plano de Metas. Segundo Almeida (2007), o Plano de Metas apresentou uma grande evolução na coordenação da ação do Estado ao agir em vários setores da economia, em específico aqueles vinculados às atividades industriais, pontos de estrangulamento e germinação econômica. O plano ainda não englobava todos os setores do país, mas envolvia 30 metas que buscavam desenvolver a indústria de base, educação, energia, transporte e alimentação (MELLO E SOUZA, 1984).

O Plano de Metas resultou em um crescimento econômico para o período, um aumento de renda per capita, a construção de Brasília, a consolidação do Processo de Substituição de Importações (PSI) e o fortalecimento de uma classe média de trabalhadores assalariados (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2012). Dentre outros resultados, temos o desenvolvimento da indústria automobilística, têxtil, alimentos e de comunicação (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2012). Em comparação ao plano anterior, o qual não conseguiu cumprir praticamente nenhum objetivo, o Plano de Metas apresentou grandes avanços e resultados.

Os resultados do Plano de Metas se mostraram positivos no geral, mas do ponto de vista de cada meta isolada, há disparidades, uma vez que alguns objetivos foram alcançados, indo além das expectativas, mas outras metas não foram cumpridas e algumas apresentaram resultados piores (MELLO E SOUZA, 1984). Dessa forma, o plano cumpriu a maioria de seus objetivos, mas de maneira desequilibrada, apresentando bons resultados em alguns objetivos, enquanto outros não foram efetivamente alcançados.

O Plano Trienal foi criado no governo de João Goulart (1963-1965), ele buscou desenvolver o país rapidamente e garantir estabilidade inflacionária, através das reformas administrativas, agrárias, fiscais e monetária (ALMEIDA, 2007). Com este plano se pretendia aumentar o produto nacional bruto, mas com certa distribuição de renda, através do aumento salarial real, com um controle da inflação, para que o aumento real dos salários se mantivesse.

Entretanto, o cenário político não permitiu a aplicação do Plano Trienal, Almeida (2007) comenta que as pressões populares, das classes dominantes e da população em geral, fizeram com que o plano não fosse adiante, tendo seu fim marcado com o início dos governos militares que descontinuaram o plano.

No I Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND), na proposta havia um enfoque para desenvolvimento do país não só econômica, mas também socialmente. Segundo Matos (2002), o plano tinha como objetivo inserir o Brasil no grupo de países desenvolvidos. Desse modo, o país deveria aumentar sua renda per capita, seu produto interno bruto, investir na indústria de bens de consumo, melhorar a educação, saúde e saneamento básico.

O I PND foi criado no governo Médici (1969-1974), e aconteceu em conjunto com o período do Milagre Econômico brasileiro. O planejamento no período mostrava um modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, que busca organizar o Estado e suas instituições (MATOS, 2002). Este procurou organizar as relações institucionais do governo e manter um nível alto de crescimento econômico. O plano teve uma execução positiva do lado econômico, mas o social não apresentou os mesmos resultados (MATOS, 2002).

O II PND, elaborado no governo de Geisel (1975-1979), mudou em relação ao plano anterior. Conforme Gremaud; Vasconcellos; Junior (2012), o objetivo era desenvolver a indústria de bens de capital e reformar a estrutura do país, mantendo as altas taxas de crescimento do produto interno bruto. Entretanto, havia pouca preocupação, quanto às medidas de distribuição de renda. A prioridade foi dada ao crescimento, enquanto a distribuição ficou em segundo plano (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2012). Já não era prioridade desenvolver socialmente, mas sim manter o crescimento alcançado no período anterior.

O II PND também descentralizou o planejamento e buscou a modernização de regiões localizadas no interior do país (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2012). Logo, percebemos uma evolução, pois agora pela primeira vez, se considera o interior do país e as regiões com menor nível de desenvolvimento econômico e social. Contudo, isso ocorreu não por iniciativa do governo, mas por apoio popular ou pressões políticas (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2012).

Entretanto, o II PND não obteve o resultado esperado, sendo considerado um insucesso. Segundo Gremaud; Vasconcellos; Junior (2012), o Estado elevou demasiadamente seus gastos, sem desenvolver os mecanismos de financiamento, causando um problema de endividamento, enfrentado pelos governos brasileiros posteriores. Portanto, o resultado do plano não foi positivo, pois não conseguiu manter os níveis de crescimento alto e levou ao endividamento e a instabilidade monetária para a década seguinte.

As décadas de 1980 e 1990, foram dedicadas aos planos de estabilização econômica. Gremaud; Vasconcellos; Junior (2012), destacam que o país enfrentava problemas com o endividamento externo e altas taxas de inflação, tornando necessários planos pontuais que resolvessem esses desafios. Logo, o Brasil só tem sucesso em 1994, com a adoção do Plano Real, sendo que a tentativa de planejamento global e regional são retomadas na década de 2000.

A partir da década de 2000, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) traz um olhar regional para o desenvolvimento brasileiro, uma vez que a PNDR teve início em 2003 tendo um processo de implantação até 2011 (RESENDE et al., 2015). No ano de 2019, o governo elabora uma nova PNDR através do decreto de Decreto nº 9.810, de 2019, sendo que até esse momento não houve previsão orçamentária para sua execução.

Os objetivos iniciais do PNDR eram diminuir as desigualdades regionais e estimular os potenciais para o desenvolvimento brasileiro nas diferentes regiões (RESENDE et al., 2015). Isso ocorreu através de linhas escalares de organização, no nível nacional, macrorregional e sub-regional, combinando ações e articulações entre os diferentes níveis de governo indo além das fronteiras administrativas (RESENDE et al., 2015).

Além disso, temos a inclusão de um caráter prioritário para o desenvolvimento regional. Segundo Resende et al. (2015), se consideram dois fatores na escolha de regiões, os rendimentos domiciliares médios e o crescimento do produto interno bruto per capita. As duas variáveis resultaram em quatro grupos definidos de microrregiões: de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda. Assim, percebemos que a política considerava elementos relevantes para estimular o desenvolvimento, dado o objetivo de diminuir a desigualdade.

A nova PNDR traz alterações e mudanças em seus objetivos, conforme o Art. 3 do Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019 (BRASIL, 2019). O Estado estimula os níveis iguais de desenvolvimento e de qualidade de vida entre e no interior das regiões, em especial aquelas com indicadores socioeconômicos baixos; desconcentra e interioriza o desenvolvimento, considerando as especificidades regionais.

Outro objetivo, segundo o Art. 3 do Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019 (BRASIL, 2019), é estimular a produtividade e a competitividade regional, em especial nos locais que exibam declínio populacional e altas taxas de emigração. Também visa promover agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas e minerais. Desse modo, observamos que as mudanças na PNDR, ao longo dos anos, buscam desenvolver as regiões para que todos estejam com oportunidades menos desiguais.

Em termos de avanço legislativo que auxilia e embasa o processo de planejamento público, temos o Plano Plurianual (PPA). Conforme o § 1º do Art. 165 da Constituição Federal Brasileira de 1998 (BRASIL, 1988), a Lei Plurianual da União determina as diretrizes, metas e objetivos sobre como a administração pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, deve agir para reger as despesas, além dos programas de duração contínua. Assim, os governos tem a obrigação legal, instituída via CV 1988, de planejar seus gastos utilizando-se do instrumento do Plano Plurianual.

O PPA tem como objetivo definir os resultados esperados, organizar programas e ações que tenham como fim o incremento de bens ou serviços que atendem a sociedade (BRASIL, 1988, § 1º do Art. 165 da Constituição Federal Brasileira de 1988). Logo, a União, Estados e Municípios devem prever quais serão suas receitas e suas despesas. Assim, a lei procura instigar os gestores públicos a planejar como e onde os governos gastam seus recursos e qual a origem de sua arrecadação.

Assim, o Plano Plurianual estabelece uma relação entre as ações e a estratégia de governo, possibilitando uma coerência nas diretrizes e metas através do remanejamento adequado de recursos (PAULO, 2010). O Plano busca alinhar recursos disponíveis com objetivos que englobem o interesse nacional, estadual e municipal, seguindo um direcionamento dado aos gestores públicos.

Segundo Paulo (2010), a PPA ainda retrata a distribuição regional de gastos e metas para dar transparência na gestão de recursos e resultados alcançados. Assim, podemos perceber uma preocupação com o caráter regional, no qual o órgão central planeja considerando suas divisões regionais.

Os legisladores municipais ainda tem um outro dispositivo para planejar, o Estatuto da Cidade. A partir deste marco legislativo, o planejamento público brasileiro passa a conceder às suas regiões e cidades, maior responsabilidade com suas ações e somar benefícios ao agregado, ajudando no desenvolvimento social e econômico nacional (BRASIL, 2008). Logo, o Estado brasileiro apresenta processo de distribuição de responsabilidades ao delegar ações para suas unidades federativas.

O Estatuto aborda sobre a divisão do solo urbano e seus processos, trata sobre as locações dos imóveis urbanos e seus processos, além disso informa sobre o funcionamento dos conselhos das cidades, servindo também para normatizar a forma de organização e planejamento dos municípios (BRASIL, 2008). Portanto, ele serve para dar direção e organização aos municípios na criação de seus planos, bem como organizar suas atividades diárias.

O Estatuto da Cidade é pautado principalmente na Lei nº 10.257, que aborda sobre as diretrizes gerais, instrumentos da política urbana (BRASIL, 2001, Art. 1º da Lei nº 10.257). O estatuto integra os planos nacionais, regionais e estaduais, além da idealização de regiões metropolitanas, aglomerações, microrregiões e municípios (BRASIL, 2001, Art. 4º da Lei nº 10.257). Desse modo, o Estado delega o processo de planejamento público aos municípios, realizando um processo de desconcentração em sua estrutura e para isso ele conta seus recursos.

Um dos instrumentos indicados pelo Estatuto da Cidade é o Plano Diretor, o qual constitui um instrumento básico para a expansão da atividade urbana e a política do desenvolvimento das cidades. Ele deve atingir todo território urbano do município, as

diretrizes orçamentárias, orçamento anual e o plano plurianual, sendo obrigatório para cidades com número de habitantes superior a 20 mil (BRASIL, 2008). Assim, o Estado brasileiro realiza medidas de regionalização, promovendo ações públicas a nível nacional e regional, considerando o papel que os municípios ocupam no desenvolvimento.

Assim, nesta seção procurou evidenciar aspectos sobre o planejamento do desenvolvimento de regiões e ainda como a experiência brasileira pode ser utilizada (ou não) enquanto referência para atingir tal objetivo. Desse modo, os planos, as políticas e a legislação brasileira, ao menos tentam promover ações que desenvolvam o país, em especial nos aspectos econômico e. Nesse sentido, os diagnósticos são ferramentas úteis para o órgão planejador oportunizando informações sobre as especificidades de cada local e subsídios que permitam conhecer a realidade e assim ser possível agir sobre ela.

DIAGNÓSTICOS SOCIOECONÔMICOS

Essa subseção tem o intuito de apresentar o que são os diagnósticos socioeconômicos e a sua importância para o planejamento do desenvolvimento regional. Além disso, ela aborda sobre a escolha de cada indicador, bem como o seu papel na ferramenta do diagnóstico. Sendo assim necessário elencar quais indicadores são relevantes para o tema estudado.

A palavra diagnóstico, se origina do termo grego, *diagnóstikós*, assim, “dia” tem o significado de separar em partes e “gnosis” significa conhecimento, percepção (RODRIGUES, SOUZA, PEDROSO, 2008). Logo, ele é uma forma de percepção de um todo, através de cada uma de suas partes, possibilitando descrever ações humanas e explicar eventos observados na sociedade humana, à medida que os fatores sofrem alterações ao longo do tempo.

O diagnóstico, como ferramenta, se difunde por vários campos de estudo, sendo eles o econômico, social, político e frequentemente é associado à medicina (MAESSO, 2014). Mas ainda que esteja comumente relacionado aos estudos médicos, sua utilização envolve outras áreas de estudos. Para Ferreira (2010), diagnóstico significa descobrir uma doença a partir de seus sintomas. Portanto, seu significado, se resume a descobrir algo, partindo de seus elementos.

Quando adicionamos o termo socioeconômico, uma junção das esferas sociais e econômicas, resultamos em exame de determinados fatores para descobrir as condições de cada esfera, em que as condições estão relacionadas a um estado de ser ou a situação em que se encontra (FERREIRA, 2010). Portanto, diagnosticar social e economicamente algum espaço, implica compreender essa região, partindo de elementos específicos que representem as circunstâncias desse local.

Para Jannuzzi (2014), o diagnóstico socioeconômico é um instrumento que auxilia

mostrando uma imagem da realidade de uma região, para que as informações resultantes sejam usadas na proposição e elaboração de planejamentos e políticas públicas. Então, a elaboração dessa ferramenta é um passo inicial para se construir um plano regional. Dessa forma, ao diagnosticar um território, se busca fornecer informações preponderantes a um conjunto de elementos expositores (JANNUZZI, 2014).

A função de um diagnóstico socioeconômico é identificar potencialidades e limites de uma região para que assim sejam desenvolvidas ações que aproveitem as oportunidades e proporcionem soluções aos problemas enfrentados por tal território (MEREGE, 2011). Portanto, os diagnósticos são usados para descobrir o estado de ser de uma região, indicando aspectos que podem auxiliar ou impedir o desenvolvimento do território.

Então, os dados sobre o território, gerados por um diagnóstico para os órgãos responsáveis pelo planejamento, permitem uma noção territorial e multissetorial do local em que atuam, expandindo seu conhecimento sobre a região (MEREGE, 2011). A partir das informações disponíveis se torna possível a realização de planejamentos regionais para que se alcancem metas que cumpram com o interesse dos envolvidos em desenvolver o espaço.

Entretanto, do que são formados os diagnósticos socioeconômicos? Assim como uma doença possui sintomas e com base neles se descobre o que aflige um paciente, temos os indicadores que desempenham um papel semelhante. Soligo (2012), salienta que indicadores representam um aspecto da realidade e se relacionam com um conceito previamente estudado na teoria. De todo modo é como tentar mensurar um fator, antes trabalhado nas ideias de pesquisadores, e buscar representá-lo como forma de explicação da realidade humana.

Assim, os conceitos mudam ao longo do tempo, implicam mudanças em como representá-los (SOLIGO, 2012). Em um contexto no qual as teorias sobre desenvolvimento econômico e social vão sofrendo alterações, os instrumentos necessários para sua representação também sofrem modificações para que sua qualificação seja bem-sucedida, como parte de um processo de validação de uma teoria.

Os indicadores usados para medir fenômenos sociais são denominados, socioeconômicos, mas também incluem informações sobre a educação, saúde, por exemplo (SOLIGO, 2012). Dessa forma, entendemos que mensurar acontecimentos da sociedade, implica utilizar seus próprios parâmetros.

Conforme Jannuzzi (2014), os indicadores socioeconômicos demonstram as condições de uma população, procurando a resposta para questões relacionadas à educação, saúde, segurança pública, rendimentos individuais e habitação, mas também aos aspectos econômicos, como a geração de riquezas, produção, finanças públicas, mercado de trabalho. Então, através desses conjuntos de fatores, podemos mostrar a

situação de um local e se ele apresenta qualidades para ser considerado desenvolvido ou não. Bem como quais são os gargalos ou limitações que precisam ser resolvidos para alcançar um nível mais adequado de desenvolvimento.

Na construção de indicadores inicialmente é necessário considerar em qual ponto da realidade se quer demonstrar, bem como em qual conceito de explicação se basear para explicar o resultado (SOLIGO, 2012). Os indicadores sociais não possuem o mesmo grau de consenso e nem a mesma explicação daqueles utilizados nas ciências exatas. Segundo Soligo (2012), a dificuldade é que os indicadores podem ser pautados na média, então eles acabam por não considerar as características individuais de cada elemento estudado. Portanto, ao se fazer abstrações e simplificações para se explicar determinado aspecto da realidade, acabamos por perder parte de precisão e detalhes.

Os indicadores socioeconômicos podem revelar o progresso, mensurar mudanças, determinar impactos de ações anteriores planejadas (MOURÃO, 2006). A capacidade de medir um fator resulta em um auxílio para as tomadas de decisões, fundamentando as argumentações mediante o fornecimento das informações sobre os processos de planejamento. Então, elaborar diagnósticos são importantes para fornecer bases para o planejamento do desenvolvimento.

Portanto, trabalhamos o que seria um diagnóstico socioeconômico e quais indicadores seriam utilizados para que esse venha a representar um perfil da região. Dessa forma, a próxima seção tem como objetivo abordar sobre como foi elaborada essa pesquisa, que busca elencar quais são os potenciais e limites da região diagnosticada.

METODOLOGIA

Nessa seção discorreremos sobre a metodologia empregada nessa pesquisa, considerando que o método é um sistema lógico e racional com atividades que seguem etapas até cumprir os objetivos propostos e responder a um questionamento científico (MARCONI; LAKATOS, 2013). A metodologia busca mostrar como foi construído o trabalho científico, demonstrando passo a passo o caminho para se chegar nos resultados planejados.

Além disso, esse trabalho de conclusão de curso é uma monografia, consistindo em um estudo completo e exaustivo a respeito de um tema específico, seguindo um método rigoroso e com etapas claras (GIL, 2013). Logo, a monografia procura explicar determinada problemática, seguindo passos rígidos, para que se alcance os alvos do estudo. Neste caso, a caracterização de uma condição socioeconômica da região constituída pelos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.

Dessa forma, a seção foi dividida nos seguintes pontos: delineamento da pesquisa; universo e amostra; procedimentos de coleta e análise dos dados e limitações do estudo. O primeiro ponto discorre sobre o delineamento, cujo objetivo é falar sobre a natureza do trabalho científico. Já o segundo aborda o universo e a amostra da pesquisa, procurando responder quem é nosso objeto de estudo.

No terceiro tópico são apresentados os procedimentos de coleta e análise dos dados, a fim de demonstrar como foi realizado o levantamento das informações e como foi feita a análise dos dados. O último ponto descreve as limitações da pesquisa, apontando os problemas e eventuais dificuldades enfrentadas na elaboração da pesquisa.

DELINEAMENTO DA PESQUISA

A respeito do delineamento são abordados alguns pontos procurando identificar a natureza dessa pesquisa. É relevante mostrar ela do ponto de vista de sua finalidade, de seus métodos e dos seus objetivos. Portanto, da ótica de sua finalidade, essa pesquisa pode ser considerada de natureza aplicada, pois ela busca desenvolver um diagnóstico socioeconômico sobre o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR, o qual possui uma aplicabilidade bem evidente.

As pesquisas de natureza aplicada podem ser definidas como estudos voltados para aplicação prática, visando não só o aperfeiçoamento da ciência, mas também a sua utilização em ações práticas (GIL, 2008). Em outras palavras ao realizar um diagnóstico do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR, estamos auxiliando no aperfeiçoamento do conhecimento. Entretanto, isso também serve para uso prático, considerando que as organizações interessadas podem utilizar esse diagnóstico para seu planejamento.

Já na visão de seus objetivos, esta pesquisa é de caráter descritivo. Conforme

Prodanov e Freitas (2013), ela pode ser definida com uma investigação que observa e registra eventos, não interferindo nas variáveis, apenas as descrevendo. Assim, este trabalho é considerado descritivo, pois ele caracteriza os municípios do território Cantuquiriguaçu/PR levando em consideração a situação socioeconômica dos municípios da região.

Desse modo, estamos apenas descrevendo a situação do local estudado, sem interferir nas variáveis, mantendo-as sem alterações, mesmo que haja explicações e comparações pontuais ao longo da pesquisa. O caráter dela é predominantemente de uma descrição dos dados, reunidos e organizados, para a posterior elaboração de uma análise, tendo eles como pauta principal diagnosticar o Território da Cantuquiriguaçu/PR.

Além disso, essa pesquisa também pode ser considerada documental, pois utiliza diagnósticos anteriores, levantamentos estatísticos e relatórios sobre a região e seus municípios. A investigação documental é semelhante à bibliográfica, mas seu diferencial é de que ela consiste na exploração de arquivos que necessariamente não possuem tratamento científico ou foram analisados em primeiro grau (GIL, 2008). Em outras palavras na pesquisa documental podem ser utilizados documentos oficiais que não passaram por tratamento científico ou estudos estatísticos que sofrem uma análise primária.

Quanto aos métodos eles podem ser de viés qualitativo ou quantitativo. A pesquisa qualitativa tem como intuito realizar uma investigação baseada em interpretar seu objeto de estudo (GOLDENBERG, 1997). Os estudos qualitativos reúnem um aglomerado de vários meios de interpretação que procuram descrever e decodificar os mais variados significados (NEVES, 1996). Em outras palavras, se procura trazer uma tradução e expressar os acontecimentos dos fenômenos, realizando uma aproximação da teoria e dos dados disponíveis.

Quanto à abordagem de cunho quantitativo ela se destaca com pensamento dedutivo, trazendo mensurações de informações do cotidiano (KOIZUMI, 1992). As pesquisas quantitativas são utilizadas como apoio para o pesquisador, onde ele se utiliza de informações em números (POPPER, 1972). Em suma, é a utilização dos números e da estatística que prevalece nesse tipo de abordagem.

A abordagem quantitativa geralmente é usada para averiguar hipóteses, contando com levantamentos de dados, ferramentas estatísticas, técnicas matemáticas (POPPER, 1972). Ao contarmos com os diversos trabalhos estatísticos podemos usá-los para os mais diferentes fins e relacionar com as teorias desenvolvidas até o momento. Isso permite dar um significado para esses números e explica-los de uma forma que responda o problema de pesquisa.

Desse modo, este estudo é considerado, predominantemente, qualitativo no decorrer de suas análises, mas se utiliza de recursos qualitativos na apresentação das informações. Portanto ao efetuar os levantamentos dos números dessa região, procuramos conhecer

peculiaridades e pontos em comum entre a região e desta com outras regiões e a partir disso identificar significados com base nas ideias disponíveis sobre o assunto.

UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo da pesquisa deste estudo dessa pesquisa é o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, localizado no estado do Paraná. Ele é formado por vinte municípios, sendo eles Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. Na figura 1 é possível visualizar a localização dos municípios na região e da região no Estado do Paraná.

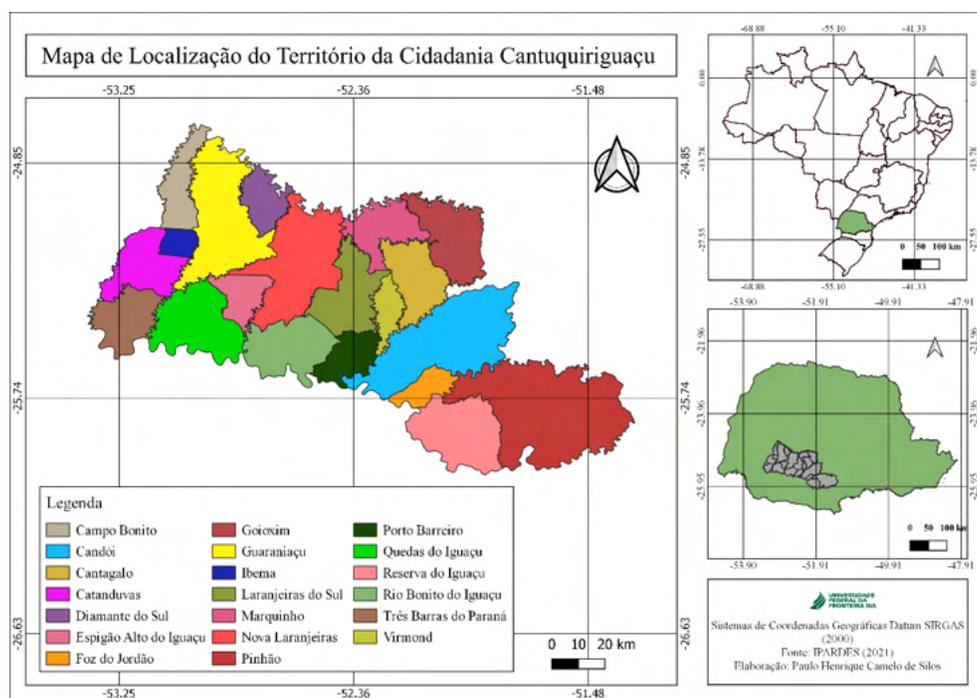


Figura 1 - Mapa de Localização do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O universo pode ser conceituado como um conjunto de indivíduos com uma característica em comum, enquanto a amostra é uma parte dessa grande população (MARCONI; LAKATOS, 2013). Dessa forma, o objetivo foi realizar um diagnóstico do conjunto dos municípios desse território e não apenas um município em especial. Constituindo-se o

território a amostra analisada, buscando comparar os resultados com o Estado do Paraná.

A região Cantuquiriguaçu fica situada no terceiro planalto do Paraná, ela é constituída por uma área de 13.986,40 km², ocupando aproximadamente 7% do território paranaense (IPARDES 2007). Dessa maneira, o diagnóstico foi realizado nesse território com a finalidade de compreender a situação socioeconômica, fornecendo base para futuros planejamentos e políticas públicas. A seguir descreveremos os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento de coleta de dados ocorreu através de uma pesquisa documental, na qual, foram reunidas informações que deram suporte para a resposta ao problema de pesquisa. A fonte desses dados é secundária, pois sua origem é de um levantamento realizado por um indivíduo que não é o próprio pesquisador. Esse tipo de fonte contém informações reunidas por terceiros, sendo elas realizadas por outro indivíduo ou organização que não seja o autor do trabalho acadêmico (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Existem diversas fontes de dados e inúmeros órgãos responsáveis pela coleta e tratamento dessas informações. Assim, a natureza dos dados é de registros estáticos, pois foram reunidos índices sobre um território. Conforme Gil (2008), neste caso a coleta de dados requer clareza ao fazer uma busca pelas fontes que se adequem aos objetivos da pesquisa. Portanto, esta pesquisa buscou dados confiáveis e que representem o contexto da problemática inicial.

Se realizou uma adaptação da metodologia aplicada por IPARDES (2007) para se elaborar um diagnóstico socioeconômico que retratasse e fornecesse bases para uma análise das condições econômica e socioeconômica do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. E assim servir de suporte para apontar as potencialidades e limites para o desenvolvimento socioeconômico desse território.

Então, as informações foram divididas em dimensões que demonstrem determinados aspectos da região. Segundo IPARDES (2007), os dados foram agrupados originalmente em quatro grandes grupos, são eles a dinâmica populacional, dimensões do desenvolvimento, caracterização econômica e ativos institucionais. Logo, para adaptarmos o método a resposta do questionamento inicial deste trabalho acadêmico, foram utilizados termos que se adequem melhor ao contexto da pesquisa. Portanto, no Quadro 1 constam informações a respeito das dimensões e os indicadores utilizados para a elaboração do diagnóstico.

Dimensões	Aspectos e indicadores a serem abordados
Dimensão Social	Caracterização do Território: População censitária e estimada; Índice de desenvolvimento humano municipal; Taxa de pobreza; Concentração de renda.
	Aspectos Educacionais: Matrículas do ensino básico; Estabelecimentos de ensino básico; Taxa Aprovação do ensino básico; Taxas de evasão do ensino básico; ingressante do ensino superior; Estabelecimentos do ensino superior; Número de concluintes do ensino superior.
	Aspectos da Saúde: Número de hospitais e Leitos; Número de Profissionais de Saúde; Taxa de Natalidade Bruta, Taxa de Mortalidade Geral; Domicílios ligados com água e esgoto.
Dimensão Econômica	Aspectos de geração de renda e emprego: Produto interno bruto; Valor adicionado bruto, por setor de atividade econômica; Renda domiciliar e per capita; Número de Estabelecimentos industriais; Número de empregados por tipo de indústria.
	Aspectos Agropecuários e Rurais: Número de estabelecimentos, destacando os agricultores familiares e não familiares, assentamentos, terras indígenas, quilombolas; Efetivos da pecuária (bovinos, equinos, ovinos, suínos, aves, bubalinos, caprinos); Culturas Produzidas; Produtos de Origem Animal; Silvicultura.
	Aspectos da Gestão Pública: Receitas Municipais, Despesas Municipais, Superavit/Déficit das Contas Públicas; Índice Firjan Gestão Fiscal.

Quadro 1 - Índices das dimensões social e econômicos

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPARDES (2007)

A origem dos dados coletados nessa pesquisa são Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Ministério da Saúde (DATASUS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Índice Firjan Gestão Fiscal (IFGF) em suas respectivas bases de dados.

A análise é composta por um conjunto de ações que consistem em reduzir e categorizar os dados e interpretar resultados (GIL, 2008). Deste modo, a presente pesquisa analisou os resultados pela seguinte forma, com uma redução dos dados disponíveis fazendo uma seleção, devido a ampla quantidade de informações disponíveis nos bancos de dados. Em seguida categorizou os resultados conforme o quadro 1 e por fim interpretou os dados, procurando descrevê-los e contextualizá-los de acordo com tema.

Dessa maneira, um instrumento aplicado na análise dos dados é a estatística descritiva dos índices socioeconômicos reunidos e organizados na coleta de dados. Para Kühn (2017), ela consiste na utilização de medidas para acompanhamento do comportamento de variáveis, utilizando-se da média, mediana e medidas de dispersão, como o desvio padrão.

Os cálculos foram realizados nos softwares Excel usando fórmulas e calculando a média de dados não agrupados. Segundo Fonseca e Martins (2011), a média é uma medida de centro, que consiste no somatório da série a divisão pelo número total de elementos.

$$\bar{x} = \frac{\sum x}{n}$$

No qual, \bar{x} é a média de dados não agrupados, $\sum x$ é a soma dos valores presentes na série e n é o número de elementos da série de dados. Enquanto, o desvio-padrão da amostra é a medida de dispersão que considera a variabilidade dos valores em torno da média (FONSECA; MARTINS, 2011). O desvio-padrão é calculado utilizando-se:

$$S = \sqrt{S^2}$$

Logo, S é o desvio-padrão, e o S^2 é a variância, ela mede o quanto os valores variam em torno da média. Desse modo, se observou a média do território, o desvio-padrão, a diferença entre as médias da unidade federativa, o Paraná e o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Além disso, foi realizado acompanhamento evolutivo dos índices, através de tabelas e gráficos. Conforme Fonseca e Martins (2011), esse tipo de análise consiste em organizar os dados e observar o comportamento da evolução de uma variável em determinado período. Em relação aos anos para os quais foram apresentadas as informações, foram escolhidos os anos de 2017 e 2019 por serem aqueles para os quais há maior disponibilidade de informações serem os dados mais recentes disponíveis, permitindo realizar a descrição e comparação dos dados entre os dois períodos.

O acompanhamento da evolução de índices pode acontecer por meio de gráficos, pois eles permitem apresentar conclusões sobre o comportamento de variáveis. Segundo Fonseca e Martins (2011), as representações gráficas possibilitam acompanhar a evolução de fenômenos e como os valores em séries podem se relacionar. Ao utilizarmos dados dos bancos estatísticos, analisar seu comportamento através desse tipo de ilustração gráfica, permite observar potencialidades e limitações, quanto ao significado do índice para o tema.

A análise também conta com a utilização de mapas temáticos, para facilitar a visualização da evolução dos índices ao longo do período. Esses mapas foram elaborados fazendo a utilização de técnicas que tem como o objetivo melhorar a comunicação, representando eventos de qualquer natureza, geograficamente dispersos sobre a superfície do território (ARCHELA; THÉRY, 2008). Logo, essas informações visuais, auxiliam na capacidade de comunicar as eventuais variações nos indicadores de uma região, ligando determinadas variáveis com uma imagem do espaço físico.

De acordo com Archela e Théry (2008), os fenômenos podem ser tanto de natureza física como, a média anual de temperatura, ou de natureza abstrata, tal como indicadores sociais e perfil de uma população. Portanto, o uso de mapas pode ser aplicado em um diagnóstico, sendo aproveitado em uma análise de um território, que busque evidenciar determinados aspectos, os mapas foram elaborados no software Q-gis, que busca trabalhar dados através de representações visuais.

Essa seção buscou mostrar como foi realizada a coleta e análise dos dados sobre o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Assim, a próxima subseção tem a finalidade de mostrar quais são as limitações que essa pesquisa apresenta.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Os limites também são encontrados nos estudos de cunho científico, logo, este trabalho de conclusão de curso possui algumas limitações, as quais de modo geral são entraves que os métodos estão sujeitos ao longo de sua construção. Mesmo que haja esforços para que as pesquisas apresentem a maior qualidade possível, existem barreiras, ainda que elas possam ser superadas por estudos futuros.

Os eventuais problemas, metas que não podem ser realizadas, as lacunas que são deixadas sem respostas, são consideradas limites para a pesquisa científica (VARGAS; MANCIA, 2019). Assim, podemos notar que as pesquisas podem passar por eventuais dificuldades, entretanto é importante destacar algumas delas, para que esse estudo se torne fidedigno quanto aos propósitos estabelecidos.

Esse estudo demonstra aspectos gerais e agregados, dados o grande volume de informações e demonstrando um esforço de abstração e não uma exata realidade de algumas situações encontradas nos municípios. Além disso, algumas informações estão limitadas até o ano de 2019 de acordo com a disponibilidade de dados existentes.

Além disso, outra limitação está relacionada à dificuldade de experimentação. As ciências sociais utilizam pouco essa ferramenta, devido aos problemas em controlar as variáveis para que verifique a autenticidade dos fatos (GIL, 2008). Em relação aos estudos envolvendo o desenvolvimento econômico, eles podem ser um tanto generalistas, com instrumentos de mensuração imprecisos (PASTORE, 1967). Consequentemente, isso torna difícil experimentar e constatar a veracidade das hipóteses levantadas por essas teorias.

Outro limite está voltado à média, por ser uma medida de centro que sofre influência de valores localizados nos extremos, os valores podem não representar a realidade individual. Logo, ainda que se adotem medidas, como mostrar os valores máximos e mínimos, está é uma limitação ao se fazer o uso da estatística descritiva para se analisar dados.

Portanto, esse estudo descreveu e interpretou os dados e como trabalho das ciências sociais não se utilizou da experimentação e testes controlados para veracidade de suas informações, isso também é uma justificativa para classificá-lo como estudo descritivo. Entretanto, dentro dos limites aos quais a pesquisa está delimitada espera-se que os resultados sejam confiáveis e de possível aplicação.

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

O propósito deste capítulo é apresentar e discutir os resultados das dimensões sociais e econômicas do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, com a finalidade de representar as condições socioeconômicas desse espaço. Retomando Soligo (2012), os indicadores utilizados para medir fenômenos sociais são chamados de socioeconômicos, eles também incluem informações sobre a educação, saúde, entre outros.

Dessa maneira são apresentadas informações oriundas do último censo demográfico, efetuado em 2010, além de informações para os anos de 2017 e 2019. Este segundo ano é aquele para o qual a maior parte das variáveis está disponível e 2019 aquele ano mais recente com dados. O primeiro ponto a ser abordado na dimensão social são os indicadores sintéticos, educacionais e de saúde, formando a primeira dimensão. O segundo está relacionado à dimensão econômica que considera os indicadores de geração de riqueza, produção industrial, produção agrícola, disponibilidade de crédito, finanças municipais e a questão agrária.

Na Tabela 1 constam informações sobre a população residente nos municípios integrantes do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Municípios	2010	2017	2019
Campo Bonito	4.407	4.162	3.833
Candói	14.983	15.978	15.979
Cantagalo	12.952	13.505	13.317
Catanduvas	10.202	10.451	10.189
Diamante do Sul	3.510	3.555	3.439
Espigão Alto do Iguaçu	4.677	4.447	4.117
Foz do Jordão	5.420	5.079	4.650
Goioxim	7.503	7.448	7.111
Guaraniaçu	14.582	13.641	12.472
Ibema	6.066	6.396	6.352
Laranjeiras do Sul	30.777	32.379	32.073
Marquinho	4.981	4.725	4.405
Nova Laranjeiras	11.241	11.927	11.554
Pinhão	30.208	32.322	32.391
Porto Barreiro	3.663	3.491	3.237
Quedas do Iguaçu	30.605	33.543	34.103
Reserva do Iguaçu	7.307	7.927	8.010
Rio Bonito do Iguaçu	13.661	13.552	13.269
Três Barras do Paraná	11.824	12.256	12.040
Virmond	3.950	4.095	4.023
Total do Território	232.519	240.879	236.564
Total do Paraná	10.444.526	11.320.892	11.433.957

Tabela 1 - População censitária e estimada do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e Paraná, em 2010, 2017 e 2019.

Fonte: IBGE (2021)

Como características iniciais da região a tabela 1 contém dados sobre a população censitária e estimada para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e o Paraná, nos anos de 2010, 2017 e 2019. Então, no ano de 2010, o Território¹ apresentava cerca de 232,5 mil indivíduos.

Em 2017 nas estimativas essa população sobe para 240,9 mil indivíduos, com média de 12.043,95 habitantes por município e um desvio-padrão de 9.519,04 habitantes, este valor também indica que os valores estão dispersos em torno da média. No ano de 2019 os valores diminuem apresentado cerca de 236,5 mil indivíduos, com valor médio de 11.828,22 habitantes, um desvio-padrão de 9.632,07. Com base nestes dados pode se considerar que a população se mantém acima da faixa de 230 mil habitantes, mas com uma redução se compararmos os dois anos, o valor médio também diminuiu, mas o desvio-padrão indica que estes municípios estão cada vez mais desiguais em termos de tamanho

1. O termo território se refere ao Território da Cidadania Cantuquiriguaçu

de sua população.

Em comparação com o Estado do Paraná observamos que este apresenta uma população censitária de 10,44 milhões para o ano de 2010 e no ano de 2017 tem um crescimento passando a 11,32 milhões de habitantes. Em 2019, o dado apresenta crescimento para o valor de 11,43 milhões. Desta forma, o estado mostra um crescimento contínuo para este período, enquanto o território se observa uma redução em sua população para o último ano analisado.

Vale destacar os maiores e menores municípios em termos de população. Em 2010, os municípios com maior número de habitantes são Laranjeiras do Sul com 30.777 habitantes, Quedas do Iguaçu com 30.605 habitantes e Pinhão com 30.605 habitantes. As localidades com menor população são Diamante do Sul com 3.510 habitantes, seguido por Porto Barreiro com 3.663 habitantes e Virmond com 3.950 habitantes.

No ano de 2017, os maiores municípios em termo populacionais são Quedas do Iguaçu com 33.543 habitantes, seguido por Laranjeiras do Sul com 32.379 habitantes e Pinhão com 32.322 habitantes. Já os menores são Porto Barreiro com 3.491 habitantes, Diamante do Sul 3.555 habitantes e Virmond com 4.095 habitantes.

A partir da tabela 2 podemos observar as condições de três aspectos do Território para o ano de 2010. A primeira variável trata sobre o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M), ele mostra que a média dos municípios é de 0,65, enquanto a média do Paraná é de 0,75. Nesse índice quanto mais próximo de 1 for o valor, melhor é o desenvolvimento do município, logo, tanto o território quanto o estado possuem desenvolvimento moderado.

Mas ainda há uma diferença entre os dois, na qual, o primeiro dado demonstra que a Cantuquiriguaçu tem um nível de desenvolvimento menor do que a unidade federativa na qual está inserida, em termos de diferença são de 0,9, quase um décimo de diferença em relação à média estadual. O município com maior nível desenvolvimento é o de Virmond com 0,72, enquanto os menores são Marquinho e Diamante do Sul, ambos com 0,61.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal	Taxa de Pobreza (%)	Índice de Gini
Campo Bonito	0,68	11,89	0,48
Candói	0,63	22,52	0,54
Cantagalo	0,63	23,91	0,51
Catanduvas	0,68	16,54	0,53
Diamante do Sul	0,61	27,14	0,45
Espigão Alto do Iguaçu	0,64	31,81	0,57
Foz do Jordão	0,64	19,52	0,54
Goioxim	0,64	33,13	0,49
Guaraniaçu	0,68	16,23	0,54
Ibema	0,68	11,07	0,44
Laranjeiras do Sul	0,71	14,43	0,54
Marquinho	0,61	28,88	0,50
Nova Laranjeiras	0,64	36,01	0,56
Pinhão	0,65	24,66	0,53
Porto Barreiro	0,68	18,74	0,52
Quedas do Iguaçu	0,68	20,83	0,58
Reserva do Iguaçu	0,64	27,81	0,57
Rio Bonito do Iguaçu	0,63	24,24	0,50
Três Barras do Paraná	0,68	16,43	0,50
Virmond	0,72	14,58	0,53
Média do Território	0,65	22,02	0,52
Média do Paraná	0,75	6,46	0,53

Tabela 2 - IDH-M, taxa de pobreza e índice de Gini do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, por município, em 2010

Fonte: CENSO (2010) / IBGE (2021)

O segundo aspecto, apresentado na tabela 2, aborda a taxa de pobreza. Ela demonstra que a média dos municípios é de 22,02% e em comparação com a do estado que é de 6,46%. Nesta taxa quanto maior for sua proximidade com 0, representa-se um valor menor de pobreza no território. No caso do primeiro temos uma representativa alta de pobreza se comparada a sua unidade federativa, isso representa uma diferença superior aos 15 pontos percentuais.

Significando que enquanto o Paraná possui uma parcela relativamente menor de sua população em situações precárias, isso não pode ser observado no território, o qual possui uma quantidade relativamente alta de pessoas na pobreza. O município com menor taxa de pobreza é Ibema com 11,07%, este ainda distante da média estadual e a maior taxa está em Nova Laranjeiras apresentando 36,1% da população na pobreza, valor que equivale a aproximadamente 6 vezes o valor do estado para os períodos analisados.

A terceira e última coluna se refere ao índice de Gini, ele mede o nível de concentração na distribuição de renda, assim, quanto mais próximo de 0 for o valor, mais igual é a distribuição e quanto mais próximo de 1 for o valor, menos igualitária é a distribuição. O território apresenta um valor em média de 0,52 e o estado com 0,53. Observamos um nível de concentração alto para ambos, isso significa que existe um nível de distribuição desigual e possivelmente isso contribua para uma região com nível de pobreza maior. Aquele que mostra o menor valor é o município de Ibema com 0,45 e o maior é Quedas do Iguaçu com valor de 0,58, um com valor relativamente abaixo da média estadual e o outro com um décimo superior à média estadual.

O território tem uma taxa de pobreza elevada, apesar de seu desenvolvimento ser próximo ao do estado do Paraná. O índice de Gini mostra um nível alto de concentração de renda, então, denotamos que a renda média do território pode ser influenciada por indivíduos que concentram altas rendas, ocasionado uma perda de representatividade da medida de centro. A próxima subseção comenta sobre os aspectos educacionais presentes na Cantuquiriguaçu, para demonstrar a situação da educação neste espaço.

ASPECTOS EDUCACIONAIS

A partir da tabela 3 até a tabela 7 são apresentados os dados sobre os aspectos educacionais do território, iniciando com o número de matrículas e estabelecimentos de ensino infantil, fundamental e médio. Após isso serão abordadas as informações sobre a taxa de aprovação e abandono e por fim as matrículas, concluintes e estabelecimentos do ensino superior, para os anos de 2017 e 2019.

	Matrículas		Estabelecimentos	
	2017	2019	2017	2019
Total do Território	10.446	10.935	193	201
Média do Território	522,30	546,75	9,65	10,05
Desvio-Padrão	472,39	484,01	7,51	8,08
Total do Paraná	466.557	503.208	5.838	6.058
Participação	2,24%	2,17%	3,31%	3,32%

Tabela 3 - Matrículas e estabelecimentos de ensino infantil no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

Fonte: INEP/IPARDES (2021)

A tabela 3 retrata dois dados sobre o território, o primeiro corresponde ao número de matrículas do ensino infantil e o segundo sobre os estabelecimentos existentes na região para este nível de ensino. A totalidade de matriculados na região em 2017 é de 10.446 com uma média de 522 alunos, enquanto em 2019 o número de matrículas é de 10.935 com

uma média de 546 alunos por município. O desvio-padrão de 472,39 matrículas e 484,01 matrículas, respectivamente, significa que os valores desse agrupamento estão dispersos no entorno do valor central. Logo, a população tem um desvio-padrão que demonstra que o número de ingressantes é diferente para cada um dos municípios, indicando que existem locais com alto número de matrículas e outros com menor número de matrículas.

Em relação ao Paraná em 2017 havia um total de 466.557 matriculados no ensino infantil, o território corresponde a 2,24% da participação nas matrículas do estado. Já em 2019, o estado apresenta um total de 503.208 matriculados e o território corresponde a 2,17% das matrículas estaduais. A relação de habitantes por matrícula foi de 23 habitantes/matricula em 2017 e 21 habitantes/matricula em 2019 no território, enquanto, o estado demonstra respectivamente os valores de 24 habitantes/matricula e 23 habitantes/matricula. Portanto, o território apresenta um número de ingressante inferior por habitante nesse período.

Os municípios que concentram o maior e menor número de vagas em 2017, foram Laranjeiras do Sul com 1.747 matriculados e Diamante do Sul com 121 matrículas. Em 2019 se mantiveram os dois municípios, nas respectivas posições, mas com valores respectivamente de 1.809 e 159, ambos apresentando um crescimento dos ingressantes nesta fase de ensino.

Os estabelecimentos de ensino infantil, no ano de 2017 tem um total de 193 unidades na região, que representam 3,31% em relação ao total do Estado, quanto a média para cada município do território é de 9 estabelecimentos de aprendizagem. Em 2019 são 201 estabelecimentos, com participação de 3,32%. O desvio-padrão é de 7,51 estabelecimentos e 8,08 estabelecimentos, indicando que valores estão dispersos em torno da média, isto é, os municípios possuem uma distribuição desigual de estabelecimentos. Em termos individuais constata-se que Quedas do Iguaçu concentrou a maioria dos estabelecimentos em 2017 e 2019 com 28 e 29 escolas, enquanto, Virmond tem o menor número com 2 e 1 escolas.

Na continuidade constam as informações sobre o ensino fundamental, sendo que na tabela 4 informam sobre as matrículas e estabelecimentos deste nível no território.

	Matrículas		Estabelecimentos	
	2017	2019	2017	2019
Total do Território	34.644	31.565	245	245
Média do Território	1732,20	1578,25	12,25	12,25
Desvio- Padrão	1346,98	1281,48	8,58	8,67
Total do Paraná	1.440.374	1.404.493	6.260	6.192
Participação	2,41%	2,25%	3,91%	3,96%

Tabela 4 - Matrículas e estabelecimentos do Ensino Fundamental no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

Fonte: INEP/IPARDES (2021)

Na tabela 4 estão informadas as matrículas do Ensino Fundamental para os anos de 2017 e 2019 sendo possível verificar que no primeiro ano o território apresentou um total de 34.644 matriculados, enquanto no segundo ano houve uma redução para 31.565 matrículas. A média do Território é de aproximadamente 1.732 matrículas em 2017 e 1.578 em 2019, observando-se redução no período.

Em comparação com o Ensino Infantil, no qual ocorreu um aumento no número de alunos que ingressaram nos estabelecimentos, no nível de Ensino Fundamental, se observa uma redução. O desvio-padrão para o primeiro ano o valor é de 1.346,98 e no segundo um valor de 1.281,48, o que significa que as vagas estão dispersas no entorno da média, indicando que o número de ingressantes apresenta grande variação para cada município.

Em relação às matrículas por habitantes do Território, existem 7 pessoas por matrícula para os dois anos, enquanto, o estado paranaense apresentou os valores de 8 pessoas por matrícula. Neste nível de ensino, o território possui uma relação por matrícula menor do que a unidade federativa na qual está inserido. O município que concentrou o maior número de matrículas nos estabelecimentos de ensino fundamental em 2017 foi Pinhão com 4.802 matriculados, enquanto Porto Barreiro teve o menor número com 406 matriculados. Para o ano 2019, Pinhão tem 4.402 ingressantes e Porto Barreiro possui 391 ingressantes.

A título de comparação, no estado do Paraná no ano de 2017 havia 1.440.374 ingressantes enquanto em 2019 o número era de 1.404.493 ingressantes. Assim, o Território responde por 2,41% e 2,25% das matrículas no ensino fundamental para 2017 e 2019, respectivamente. Ou seja, uma margem menor do que aquela do Ensino Infantil e com baixa representação no total do estado.

No Ensino Fundamental existem 245 estabelecimentos no território, sem alterações para os anos de 2017 e 2019. A média ficou em 12 instituições de ensino, com desvio-padrão de 8,58 no período inicial, já no segundo período, temos um valor de 8,67, o que demonstra que os números de estabelecimentos estão mais dispersos em relação ao número médio, então há uma distribuição desigual de instituições nos municípios do território. Em termos de participação no estado temos 3,91% em 2017 e 3,96% em 2019, um valor acima do Ensino Infantil, mas ainda pouco representativo para a totalidade do estado do Paraná.

A tabela 5 apresenta informações sobre o número de matrículas e estabelecimentos do Ensino Médio para o Território estudado.

	Matrículas		Estabelecimentos	
	2017	2019	2017	2019
Total do Território	10.411	8.919	78	79
Média do Território	520,55	445,95	3,90	3,95
Desvio-Padrão	423,76	365,16	3,51	3,61
Total do Paraná	439.815	407.743	1.988	2.003
Participação	2,37%	2,19%	3,92%	3,94%

Tabela 5 - Matrículas e estabelecimentos do Ensino Médio no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

Fonte: INEP/IPARDES (2021)

A respeito do Ensino Médio, as matrículas realizadas no território para os anos de 2017 e 2019, apresentaram um total de 10.411 e 8.919, respectivamente, sendo observada uma redução percentual de 14,3% no número de estudantes matriculados neste nível em apenas dois anos. A média de estudantes para cada município ficou próxima às 520 matrículas em 2017 e 445 matrículas em 2019. Quanto ao desvio-padrão, ele é de 423,76 no primeiro ano e 365,16 no segundo ano, o que indica que as vagas se mostram dispersas no entorno da média. Portanto, no Ensino Médio constata-se a redução do número de alunos matriculados nos dois anos considerados, mas também se constata que há uma redução na população como observado na Tabela 1, logo, a redução de matrículas acompanha a redução do tamanho da população.

No estado do Paraná em 2017 havia um total de 439.815 matrículas no ensino médio, enquanto em 2019 este número foi de 407.743, correspondendo a uma redução de 7,29% no número de estudantes matriculados no ensino médio. Comparando com a região observa-se que no Território Cantuquiriguaçu a queda no número de alunos matriculados neste nível foi praticamente o dobro do estado, em termos percentuais.

No que tange à participação do território nos números estaduais, constata-se que em 2017 as matrículas no ensino médio correspondem a 2,37% do total estadual e em 2019 passam para 2,19%. A relação de habitante por matrícula no território é de 23 habitantes por matrícula em 2017 e 26 habitantes por matrícula em 2019. Enquanto o Paraná apresentou 26 pessoas por matrícula no primeiro ano e 28 pessoas por matrícula no segundo. Neste nível de ensino o Território tem uma relação por matrícula menor.

O município com o maior valor em termos de vagas para 2017 foi Quedas do Iguaçu com 1.506 matrículas e o menor foi Virmond com 138 matrículas. Já em 2019 se mantém Quedas do Iguaçu com o maior número, ou seja, 1.282 ingressantes, enquanto o menor número de matrículas no território passa a ser de Porto Barreiro com 108 ingressantes no ensino médio. Se comparado ao tamanho populacional de cada município, estes valores são justificados, pois Quedas do Iguaçu é um dos municípios com maior população, e

Virmond e Porto Barreiro tem uma estimativa populacional menor.

Quando ao número de estabelecimentos no Ensino Médio a Cantuquiriguaçu apresenta 78 estabelecimentos em 2017 e 79 estabelecimentos em 2019, sendo que a média é de 4 instituições de ensino, o desvio-padrão de 3,51 instituições para o primeiro ano abordado, enquanto para o segundo ano o valor é de 3,61. Isso significa que o número de estabelecimentos tem uma dispersão menor dos valores em torno da média no Ensino Médio, pois os números estão mais próximos ao valor central.

Ao observar a participação do território no percentual total de estabelecimentos existentes no Paraná tem-se que em 2017 este corresponde a 3,92% do total Estadual e em 2019 é de 3,94%, ou seja, uma representatividade maior que a das matrículas, e próxima a dos estabelecimentos de Ensino Fundamental.

Observando o número de matrículas apresentado nas tabelas 3, 4 e 5 constata-se que nos níveis fundamental e médio ocorreu redução no número de estudantes matriculados entre os anos de 2017 e 2019. Assim, aproximando a lupa sobre esta situação, na tabela 6 são apresentadas informações sobre taxas de aprovação e abandono no território para 2017 e 2019.

	Taxa de Aprovação (%)		Taxa de Abandono (%)	
	2017	2019	2017	2019
Ensino Infantil				
Média do Território	92,37	94,01	0,15	0,11
Média do Paraná	95,30	96,20	0,10	0,10
Ensino Fundamental				
Média do Território	85,42	92,59	2,28	0,90
Média do Paraná	87,40	92,50	2,00	0,90
Ensino Médio				
Média do Território	80,76	90,75	7,80	2,81
Média do Paraná	81,50	89,10	6,80	3,10

Tabela 6 - Aprovação e abandono no Ensino Infantil, Médio e Fundamental no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

Fonte: INEP/IPARDES (2021)

A taxa de aprovação mede a porcentagem de alunos que são aprovados nos três níveis de ensino enquanto na taxa de abandono, se tem o percentual de alunos que desiste de cursar determinado grau escolar. Considerando os dados do Território, conforme a tabela 6, no Ensino Infantil houve uma taxa de aprovação de 92,37% em 2017, sendo que em 2019 esse percentual chega a 94,01%, um aumento de 1,64 pontos percentuais no intervalo de dois anos.

Se compararmos com a média estadual, os valores do território se mostram um pouco abaixo, pois nos dois anos o Paraná apresenta taxas de aprovação de 95,30% e 96,20%, respectivamente. Já em relação à taxa de abandono no Ensino Infantil, esta foi de 0,15% em 2017 e 0,11% em 2019. Apesar de as taxas serem superiores às do estado, nesse nível houve um baixo abandono por parte dos alunos.

Ao observar as taxas de aprovação e abandono no Ensino Infantil em cada um dos municípios do território, constata-se que o local com maior taxa de aprovação, em 2017, foi Porto Barreiro com 95,50% de aprovados, enquanto a menor taxa foi a de Foz do Jordão com 80,50%. No ano de 2019 quem ocupa o primeiro lugar é o município de Três Barras do Paraná com 95,50% de taxa de aprovação, enquanto Foz do Jordão continua com a menor taxa, mas agora com um percentual de 83,80%.

No que tange ao abandono, o município com maior taxa para o ensino infantil para o ano de 2017 é Campo Bonito com 0,80%. Já em relação às menores taxas no ano de 2017, constata-se que em vários municípios houve taxas de abandono de 0%. Isto foi observado em Catanduvas, Diamante do Sul, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

No ano de 2019, Foz do Jordão apresentou a maior taxa de abandono para o nível infantil com cerca de 1,10%. Já os locais que apresentaram menores taxas foram Campo Bonito, Catanduvas, Diamante do Sul, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Marquinho, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond com o percentual de 0%.

No Ensino Fundamental, observando a média do Território, obtivemos em 2017 e 2019 as taxas de aprovação de 85,42% e 92,59% respectivamente. Nesse sentido as taxas de aprovação são menores para esse nível de ensino em relação ao nível infantil. Quanto à taxa de abandono na região para os dois anos considerados, temos os percentuais de 2,28% em 2017 e 0,9% em 2019, taxas superiores em comparação com o Estado. Uma vez que o Paraná apresentou taxas de aprovação de 87,40% para o primeiro ano e 92,50% para o segundo ano abordado. Em relação ao abandono as taxas estaduais são de 2,00% e 0,90%, respectivamente, apresentando um nível menor se comparado ao território.

O município que apresentou o maior e menor nível de aprovação no ensino fundamental para o ano de 2017 foi Quedas do Iguaçu com 92,90%, quanto Porto Barreiro teve a menor taxa de aprovação com 69,40%. Em 2019, o município de Virmond demonstrou a menor taxa com 98,70% de aprovados e o menor foi o município de Laranjeiras do Sul com 84,30% de aprovados.

Em relação às taxas de abandono, em 2017, o município que possui a maior taxa de abandono foi Foz do Jordão com 9,70%, por outro lado, os menores percentuais ficaram

com as localidades de Nova Laranjeiras e Virmond, ambas com 0%. No ano de 2019, por sua vez, quem obteve o maior valor da taxa de abandono é Foz do Jordão com 3,30 e o menor nível de abandono foram os municípios de Campo Bonito, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Porto Barreiro, Três Barras do Paraná e Virmond com 0%.

O último nível abordado na tabela 6 é o Ensino Médio, no qual consta que a média do território para a aprovação foi de 80,76% e 90,75%, nos anos de 2017 e 2019, respectivamente. A unidade federativa paranaense apresentou taxas de aprovação de 81,50% em 2017 e 89,10% em 2019. Assim o território apresenta uma taxa de aprovação menor do que o estado no ano de 2017. Mas no ano de 2019, o território passa apresentar taxas de aprovação maior do que o Paraná.

Na taxa de abandono, para o território, nos dois anos corresponde aos percentuais de 7,80% e 2,81%. Quanto ao estado em 2017 o valor médio é de 6,80% de abandono e em 2019 é de 3,10% de abandono. Observamos situações diferentes nesses dois anos, para o estado apresenta taxa menores de abandono no ano de 2017 que o território. Mas em 2019 isso se inverte e o território apresenta taxas menores que as do estado no nível médio de ensino.

Os municípios que apresentam as bandas máximas e mínimas na aprovação em 2017 estes são Ibema com 89,40% de aprovação, a maior taxa e Catanduvas 70,10% de aprovação, a menor taxa. No ano de 2019, Virmond tem 100% de aprovação, sendo a maior taxa e Catanduvas com 80,40%, sendo a menor taxa.

No abandono para os respectivos anos, observa-se que Catanduvas apresenta a maior taxa com 21% de taxa de abandono em 2017 e Virmond com 0% de abandono em 2017. Em 2019 os valores são de 11,20% para Catanduvas, enquanto Guaraniaçu, Ibema, Porto Barreiro e Virmond apresentaram 0% de abandono.

De maneira geral o ensino básico apresenta taxas de abandono próximas ao estado, mas em especial o Ensino Médio apresenta taxas significantes e maiores no Paraná. O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, os aspectos que se pode confirmar a alta taxa de abandono que vem acontecendo por parte de jovens em relação à educação. Com taxas elevadas de abandono, ao fazer um paralelo com Sen (2010) em que há uma restrição na educação, o que impede um indivíduo de melhorar e desenvolver, isto impacta em sua liberdade, impedindo que os haja um desenvolvimento com liberdades e social.

A tabela 7 apresenta os dados do nível de Ensino Superior, finalizando a seção sobre aspectos educacionais.

	Matrículas		Concluintes		Estabelecimentos	
	2017	2019	2017	2019	2017	2019
Ensino Presencial						
Total do Território	1.179	986	159	124	1	1
Média do Território	58,95	49,30	15,14	11,81	0,10	0,10
Desvio-Padrão	263,63	220,48	35,55	27,73	0,22	0,22
Total do Paraná	382.853	362.967	62.350	58.253	189	191
Participação	0,31%	0,27%	0,26%	0,21%	0,53%	0,52%
Ensino à Distância						
Total do Território	1.597	2.605	110	300	13	37
Média do Território	79,85	130,25	10,48	28,57	1,24	3,52
Desvio-Padrão	227,80	293,89	17,08	38,35	1,50	3,41
Total do Paraná	136.545	194.107	20.428	26.351	584	1341
Participação	1,17%	1,34%	0,54%	1,14%	2,23%	2,76%

Tabela 7 – Matrículas, concluintes e estabelecimentos do Ensino Superior no Território da Cantuquiriguaçu, Paraná, 2017 e 2019

Fonte: INEP/IPARDES (2021)

O Ensino Superior é último nível de ensino abordado no tópico sobre a educação, sendo que na tabela 7 são apresentadas as variáveis número de matrículas, concluintes e os estabelecimentos existentes na região, observando as modalidades de ensino presencial e à distância. A respeito da modalidade presencial, notamos que em 2017 existia um total de 1.179 matrículas, 159 concluintes e um estabelecimento presente no território, cujo nome é Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), localizado no município de Laranjeiras do Sul. Em 2019 tivemos 986 matriculados, 124 concluintes e não houve aumento no número de instituições.

Em comparação com o Paraná, no ensino presencial, temos uma representatividade menor do 1% em todas as variáveis, com representatividade pouco significativa para o estado. Neste sentido é importante destacar o ensino superior gratuito presencial disponibilizado pela UFFS no Território, que dá acesso à educação pública às famílias locais e permite que estudantes de menor nível de renda possam acessar educação superior e gratuita.

Na modalidade à distância os dados revelam que em 2017 havia no território uma totalidade de 1.597 matriculados, 110 concluintes e 13 polos de ensino. Já no ano de 2019 se observa um aumento nos números passando para 2.605 matriculados, 330 concluintes e 37 polos de ensino, apontando um aumento de aproximadamente 1.000 matrículas no intervalo de dois anos e 200 concluintes, com praticamente o dobro de instituições em funcionamento no território. Dessa forma, ao comparar com o Paraná ainda temos uma pequena representatividade com as variáveis Matrículas, Concluintes e Estabelecimentos

ficando entorno dos 1% a 2% de participação.

Ao compararmos os dois tipos de ensino observamos nos resultados que a modalidade a distância apresenta uma evolução acentuada em relação ao ensino presencial. No ano de 2017 o ensino presencial ainda tem mais concluintes, entretanto em 2019 o número de alunos que concluem seus cursos é maior para o ensino à distância. Mas ao vermos a relação de concluintes por matrículas, cerca de 13% dos matriculados concluíram em 2017 o curso superior presencial e em 2019 se mantém os 13%. Enquanto na educação a distância, concluíram cerca de 7% dos matriculados em 2017 e no ano de 2019 foram cerca de 13% dos matriculados.

Portanto ainda que o número maior de concluintes esteja na modalidade remota, na relação concluinte por matrículas há uma superioridade no ensino presencial, indicando uma maior eficiência. Outro fator interessante é de que no Paraná, tanto no número de concluintes, quanto na relação de concluintes por matrículas os números são maiores no ensino presencial.

A partir das variáveis da educação observadas, percebemos que em geral os percentuais dos municípios estão próximos aos valores estaduais, que podem indicar uma boa situação para o território, na relação entre unidade federativa e município. Para usufruir de liberdades substantivas, na perspectiva defendida por Sen (2010) as pessoas precisam ter acesso à educação, mas os dados do Território Cantuquiriguaçu apontam que existem altas taxas de abandono no Ensino Médio.

Portanto há um número elevado de jovens que pode estar perdendo chances de ampliar suas liberdades no que se refere ao acesso à educação, ao menos no tempo certo de formação, aspecto importante para o desenvolvimento pessoal e também da região em que estas pessoas se inserem.

Ao retomarmos Smith (1996) no ponto em que ele considera que o indivíduo ao buscar seu bem-estar, estaria contribuindo para a formação de bem-estar na sociedade, isso pode ser relacionado à educação, pois o desenvolvimento pessoal pode gerar oportunidades que proporcionam bem-estar.

ASPECTOS RELACIONADOS À SAÚDE

Nesta seção são apresentadas variáveis relacionadas à saúde, apresentando informações sobre número de estabelecimentos de saúde, leitos, profissionais de saúde, taxa de natalidade bruta, mortalidade geral, domicílios com abastecimento de água e acesso ao esgoto para o Território nos anos de 2017 e 2019.

Na tabela 8 constam informações sobre estabelecimentos de saúde, leitos hospitalares e profissionais de saúde existentes na região.

	Estabelecimentos de Saúde		Leitos Hospitalares		Profissionais de Saúde	
	2017	2019	2017	2019	2017	2019
Total do Território	351	369	496	433	518	524
Média do Território	17,55	18,45	24,80	21,65	25,90	26,20
Desvio-Padrão	18,78	20,09	35,08	35,16	25,78	26,99
Total do Paraná	23.890	25.635	27.344	27.439	45.774	50.842

Tabela 8- Estabelecimento, leitos e profissionais de saúde do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, por município, 2017 e 2019

[1] * Não considera leitos de UTI

Fonte: DATASUS/IPARDES (2021)

A partir das informações apresentadas na tabela 8 constata-se que em 2017 o território contava com 351 estabelecimentos de saúde, 496 leitos hospitalares e 518 profissionais de saúde, sendo que, em 2019 houve um aumento no número de estabelecimentos que passou a ser de 369 unidades, uma diminuição no número de leitos para 433 e um pequeno crescimento do número de profissionais de saúde.

Em termos médios de estabelecimentos por município, existem cerca de 18 leitos nos dois anos, mas com desvio padrão de 18,78, isso demonstra que os leitos estão distribuídos no território com uma certa desigualdade. O número de leitos hospitalares apresenta uma média superior ao dos estabelecimentos, variando de uma média de 24 leitos para 2017 e 21 leitos para 2019, mas o desvio-padrão aponta que a diferença na distribuição dos leitos entre os municípios é maior, se comparada aos estabelecimentos. Já em relação à informação sobre os profissionais de saúde nesta é observada a maior média entre as três variáveis, apresentado em média 25 a 26 profissionais de saúde, por município, e com desvio-padrão que indica que eles estão distribuídos de forma significativamente desigual no território.

Em comparação com os dados Estaduais do Paraná observamos que a participação do território em estabelecimentos, leitos e profissionais é pouco significativa. Então, considerando o número de pessoas por leito, o território tem valores que são inferiores aos do estado. Em 2017 no território temos 675 habitantes por estabelecimentos, 477 por leito e 457 por profissional, respectivamente o estado apresentou os valores de 474 habitantes para cada estabelecimento, 414 por leito e 247 habitantes por profissional da saúde.

Na mesma linha de raciocínio comparativo, para o ano de 2019, os valores médios do território são 630 pessoas por estabelecimentos de saúde, 537 pessoas por leito hospitalar e 444 pessoas por profissional de saúde, atestando a redução na última o que indica uma melhora no pessoal disponível para atendimento. Isso significa que a cada estabelecimento e leito temos um número bem superior de habitantes no Território do que no Estado que em 2019 apresentou cerca de 446 pessoas por estabelecimentos, 417 pessoas por leito

e 225 pessoas por profissional. Dessa forma, apontamos que os profissionais de saúde do território em termos de número são bem menores, já que se se apresenta o dobro de pessoas por profissionais.

Ao focar na análise dos municípios do Território, constatamos que o maior número de estabelecimentos é apresentado por Laranjeiras do Sul em 2017, com 84 estabelecimentos. Quem tem a menor número de estabelecimentos de saúde em 2017 é Diamante do Sul com 4 estabelecimentos. Em 2019, Laranjeiras do Sul novamente apresenta o maior número de estabelecimentos de saúde com o valor de 87 estabelecimentos e Diamante do Sul possui o menor número de estabelecimentos de saúde com o valor de 5 estabelecimentos.

A respeito dos leitos de saúde Laranjeiras do Sul detém os maiores números com cerca de 115 leitos no ano de 2017 e 115 leitos em 2019. Em ambos os anos os municípios com menor número de leitos são os municípios de Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond uma vez que não possuem leitos hospitalares para o período considerado.

Em relação aos profissionais de saúde, o município de Laranjeira do Sul tem o maior número de trabalhadores para os dois anos, correspondendo, respectivamente, a 117 e 123 profissionais. Já o município com menor número é Virmond, com 6 profissionais em 2017 e 4 em 2019. Como a diferença é expressiva, podemos considerar que pelo menos nestes dois anos os profissionais se concentram em Laranjeiras do Sul, indicando uma alta desigualdade entre os municípios do Território, quanto à disponibilidade de profissionais de saúde.

A tabela 9 apresenta as taxas de bruta natalidade e mortalidade observadas para a região em estudo nos anos de 2017 e 2019.

	Taxa Bruta de Natalidade (%)		Taxa de Mortalidade Geral (%)	
	2017	2019	2017	2019
Média do Território	14,54	14,45	6,77	7,08
Média do Paraná	13,93	13,42	6,32	6,51

Tabela 9 - Taxa bruta de natalidade e mortalidade geral no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

^[1] Média calculado pelo DATASUS, então não há o desvio-padrão.

Fonte: DATASUS/IPARDES (2021)

A respeito da taxa bruta de natalidade e taxa de mortalidade geral existente no Território estudado, constata-se que no ano de 2017 a média da primeira foi de 14,54% e 14,45% em 2019, ou seja, baixa variação de um ano para o outro. Já na taxa de mortalidade, os percentuais do são 6,77% para 2017 e 7,08% para 2019, apresentando um aumento de

um ano para outro.

Ao comparar a média da Taxa Bruta de Natalidade do território com a média do Paraná observa-se que aquela é um pouco maior, mas que o declínio entre os dois anos se mantém para as duas regiões, então na região ainda nascem proporcionalmente mais indivíduos do que no Estado do Paraná como um todo. Já na taxa de mortalidade geral se comparada com o estado, os municípios da região apresentam um valor maior de mortes, com uma diferença de cerca de 0,45 pontos percentuais inicialmente e 0,57 pontos percentuais no último ano.

Dessa forma, notamos que há uma diferença crescente nesses dois períodos, entre a mortalidade do estado e a do Território. No entanto nascem mais pessoas do que falecem, tanto no estado quanto no Território, mas isso não significa que as taxas apresentadas para o território não sejam elevadas se comparadas ao Paraná.

Na análise dos municípios, constata-se que as maiores taxas brutas de natalidade são de Rio Bonito do Iguaçu, que em 2017 e 2019 apresentou 18,08% e 17,94% respectivamente. Isso significa que nasceram 180 pessoas a cada 1.000 pessoas em 2017 e 179 para 2019 nesse município. O município que apresentou a menor taxa de natalidade foi Catanduvas com 11,00% para o ano de 2017 e 11,09% para ano de 2019, ou seja, nascerem aproximadamente 110 pessoas a cada 1.000 neste local nos períodos abordados.

Já em relação à taxa de mortalidade temos que os municípios com maiores taxas foram Espigão Alto do Iguaçu com 11,24% em 2017 e Virmond com 10,19% em 2019, isso significa que a cada 1000 habitantes cerca de 112 e 101 pessoas vieram a falecer. Os municípios com menores taxas foram Marquinho com 3,17% em 2017 e Ibema em 2019 com 4,72%, nos quais faleceram 31 e 47 pessoas, respectivamente, a cada mil pessoas residentes.

A tabela 10 apresenta o número de residências com abastecimento de água e esgoto no perímetro urbano do Território, para os anos de 2017 e 2019.

	Abastecimento de Água		Atendimento de Esgoto	
	2017	2019	2017	2019
Total do Território	50.482	51.398	17.211	19.458
Média do Território	2.524,00	2.705,00	1.912,00	2.162,00
Desvio-Padrão do Território	2.560,00	2.660,00	1.423,00	1.380,00
Total do Paraná	4.076.104	4.250.043	2.890.626	3.175.413
Participação	1,24%	1,21%	0,60%	0,61%

Tabela 10 - Números de residências com abastecimento de água e esgoto no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu

[1] Somente residências urbanas

Fonte: DATASUS/IPARDES (2021)

No que tange ao abastecimento de água e o esgoto para assim representar o saneamento desses municípios, a tabela 10 apresenta dados sobre essas duas variáveis. Logo, em relação ao abastecimento, no ano de 2017 existem cerca de 50.482 residências com abastecimento de água e 17.211 com atendimento de esgoto, já em 2019 notamos uma evolução em ambos, com 51.398 residências com abastecimento de água e de 19.458 com atendimento de esgoto.

Em termos médios, no ano de 2017, o valor de é 2.524 domicílios e seu desvio-padrão é de 2.560,00, indicando que os valores estão dispersos em torno da média. Em 2019, existem 2.705 domicílios com abastecimento de água, com o desvio padrão de 2.660,00, indicando que os valores também estão dispersos em torno da média para este ano. Assim, existe uma concentração de municípios com maior abastecimento de água ao domicílio.

O atendimento de esgoto mostra uma situação semelhante, no qual o valor médio para 2017 é de 1.912 domicílios, com o desvio-padrão de 1.423,00, implicando uma alta dispersão dos valores em torno da média. Em 2019 existem 2.162 domicílios com atendimento de esgoto e com desvio-padrão de 1.380, indicando também que há uma alta dispersão dos valores em torno da média. Então, o acesso ao atendimento de esgoto é desigual no território, mas é possível considerar que houve uma redução na desigualdade de acesso ao esgoto nesses dois anos, devido a diminuição do desvio-padrão.

Em comparação com o Paraná, em 2017 os valores são de 4.076.104 domicílios com abastecimento de água e em 2019 são 4.250.043 domicílios com abastecimento de água, indicando uma melhora para o estado. A participação do território é de 1,24% em 2017 e 1,21% em 2019, uma baixa representatividade.

Quanto atendimento de esgoto do estado em 2017 são 2.890.626 domicílios e em 2019 3.175.413 domicílios, também indicando uma melhora para o Paraná. A participação do território é de 0,60% em 2017 e 0,61% em 2019, mostram a existência de uma pequena participação no atendimento de esgoto, valores que são ainda menores se comparado ao acesso a água.

O município que teve o maior número de moradias atendidas com abastecimento de água é Laranjeiras do Sul com 9.693 residências em 2017 e 10.105 residências em 2019. Já a localidade com menor número é Porto Barreiro com 490 residências abastecidas com água no primeiro ano, já no segundo ano Porto Barreiro não apresenta dados, por isso o mantivemos como o município com menor número de residências com água.

Já no atendimento ao esgoto, em 2017, Quedas do Iguaçu aparece com maior número, ou cerca de 4.297 residências enquanto Laranjeiras do Sul consta no ano posterior com 4.532 residências. Sendo que os municípios com menor acesso ao esgoto foram Campo Bonito, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim,

Ibema, Marquinho, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond que não apresentaram dados sobre o atendimento de esgoto em ambos os anos, então, consideramos que não existem domicílios que tenham sido atendidos.

Portanto, considerando as liberdades de Sen (2010) as pessoas terem acesso à saúde é fundamental para seu desenvolvimento pessoal, mas os números nos mostram que a saúde ainda tem dados de acesso inferiores à sua unidade federativa, o que pode indicar condições relativamente precárias nesta área. Mas percebemos que com os desvio-padrões geralmente altos, há um acesso desigual da população aos serviços básicos de saúde, o que impacta significativamente nas condições de vida da população.

Deste modo, a saúde do território pode indicar um limite ao desenvolvimento por apresentar taxas muito baixas em relação ao estado e apresentar desvio-padrão elevados, o que significa que cada município se encontra em condição distinta, na qual existe municípios com bom acesso a saúde e saneamento, mas outros que pouco tem acesso. Portanto a próxima seção diz respeito dos aspectos econômicos de território, iniciando pela geração de renda e emprego.

ASPECTOS SOBRE GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO

A partir deste ponto abordaremos a dimensão econômica do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, analisando os resultados a respeito da geração de riquezas, a produção industrial, produção agropecuária, disponibilidade de crédito, finanças públicas e às questões agrárias. Ao retomamos Jannuzzi (2014), os indicadores socioeconômicos representam as condições de uma população, procurando responder questões relacionadas à educação, saúde, segurança pública, rendimentos individuais e habitação, mas também aos aspectos econômicos, como a geração de riquezas, produção, finanças públicas, mercado de trabalho.

A tabela 11 inicia a discussão sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do território em um recorte histórico dos anos de 2010 a 2018.

Ano	PIB (R\$ 1.000)		
	Território da Cidadania Cantuquiriguaçu	Paraná	Participação
2010	6.543.964,00	417.806.963,00	1,57%
2011	7.002.171,00	448.074.659,00	1,56%
2012	7.303.160,00	469.208.750,00	1,56%
2013	8.259.806,00	515.850.619,00	1,60%
2014	7.495.982,00	510.079.161,00	1,47%
2015	8.043.159,00	520.001.529,00	1,55%
2016	8.839.119,00	498.097.343,00	1,77%
2017	7.848.147,00	490.239.896,00	1,60%
2018	7.993.537,00	501.414.455,00	1,59%

Tabela 11 - PIB do Território da Cantuquiriguaçu e Paraná, 2010 a 2018

⁽¹⁾ Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: IBGE (2021)

A partir da tabela 11 temos o recorte de 8 anos com período inicial em 2010 com informações sobre o PIB do Território, a princípio os valores agregados são superiores tem um valor mínimo de R\$ 6,5 bilhões em 2010, com valor máximo de R\$ 8,8 bilhões em 2016. Nestes anos, tivemos um aumento real do produto da região de R\$ 6,54 bilhões em 2010 para R\$ 7,99 bilhões em 2018, um aumento de cerca de R\$ 1,45 bilhões de reais em 8 anos. Assim, vale destacar que em 2010 a 2013 tivemos um aumento real, partindo da casa dos R\$ 6 bilhões para valor superior a R\$ 8 bilhões, em 2017, temos uma redução desse valor, mas até 2016 temos valores crescentes, chegando ao ápice da série com 8,83 bilhões de reais, mas com leve redução nos dois anos seguintes.

Em comparação com o Estado do Paraná a série do Território segue a mesma trajetória, exceto para os anos de 2015 a 2016, em que o estado apresenta uma redução do seu PIB real, já o Território segue em ascendência. Em termos de participação no PIB estadual, os valores seguem em torno de 1,5%, um nível numérico pouco significativo, mas com ápices nos anos de 2013 e 2017 quando os valores chegam a 1,60% do PIB real do estado.

Assim, o território segue em uma trajetória de crescimento do PIB real nestes 8 anos com variação acumulada de 14%, logo existe um crescimento econômico neste local até 2018. Desse modo, os municípios com maior PIB acumulado foram Pinhão de R\$ 14.878.805,94 e Quedas do Iguaçu com R\$ 14.720.969,58, enquanto o menor foi Espigão Alto do Iguaçu com R\$ 542.999,00. A tabela 12 é sobre os valores adicionados brutos, por setor, nos anos de 2017 e 2018.

Setor	2017		2018	
	Valor (R\$ 1000)	Participação	Valor (R\$ 1000)	Participação
Agropecuária	1.863.921,00	30,31%	1.980.997,00	31,40%
Indústria	2.338.374,00	38,02%	2.245.528,00	35,60%
Serviços	1.947.721,00	31,67%	2.081.611,00	33,00%
Total do Território	6.150.016,00	100,00%	6.308.136,00	100,00%

Tabela 12 - Valor adicionado bruto do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, por setores, 2017 e 2018

[1] Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: IBGE (2021)

O valor adicionado bruto do território, que representa a contribuição de cada setor da economia para geração de riquezas, os valores são apresentados na tabela 12, expressando valores do setor da agropecuária, indústria e serviços para os anos de 2017 e 2018. Assim para o ano de 2017 o setor que tem maior participação é a indústria com 38,02% na geração de riqueza, enquanto o segundo é o de serviços com 31,67% de participação e por último é o de agropecuária com 30,31%. Assim, a indústria neste ano representa o valor R\$ 2 bilhões, já os serviços têm o valor R\$ 1,94 bilhões e a agropecuária apresenta cerca de R\$ 1,86 bilhões.

Em 2018 a participação da indústria diminui para 35,60%, uma redução de 2,42 pontos percentuais no período. O setor de serviços tem um crescimento na participação chegando a 33,00%, bem como a agropecuária alcança 31,40%. Em termos de valores nesse ano, observamos que os setores agropecuária e serviços tem um crescimento em relação ao ano anterior respectivamente com R\$ 1,98 bilhões e R\$ 2,08 bilhões, enquanto a indústria tem uma redução no valor de R\$ 2,24 bilhões. Nestes dois anos, dentre estes setores o da indústria é aquele com maior representação na geração de riquezas para o Território, mas em destaque também está o setor de serviços, o que indica uma perda de representativa da indústria.

O município com maior representatividade no setor agropecuária em ambos os anos foi Candói com R\$ 206 milhões em 2017 e R\$ 214 milhões em 2018, enquanto a menor representação foi de Diamante do Sul com R\$ 26 milhões no primeiro ano e R\$25 milhões no segundo ano. Quanto à indústria, Pinhão apresentou os maiores valores com R\$1 bilhão em 2017 e R\$ 1,1 bilhão em 2018, já o menor foi Diamante do Sul com R\$ 2 milhões no primeiro ano e no ano seguinte R\$ 2,5 milhões. No setor de serviços temos Laranjeiras do Sul como o mais representativo com R\$ 408 milhões em 2017 e R\$ 432 milhões em 2019, o menor município é Diamante do Sul, com cerca de R\$ 10 milhões gerados em ambos os anos para o setor.

A figura 2 que representa o PIB per capita do Território para os anos de 2017 e 2019.

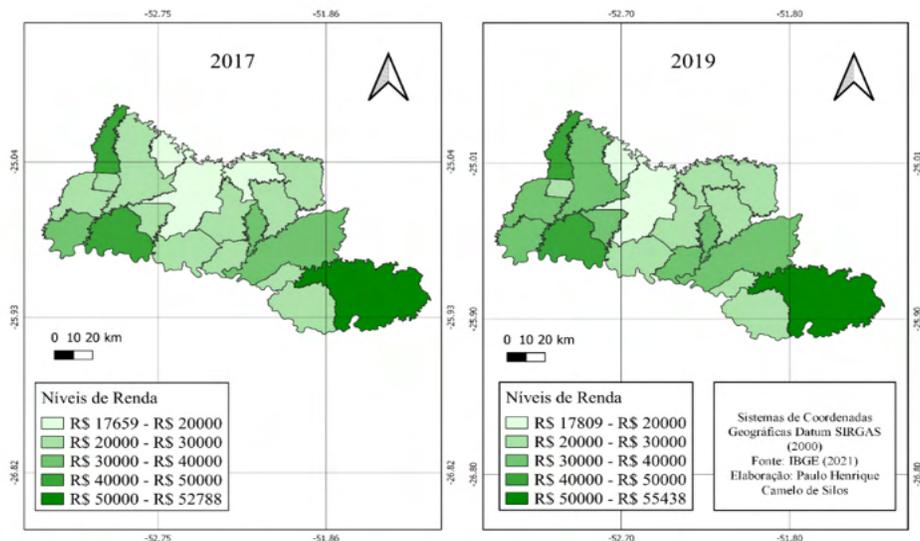


Figura 2 - PIB per capita do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, anual, 2017 e 2019

⁽¹⁾ Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2021)

A figura 2 representa os níveis do PIB per capita do Território para os anos de 2017 e 2019, assim, os níveis variam de R\$ 17.659 a R\$ 52.788 no primeiro ano e de R\$ 17.809 a R\$ 55.438 no segundo ano abordado, demonstrando um aumento de renda per capita real atualizados com INPC até dezembro de 2020. Os municípios com maior renda per capita anual para esses anos são Pinhão representado com verde mais escuro, com o valor de R\$ 52.788 em 2017 e R\$ 55.438 em 2019, enquanto a localidade com menor renda per capita é Diamante do Sul com R\$ 17.659 e R\$ 17.809 para os respectivos anos.

Em valores médios, no ano de 2017 eles foram de R\$ 28.753 e em 2019 o valor é de R\$ 30.957, com os respectivos desvio-padrão de 8.979,20 e 9.061,36, isso indica que os valores estão dispersos em torno da média, logo, os valores estão distribuídos de maneira desigual nesta região. Se comparar com a média do Paraná, que para o ano de 2017 foi de R\$ 43.304 e R\$ 44.182, observamos que no estado é bem superior a renda per capita do Território, apresentando quase o dobro, isso significa que a população do território tem acesso a menos bens e recursos do que a unidade federativa como um todo.

Além disso, podemos observar no mapa que apenas um município tem renda superior a R\$ 50 mil, dois municípios têm renda superior a R\$ 40 mil em ambos os anos. Enquanto na faixa de R\$ 30 mil, temos 3 localidades em 2017 e 7 em 2019, indicando uma melhora na renda real. Na casa dos R\$ 20 mil existem 11 municípios no período

inicial e 8 no período final abordado e na faixa de R\$ 10 mil temos 3 municípios em 2017 e apenas 1 em 2019. Isso indica que em termos de renda per capita, houve uma melhora na renda média da população, pois com valores atualizados, ela evolui ao longo dos anos. Entretanto, o índice de Gini mostra o quanto estão concentrados os recursos do Território, ou seja, nem toda a população teve um aumento real em sua renda. A figura 3 apresenta a participação dos estabelecimentos industriais no ano de 2017 para o Território.

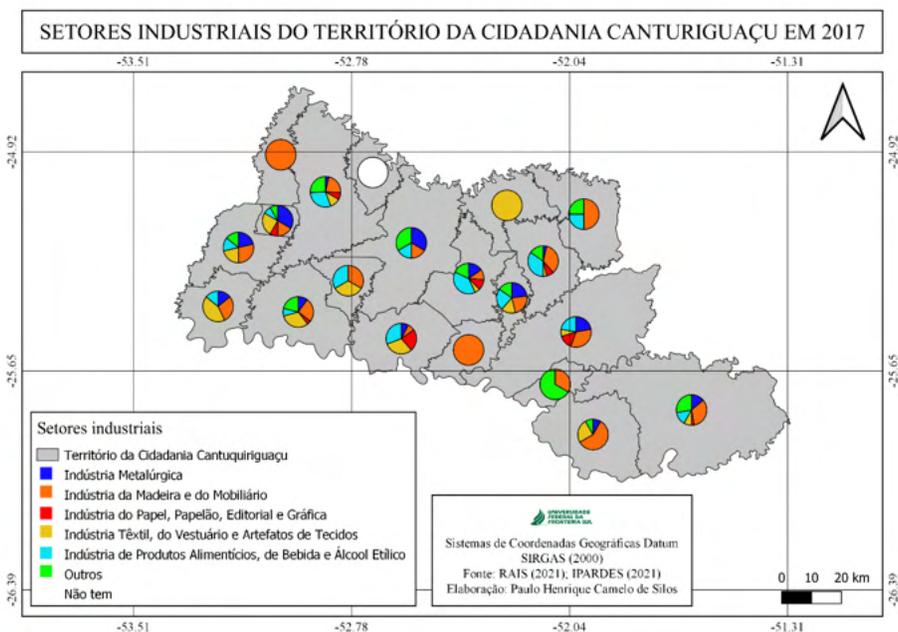


Figura 3 - Mapa da participação dos estabelecimentos industriais do Território da Cidadania em 2017

[1] Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPARDES (2021)

A figura 3 demonstra a participação dos estabelecimentos industriais, por município, no ano de 2017 no Território. A partir disto, iniciando pelo município de Campo Bonito possui como atividade industrial predominante a Indústria da Madeira e do Mobiliário, representado pela cor laranja. Enquanto, Candói apresenta os estabelecimentos predominantes da Indústria da Madeira e do Mobiliário, da Metalúrgica e de Produtos Alimentícios. Já Cantagalo tem as indústrias predominantes de Madeira e de Alimentos, o município seguinte Catanduvas possui as atividades da Indústria Metalúrgica, Têxtil e da Madeira.

O município de Diamante do Sul não apresenta estabelecimentos industriais. Espigão Alto do Iguaçu possui as indústrias Têxtil, de Alimentos e da Madeira. Foz de Jordão tem os estabelecimentos de madeira como predominantes e outras atividades

industriais menos representativas no Território. O município de Goioxim tem as indústrias de alimentos, madeira e outros, já Guaraniaçu exibe as indústrias da madeira, de alimentos e outras atividades. Laranjeiras do Sul possui a indústria de alimentos como predominante e Marquinho possui a Indústria Têxtil como atividade com maior relevância.

Os municípios de Nova Laranjeiras e Pinhão respectivamente apresentam os estabelecimentos da indústria da metalúrgica e da madeira. Porto Barreiro e Quedas do Iguaçu apresentam as indústrias da madeira e têxtil. Já Reserva do Iguaçu tem a indústria da madeira, enquanto Rio Bonito do Iguaçu apresentam as indústrias de alimentos, papel e têxtil. Por fim, Três Barras do Paraná apresenta a indústria do têxtil como predominante e Virmond possui os estabelecimentos industriais predominantes de alimentos, da metalúrgica e da madeira.

Em 2017, os estabelecimentos industriais com maior participação por ordem decrescente foram da madeira com 26% do total, seguido pela indústria de alimentos com 21%, os outros estabelecimentos industriais e a indústria têxtil apresentam 17%, a indústria metalúrgica está com 13% e pôr fim a indústria do papel com 6%.

O gráfico 1 mostra a quantidade de empregos gerados pelos estabelecimentos industriais para o Território nos anos de 2017 e 2019.

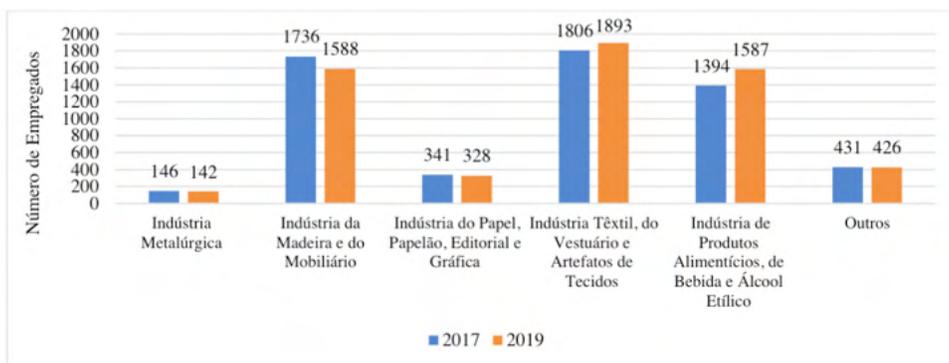


Gráfico 1 - Número de empregos no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, por setor industrial, nos anos de 2017 e 2019

[1] Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2021)

A nível regional, a média do território, no gráfico 1 podemos ver que as indústrias com maior nível de emprego são as têxteis, seguida pela da madeira em 2017, o que se mantém em 2019. Desse modo, os empregos gerados pela indústria têxtil para os respectivos anos foram de 1.806 postos e 1.893 postos de trabalho. Na indústria da madeira temos 1.736 empregados em 2017 e 1.588 em 2019, uma redução de 148 pessoas empregadas, a de produtos alimentícios apresentou cerca de 1.394 postos e 1.587 postos nos respectivos

anos, logo vemos um aumento de empregos neste tipo de indústria.

A indústria do papel tem 341 postos no primeiro ano e 328 no segundo, sendo observada uma redução no número de vagas de emprego. Os outros estabelecimentos também seguiram com diminuição, mostram os números de 431 e 426 nos respectivos anos. Por fim a indústria metalúrgica apresentou uma redução no pessoal empregado no primeiro ano apresentando um valor de 146 empregados, mas observamos uma redução para o segundo ano com 142 empregados.

A caráter individual, o município que gera mais empregos da indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecido, Quedas do Iguaçu com os respectivos 1.044 empregados em 2017 e 1.123 em 2019. Deste modo, a indústria da madeira e do mobiliário tem como maior gerador de empregos novamente o município de Quedas do Iguaçu que possui cerca de 1.053 empregados no ano de 2017 e 1.001 no ano de 2019.

Em seguida, na indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etilíco é Laranjeiras do Sul com 667 trabalhadores ano de 2017 e 717 no ano de 2017. Enquanto a indústria do Papel, Papelão, editorial e Gráfica quem tem o maior número de empregados é o município de Quedas do Iguaçu apresentando 189 trabalhadores em 2017 e 184 trabalhadores em 2019.

Por fim na indústria metalúrgica quem gera o maior número de empregos é Laranjeiras do Sul no ano de 2017 com 30 empregados. Já em 2019 é Quedas do Iguaçu com 34 empregados. Portanto, o município de Quedas do Iguaçu é aquele que concentra a maior parte dos trabalhadores nas atividades industriais do Território. A seguir serão apresentados os dados a respeito dos aspectos agropecuários e rurais.

ASPECTOS RURAIS E AGROPECUÁRIOS

Neste subcapítulo abordamos os dados relacionados à agropecuária e ao rural do Território, abordando informações como o número de estabelecimentos agropecuários, assentamentos, terra indígenas, efetivos de animais, culturas agrícolas produzidas, silvicultura, produtos de origem animal. Esta região pode apresentar características que a classifique como um espaço rural, pois ainda que haja um conjunto de atividades industriais, as atividades como madeira, mobiliário, alimentos e do papel estão ligadas por atividades agrícolas.

A tabela 13 apresentamos informações a respeito dos estabelecimentos agropecuários, divididos em familiares e não familiares, mostrando as unidades existentes e a área ocupada.

Municípios	Estabelecimentos Agropecuários		Estabelecimentos Agricultura familiar		Estabelecimentos Agricultura não familiar	
	Unidades	Área (ha)	Unidades	Área (ha)	Unidades	Área (ha)
Campo Bonito	552	38.326	390	7.175	162	31.150
Candói	1.481	94.599	1.101	16.860	380	77.739
Cantagalo	943	43.858	732	12.761	211	31.097
Catanduvras	1.076	53.374	788	10.528	288	42.846
Diamante do Sul	544	29.921	350	4.730	194	25.191
Espigão Alto do Iguaçu	674	22.036	547	8.451	127	13.586
Foz do Jordão	259	25.721	149	2.164	110	23.557
Goioxim	856	47.570	707	14.539	149	33.031
Guaraniaçu	1.658	114.856	1.118	19.761	540	95.095
Ibema	398	15.744	270	3.370	128	12.373
Laranjeiras do Sul	1.345	58.099	1.009	17.488	336	40.611
Marquinho	930	49.334	694	12.693	236	36.641
Nova Laranjeiras	2.041	84.934	1.603	25.101	438	59.833
Pinhão	2.852	134.909	2.058	37.887	794	97.022
Porto Barreiro	744	29.047	583	10.767	161	18.280
Quedas do Iguaçu	3.143	80.570	2.752	31.307	391	49.263
Reserva do Iguaçu	693	44.126	483	8.572	210	35.555
Rio Bonito do Iguaçu	2.919	44.971	2.791	35.316	128	9.655
Três Barras do Paraná	1.167	39.675	949	16.194	218	23.481
Virmond	507	19.205	434	8.792	73	10.413
Total Território	24.782	1.070.875	19.508	304.456	5.274	766.419
Total Paraná	305.154	14.741.967	228.888	3.559.838	76.266	11.182.128
Participação	8,12%	7,26%	8,52%	8,55%	6,92%	6,85%

Tabela 13 - Estabelecimento Agropecuários, de agricultura familiar e não familiar do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017

Fonte: IBGE (2021)

Dessa forma, na Tabela 13, o total de estabelecimentos agropecuários é de 24.782 e sua área é de cerca de 1 milhão de hectares, representando 7,26% da área do Paraná. Em termos de estabelecimentos isso representa 8,12% dos estabelecimentos encontrados no estado que tem um total e 305 mil. O município que apresenta maior quantidade de estabelecimentos é Quedas do Iguaçu, já o menor número quem possui é o município de Foz do Jordão com cerca de 259 unidades, em termos de área quem tem o maior espaço

utilizado é Pinhão com 134 mil hectares, quem possui o menor espaço é o município de Ibema.

A divisão entre estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar, os resultados demonstram que existem cerca de 19 mil estabelecimentos familiares em 2017, isso representa cerca de 79% das unidades agropecuárias, enquanto os não familiares apresentam cerca de 5 mil unidades, com representatividade de 21% dos estabelecimentos.

Em termos de área, as unidades de agricultura familiar possuem cerca de 304 mil hectares, cerca de 28% do espaço total, já as não familiares ocupam cerca de 72% da área territorial. Portanto, a agricultura familiar apresenta mais unidades, mas elas ocupam um espaço menor, implicando que elas sejam pequenas propriedades. Por outro lado, os estabelecimentos não familiares têm um espaço maior, implicando que sejam grandes propriedades.

Em comparação com o Paraná temos números semelhantes, no qual cerca de 75% dos estabelecimentos são de agricultura familiar com total de 228 mil unidades, com uma área de 28% que são 3,5 milhões de hectares. Os estabelecimentos de agricultura não familiar apresentam os valores de 25% do total, cerca de 76 mil unidades, mas com a área de 76% do espaço territorial com valor de 11 milhões de hectares.

Então, o município com maior número de unidades familiares em 2017 é Rio Bonito do Iguçu com 2.791 unidades, a representatividade é de 96% do total de estabelecimentos agropecuários, sua área é de 35 mil hectares representando 79% de sua área total. O município de Ibema tem o menor número com 270 unidades que são 68% do total, com uma área de 3 mil hectares que representam 21% da sua área.

Nos estabelecimentos de agricultura não familiares o município de Pinhão tem o maior número de unidades 794 que representam 28% e com uma área de 97 mil hectares que são 72% do espaço territorial. O município de Virmond tem o menor número com 73 unidades cerca de 14% do total, com uma área de 10 mil hectares que demonstram cerca de 54% da área.

A tabela 14 aborda traz informações sobre os assentamentos presentes nesta região até o ano de 2021, seu objetivo é entender a distribuição de terras.

Municípios	Número de Projetos Assentamentos	Área (ha)	Números de Famílias
Campo Bonito	2	3.405	89
Candói	6	4.165	254
Cantagalo	4	5.054	193
Catanduvas	1	1.401	44
Diamante do Sul	0	0	0
Espigão Alto do Iguaçu	1	403	23
Foz do Jordão	0	0	0
Goioxim	11	8.393	281
Guaraniaçu	0	0	0
Ibema	0	0	0
Laranjeiras do Sul	3	2.267	114
Marquinho	2	1.382	39
Nova Laranjeiras	3	3.437	217
Pinhão	5	5.966	201
Porto Barreiro	0	0	0
Quedas do Iguaçu	4	27.103	1.041
Reserva do Iguaçu	4	4.388	227
Rio Bonito do Iguaçu	3	27.983	1.516
Três Barras do Paraná	3	2.190	74
Virmond	0	0	0
Total do Território	52	97.542	4.313

Tabela 14 - Assentamentos, por município, do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2021

Fonte: INCRA (2021)

A partir da tabela 14, os resultados apontam sobre os projetos de assentamentos que já foram implantados até o ano de 2021 no Território, bem como a área ocupada e o número efetivo de famílias presentes nesses locais. Há um total de 52 projetos até o ano de 2021, ocupando uma área de 97,5 mil hectares e com um total de 4.313 famílias que moram nestes locais. O município de Goioxim apresenta o maior número de projetos, Rio Bonito do Iguaçu apresenta a maior área destinada a assentamentos e o maior número de famílias residentes deste espaço. Os municípios de Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Porto Barreiro e Virmond não apresentaram nenhum projeto de assentamento até o ano de 2021.

Esses dados representam como está caminhando a distribuição de terra neste Território, se comparamos com os estabelecimentos agropecuários notamos que o espaço territorial usado é destinado para as propriedades não familiares, logo, os estabelecimentos de agricultura familiar e projetos de assentamentos ocupam uma parcela pequena das terras, mostram que a concentração fundiária está presente neste conjunto de municípios.

A tabela 15 podemos observar as Terras indígenas presentes no Território até o ano de 2014, com informações sobre os diferentes povos presentes neste espaço.

Terra Indígena	Área (ha)	População	Localização	Etnia
Rio das Cobras	19.095,20	3.250	Espigão Alto do Iguaçu/Nova Laranjeiras	Kaingang/ Guarani
Boa Vista	7.397,11	196	Laranjeiras do Sul	Kaingang

Tabela 15 - Terras Indígenas no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2014

Fonte: Terras Indígenas no Brasil (2014)

A Tabela 15 apresenta resultados sobre as Terras Indígenas no Território, presentes até o ano de 2014. Conforme os resultados são duas demarcações, sendo a primeira o Terra Indígena Rio das Cobras localizada nos municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras, e que ocupa uma área de 19 mil hectares com uma população de 3.250 habitantes em 2014, sendo composta pelas etnias Kaingang e Guarani. A segunda demarcação é da Terra Indígena do Boa Vista, localizada no município de Laranjeiras do Sul, ocupando uma área de aproximadamente 7,3 mil hectares e uma população de 196 habitantes em 2014, sendo da etnia Kaingang.

Na continuidade, no gráfico 2 constam informações a respeito da criação de animais presentes no Território para os anos de 2017 e 2019, iniciando as informações a respeito da produção agropecuária presente nesta seção.

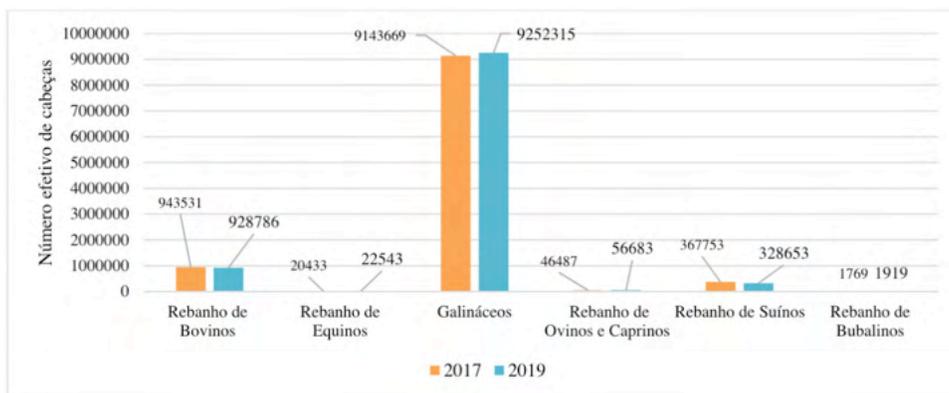


Gráfico 2 - Número efetivos de animais, por cabeça, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

Fonte: IPARDES (2021)

O gráfico 2 procura representar quais os efetivos animais presentes no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para os anos de 2017 e 2019, o primeiro representado pela

cor laranja e o segundo pela cor azul na representação gráfica. Desse modo, o efetivo, por cabeça, com maior representatividade para os dois anos é de galináceos, com os respectivos valores sendo de aproximadamente 9 milhões de cabeças, elas correspondem a criação de aves. O segundo efetivo de maior valor é de bovinos com cerca de 900 mil cabeças para o período abordado, enquanto, o terceiro é o rebanho de suínos com cerca de 300 mil cabeças para os dois anos.

O município que concentra a maior parte da criação de galináceos é Guaraniaçu, o qual para ambos os anos apresenta um número de efetivos de aproximadamente 1,6 milhão de aves, já quem menos produziu foi Virmond com cerca 8 mil aves para esses anos. Na produção de bovinos quem mais se destaca é o município de Guaraniaçu com 125 mil cabeças em 2017 e 130 mil cabeças em 2019, enquanto quem teve o menor número de cabeças foi o Foz do Jordão com aproximadamente 6 mil cabeças para os dois períodos.

Nos rebanhos de suínos a localidade com maior produção é Três Barras do Paraná, para ambos os anos, com os valores de 60 mil cabeças para o ano de 2017 e 66.204 cabeças para o ano de 2019. Já a menor produção fica com municípios de Foz de Jordão em 2017 com 700 cabeças e no segundo ano é Ibema com 502 cabeças. Quanto ao Rebanho de Ovinos e Caprinos a maior criação fica concentrada em Pinhão com 8 mil cabeças para os dois anos, já menor fica localizada em Ibema no ano de 2017 com 454 cabeças e em Espigão Alto do Iguçu no ano de 2019 com 540 cabeças.

Os rebanhos de equinos têm concentração de produção em Pinhão com cerca de 3 mil cabeças para os dois anos e a menor produção em Foz do Jordão com 190 cabeças para o primeiro ano e 225 no segundo ano. Logo, os rebanhos de bubalinos não são criados em todos os municípios do Território, então, quem concentra a maior efetivo é Pinhão com efetivos 720 cabeças em 2017 e 850 cabeças em 2019.

A partir do gráfico 3 são apresentadas informações sobre a as culturas agrícolas presentes no território.

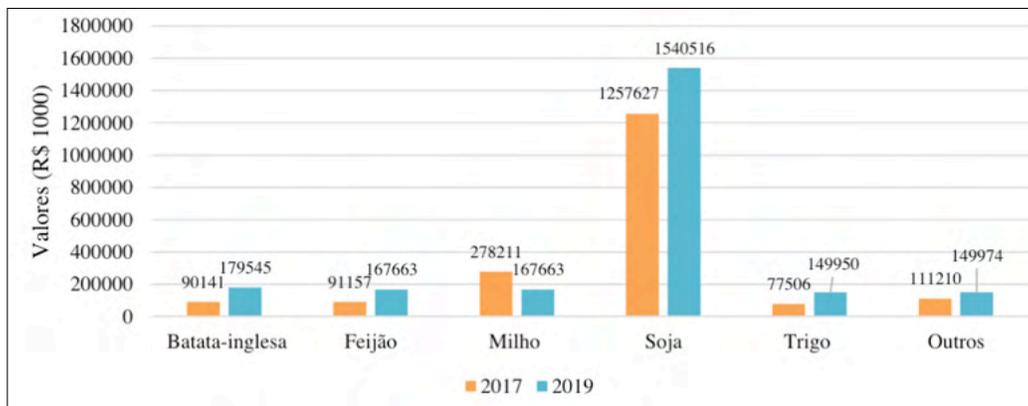


Gráfico 3 - Culturas agrícolas produzidas, em valores comercializados, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

[1] Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: IPARDES (2021)

Em relação às culturas foram consideradas as cinco com valor mais significativa para o Território para os anos de 2017 e 2019. Portanto, a cultura com maior valor é da soja com cerca de R\$ 1,2 bilhões movimentados em 2017 e 1,5 bilhões em 2019, um crescimento de 300 milhões no intervalo de dois anos. Enquanto a segunda cultura é o milho com cerca de R\$ 278 milhões em 2017, mas com uma redução em 2019 com cerca de R\$ 167 milhões. A terceira cultura batata-inglesa com cerca de R\$ 90 milhões em 2017 e R\$ 179 milhões em 2019, um aumento de produção em relação a esses anos. Portanto, em relação aos dois anos a cultura com maior dissonância é da soja, pois tem valores que superam a casa dos bilhões.

Seguindo a ordem de culturas com maior valor de produção, o município com maior valor produtivo de soja é Candói com cerca de R\$ 217 milhões em 2017 e R\$ 202 milhões em 2019. O menor produtor foi Diamante do Sul com R\$ 6,7 milhões no ano de 2017 e R\$ 6,7 milhões no ano de 2019. Na produção de milho teve como maior produtor Candói em 2017 com R\$ 61 milhões e Pinhão com R\$ 46 milhões em 2019, os menores produtores de milho para os respectivos anos, foram Diamante do Sul com R\$ 1,8 milhões e Marquinho com R\$ 3,5 milhões.

Na cultura de feijão, o maior produtor foi o município de Candói em 2017 com R\$ 15 milhões e o menor foi Diamante do Sul com R\$ 750 mil. Em 2019 o maior produtor foi Rio Bonito do Iguazu com R\$ 17 milhões e a menor produção de feijão fica com Marquinho com R\$ 1,2 milhão. A produção de batata-inglesa não é cultivada em todos os municípios do Território, então, o maior produtor é o município de Pinhão com R\$ 61 milhões para o período inicial e R\$ 106 milhões para o período final. Desse modo, a produção de trigo fica concentrada no município de Catanduvas com cerca de 13,5 milhões em 2017 e 17,3

milhões em 2019 e para os respectivos anos quem menos produziu foi Virmond com R\$ 434 mil no primeiro ano e Diamante do Sul no segundo ano com o valor de R\$ 1,8 milhões.

Assim, o gráfico 4 apresenta dados sobre os produtos de origem animal do território.

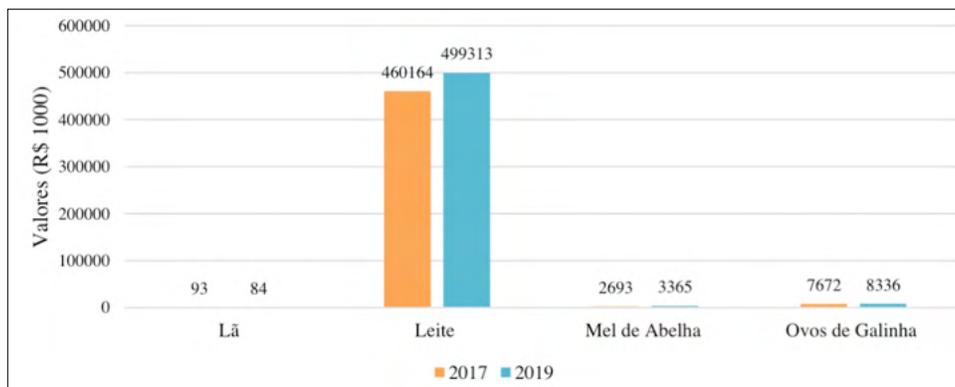


Gráfico 4 - Produtos de origem animal, em valores comercializados, do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

[1] Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: IPARDES (2021)

Nos produtos de origem animal, o Leite possui os valores mais significativos para os dois anos abordados, conforme o gráfico 4, estes valores foram de R\$460 milhões em 2017 e de R\$ 499 milhões em 2019 com aumento de aproximadamente 30 milhões nesse período. O segundo produto com maior representatividade em valores equivale aos ovos de galinha que movimentaram os valores para os respectivos anos de R\$ 7 milhões a R\$ 8 milhões, logo, o produto de origem animais com maior predominância no Território é o leite.

Na análise dos municípios, aquele que tem a maior produção leiteira é Rio Bonito do Iguaçu com cerca de R\$ 64 milhões no ano de 2017 e R\$ 67 milhões no ano de 2019 e quem apresenta a menor produção é o município de Diamante do Sul com o valor produtivo de 3 milhões para o primeiro ano e 3,5 milhões no segundo ano. Na produção de ovos de galinha quem possui a maior produção é Quedas do Iguaçu, com valores de R\$ 1,9 milhão em 2017 e R\$ 3,9 milhões em 2019, o menor produtor foi Foz do Jordão que nos respectivos anos teve uma produção de R\$ 27 mil em ovos.

O maior produtor de mel foi Nova Laranjeiras com R\$ 1 milhão em 2017 e R\$ 1,1 em 2019. Quem menos produziu mel no Território foi Catanduvas com R\$ 16 mil no primeiro ano e R\$ 14 mil no último ano. A produção de Lã não é realizada por todos os municípios do Território, assim, o maior produtor é Pinhão com cerca de R\$ 22 mil em 2017 e R\$ 19 mil em 2019.

O gráfico 5 aborda informações a respeito da silvicultura no território.

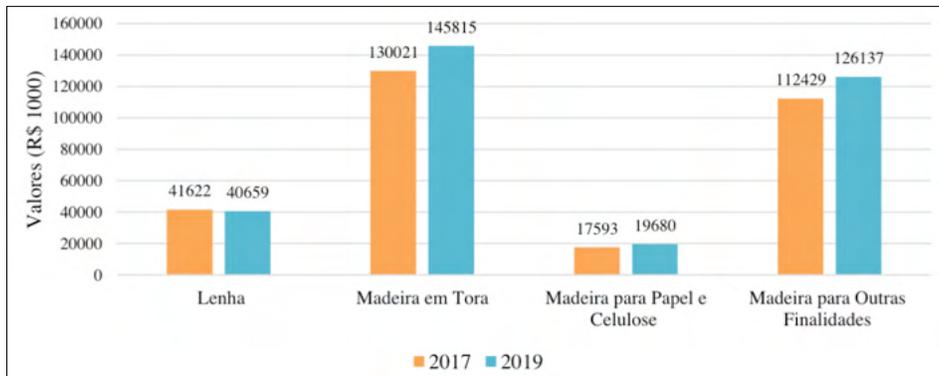


Gráfico 5 - Silvicultura, em valores comercializados, do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017 e 2019

⁽¹⁾ Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: IPARDES (2021)

O gráfico 5 a silvicultura no Território em termos de representatividade se resume em extrair madeira em tora com os valores de R\$ 130 milhões em 2017 e 145 milhões para o ano 2019. A segunda atividade é a extração de madeira para outras finalidades com valores para os respectivos anos de R\$ 112 milhões e R\$ 126 milhões, sendo que ambas as atividades demonstram um acréscimo significativo de um período para o outro. Logo, a terceira finalidade para a silvicultura é para lenha com valores de R\$ 41 milhões para o primeiro ano e R\$ 40 milhões para o segundo ano. A última atividade também demonstrou valores significativos, sendo a madeira com a finalidade de fazer papel, ela apresentou valores de R\$ 17 milhões para 2017 e em 2019 movimentou cerca de R\$ 19 milhões.

Dessas finalidades dadas a madeira os valores com maior participação na produção paranaense é da lenha com um valor de representatividade na produção estadual de cerca de 6% em 2017, no ano de 2019 ele apresenta um aumento de um ponto percentual com os valores de 7%. A madeira para outras finalidades também possui valores significativos com cerca de 6% para o primeiro ano e 7% para o segundo ano. As duas finalidades para silvicultura têm certo nível de representação para o Paraná, podendo representar um potencial para o Território.

O município com maior produção de lenha em 2017 é Quedas do Iguaçu com valor produtivo de R\$ 7 milhões, enquanto a menor produção fica com Foz do Jordão com o valor de R\$ 76 mil. Em 2019, o maior produtor ainda é Quedas do Iguaçu com cerca de R\$ 5,5 milhões, a localidade com menor produção de lenha é Três Barras do Paraná com cerca de R\$ 285 mil.

Na produção de madeira em tora para o ano de 2017, o município quem mais produziu foi Rio Bonito do Iguaçu com valores de R\$ 34 milhões e menor produtor foi o

município de Marquinho com R\$ 79 mil. Já para o ano de 2019, quem mais produz é ainda é Rio Bonito do Iguaçu com R\$ 28 milhões, enquanto o menor produtor foi o município de Marquinho com cerca de R\$ 81 mil.

Na produção de madeira para celulose quem retem os maiores valores é Campo Bonito com cerca de 5 milhões para os dois anos, enquanto os municípios de Espigão Alto do Iguaçu Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond não destinam madeira para essa finalidade. A produção de madeira para outras finalidades é Rio Bonito do Iguaçu com cerca de R\$ 34 milhões em 2017 e R\$ 28 milhões em 2019, para os respectivos anos, mas com menor produção é Marquinho com cerca de R\$ 79 milhões e R\$ 81 milhões.

A próxima seção retrata os aspectos da gestão pública, com a finalidade de observar as condições do meio público, para este possa potencializar o desenvolvimento socioeconômico desta região.

ASPECTOS DA GESTÃO PÚBLICA

A presente subseção retrata sobre os aspectos da gestão pública do território, apresentando informações sobre a receitas e despesas municipais, o superavit/déficit municipal e o índice Firjan de Gestão Pública. A ideia é trazer informações sobre as condições do meio público para que este possa ser um meio e ator para o desenvolvimento deste espaço que até aqui se mostra predominantemente rural. O gráfico 6 apresenta os dados sobre as receitas e despesas municipais da região.

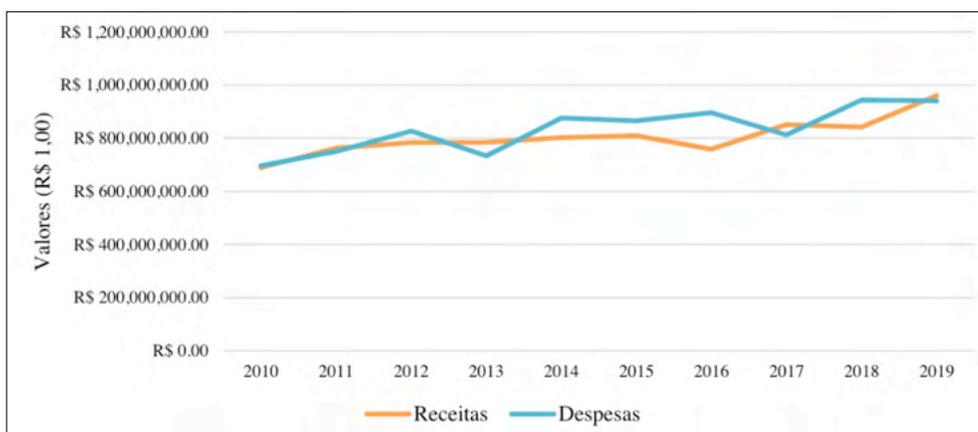


Gráfico 6 - Receitas e despesas municipais do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2010 a 2019

[1] Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: IPARDES (2021)

O gráfico 6 representa as receitas e despesas municipais ao longo de dez anos, iniciando pelo período de 2010 até o ano de 2019 para o território. Em uma análise visual e inicial percebemos que tanto os gastos quanto a arrecadação dos municípios têm um caráter de aumento ao longo desses anos. De maneira geral as despesas tendem a ser maiores do que a arrecadação em uma visualização inicial, iniciando nos valores R\$ 700 milhões e ultrapassando a casa dos R\$ 900 milhões de reais. Nos anos de 2014 a 2016, observamos que as receitas do território são menores que a despesas, o que significa os municípios apresentam um nível de despesas maior do que a sua arrecadação.

Os municípios com maior receita tomando como base o ano de 2017 foram Pinhão R\$ 100 milhões, Laranjeiras do Sul com R\$ 87 milhões e Quedas do Iguaçu com R\$ 77 milhões. Estes três municípios também apresentam os maiores montantes de despesas se, mas com respectivos valores de R\$ 86 milhões, R\$ 75 milhões e R\$ 66 milhões.

Por outro lado, os municípios com a menor arrecadação, bem como a menores despesas são Diamante do Sul com R\$ 16 milhões de receita e R\$ 14 milhões de despesas, Ibema com R\$ 19 milhões em receita e R\$ 17 milhões em despesas, e por fim Espigão Alto do Iguaçu com R\$ 20 milhões em receita e R\$ 17 milhões em despesas.

O gráfico 7 apresenta as informações sobre o superávit e déficit do território.

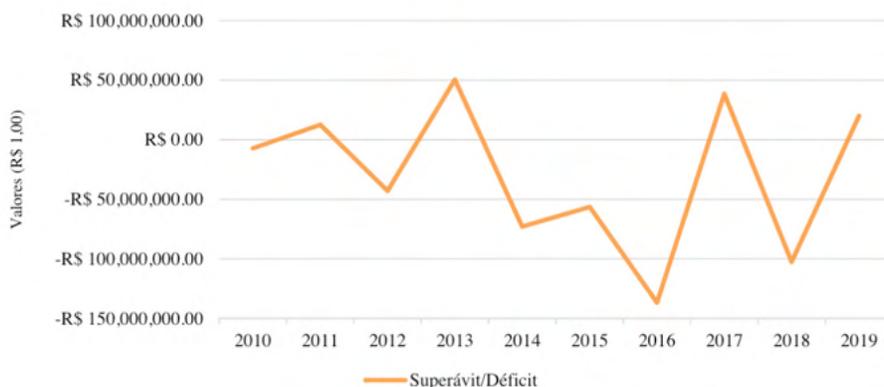


Gráfico 7 - Superávit e déficit do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2010 a 2019

[1] Valores atualizados com INPC até dez/2020

Fonte: IPARDES (2021)

No gráfico 7, apresenta superavit ou déficit primário para os anos de 2010 a 2019, ou seja, considerando apenas as receitas e despesa brutas. Assim, aqui podemos notar que na maior parte maior parte dos anos o território apresentou déficit primário, ou seja nos anos de 2010, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2018, com maior valor do déficit em 2016 com cerca de R\$ 140 milhões.

Enquanto os superávits do território foram nos anos de 2011, 2013, 2017 e 2019,

assim, o valor de pico está na casa de R\$ 50 milhões no ano de 2013 e então, em geral, como observamos no gráfico 7 sobre as receitas e despesas em que na maior parte dos anos os municípios demonstram gastar mais do que sua arrecadação, resultando em déficits consecutivos e predominantes ao longo de 10 anos.

Observando os resultados sobre superávit ou déficit, por municípios, aqueles que apresentaram maior valores ao longo dos anos, seguindo a lógica de maior déficit e maior superavit foram, em 2017, Pinhão com superávit de R\$ 64 milhões, já o maior déficit foi de Candói com R\$ 56 milhões. No ano de 2019 temos Rio Bonito do Iguaçu com R\$ 22 milhões de superávit e Virmond com R\$ 28 milhões de déficit.

A tabela 16 retrata as informações a respeito do índice FIRJAN de gestão fiscal do território, trazendo informações sobre 2017 e 2018, este último ano foi escolhido por ser o ano mais recente com dados disponíveis.

Municípios	Índice Firjan de Gestão Fiscal	
	2017	2018
Campo Bonito	0,5340	0,6409
Candói	0,6766	0,8324
Cantagalo	0,5142	0,5064
Catanduvas	0,7615	0,7615
Diamante do Sul	0,4513	0,5363
Espigão Alto do Iguaçu	0,3311	0,6019
Foz do Jordão	0,2732	0,4314
Goioxim	0,6825	0,6814
Guaraniaçu	0,6474	0,8799
Ibema	0,6175	0,6258
Laranjeiras do Sul	0,6032	0,6449
Marquinho	0,5230	0,5247
Nova Laranjeiras	0,6891	0,7333
Pinhão	0,4902	0,5186
Porto Barreiro	0,4728	0,4022
Quedas do Iguaçu	0,5793	0,7077
Reserva do Iguaçu	0,5048	0,4214
Rio Bonito do Iguaçu	0,6216	0,7259
Três Barras do Paraná	0,6206	0,5599
Virmond	0,3867	0,6279
Média do Território	0,5490	0,6182
Desvio-Padrão	0,1200	0,1300
Média do Paraná	0,5495	0,6288

Tabela 16- Índice FIRJAN de gestão fiscal do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, por município 2017 e 2018

Fonte: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2021)

O índice FIRJAN que mede o nível de gestão fiscal para uso de recursos públicos a nível municipal, segundo com a Tabela 16, temos esses valores para os anos de 2017 e 2018, no qual quanto maior o índice melhor a gestão e quanto menor o valor pior é a gestão. Seguindo a lógica de que as escalas de valores superiores a 0,8000 são consideradas excelência de gestão, enquanto uma boa gestão estaria nos valores de 0,6000 a 0,8000, já uma gestão com dificuldade apresenta os valores de 0,4000 a 0,6000 e por fim uma gestão crítica possui os valores de 0,4000.

A média do Território está em 0,5490, isso significa que de modo geral o território apresenta uma gestão pública dos recursos com dificuldade em 2017, o seu desvio-padrão com 0,1200 significa que os valores de cada municípios estão mais próximos a esse valor médio, então sua distribuição pode ser considerada igualitária e se comparado a média estadual demonstram estar abaixo, pois o estado apresentou o valor de 0,5495, uma pequena diferença.

No ano de 2018, o índice chega aos valores 0,6182, sendo possível observar uma melhora, em que o Território apresenta uma boa gestão. O desvio-padrão é de 0,1300, com ele existe uma distribuição igualitária dos valores de cada município, pois eles estão mais próximos do valor central, mas um leve aumento em relação ao ano anterior, o que significa um aumento de dissonância entre as unidades municipais, mas ainda o valor médio está abaixo da média estadual que é de 0,6288 para este ano.

As localidades que apresentam os maiores valores nos anos de 2017 e 2018 do índice Firjan para gestão fiscal é Nova Laranjeiras com 0,6891 apresentando uma boa gestão no primeiro ano, no ano seguinte é Guaraniaçu quem apresenta o maior valor com 0,8799 com ótima gestão, superando tanto a média do Território quanto a do Paraná. Enquanto, os municípios com menor valor para os respectivos anos são Foz do Jordão com 0,2732, classificado com uma gestão crítica e Porto Barreiro com 0,4022, classificado com uma gestão em dificuldade.

A partir de Keynes (1983) pode-se afirmar que a ação do Estado pode acontecer de duas maneiras, ou seja, por meio de políticas fiscais e/ou monetárias. O ponto abordado nesta subseção se refere aos gastos em uma esfera municipal, ou seja, uma política fiscal. O território em questão apresenta na maior parte do tempo déficit nas contas públicas, isso implica duas situações a de que os municípios não geram receita própria o suficiente para sustentar as atividades ou existe uma demasiada dependência dos municípios para com o poder público, o que justifica dado a situação de pobreza de muitos municípios.

Neste sentido, o índice Firjan de Gestão Fiscal contribui para saber se há uso correto destes recursos, no geral, no ano de 2017, a situação era de que não existia uma eficiência para o uso do dinheiro público, isso dificulta o desenvolvimento de atividades que gerem renda e bem-estar para população. No ano de 2018, a situação da gestão dos recursos melhora, mas ainda permanece longe do ideal e do média estadual, considerando que os

municípios fazem parte do Paraná e por assim interferem neste valor médio.

LIMITES E POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Este subcapítulo tem como objetivo abordar sobre os limites e potencialidades que observamos através com base nos dados. Considerando que o crescimento da população pode contribuir no crescimento econômico, no qual, existe a possibilidade de aumentar a quantidade de trabalhadores, mas mantendo constantes, o capital e terra, o que gera um crescimento em taxas decrescentes (BRUE; GRANT, 2017). A população do território apresenta estimativas de ter um crescimento se comparado ao seu ano censitário, ao menos nos anos de 2010, 2017 e 2019, existe um potencial para o desenvolvimento socioeconômico.

O território possui uma taxa de pobreza elevada, apesar de seu desenvolvimento municipal em média estar próximo a média paranaense. Enquanto o índice de Gini demonstra uma concentração de renda, então, denotamos que a renda média do território pode ser influenciada por indivíduos que concentram altas rendas, ocasionado uma perda de representatividade da medida de centro. Logo, a pobreza e a concentração de renda se mostram um limite para o desenvolvimento do território e conseqüentemente uma melhora no IHD-M.

A respeito dos aspectos da educação, fator fundamental para o desenvolvimento social, os dados demonstram que no território, os resultados se mostram abaixo dos valores do estado. Assim, existe uma limitação ao desenvolvimento, pois a educação é importante para a melhoria no bem-estar e condições da população. Neste sentido, a UFFS tem um papel especial fornecendo educação de qualidade e presencial para a população da região.

A saúde apresenta indicadores que mostram a concentração de leitos, profissionais em alguns municípios. Já o território ainda tem um número relativo de nascimentos superior ao de mortes, isso é um ponto positivo, pois ainda nascem mais pessoas do que morrem, então a população jovem reserva um potencial quanto ao futuro.

O acesso da população à água potável ocorre para grande parte da população, ainda que não atenda todos os domicílios urbanos. Em contraponto, o acesso ao esgoto se mostra preocupante, pois além de estar abaixo da média estadual, apenas pouco municípios apresentam taxas de esgoto acima da média.

Nas atividades indústrias se pode notar a presença da produção de alimentos, da madeira e mobiliário, pois ambas geram um valor alto de renda e emprego. A indústria mantém os valores com maior participação no PIB do território. Em relação à renda per capita, ela se mostra superior aos R\$ 30 mil a partir de 2019, nas ainda está bem abaixo do Paraná, porém cabe destacar que esta é uma variável média e ela pode estar concentrada.

Marx (2015), menciona que o crescimento econômico capitalista acontece com um aumento do desemprego e com crescimento da concentração da riqueza e renda. Deste modo, os valores do índice de GINI, demonstram que há uma concentração de renda e riqueza, mesmo que haja um crescimento econômico do território ao longo dos anos.

Aqui fazemos um paralelo com a consolidação do Processo de Substituição de Importações (PSI) e o desenvolvimento de uma classe média de trabalhadores assalariados (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2012). O território apresenta resultados como a participação da indústria dado um passado de investimentos neste setor, mas com uma perda de espaço para outros dois setores. Em relação à renda per capita, notamos que o território apresenta valores para a renda próximos ao do estado, por assim apresentando uma formação de uma classe de trabalhadores que tem acesso a renda através do trabalho.

Dentre os cinco tipos de indústria citados com maior representatividade, destacamos duas: a de alimentos e da madeira e mobiliário, pois elas têm um nível de expansão expressiva de um ano em relação ao outro e podem demonstrar um potencial para a região. Outros resultados dos planejamentos realizados para estimular o crescimento econômico brasileiro, temos o desenvolvimento da indústria automobilística, têxtil, alimentos e de comunicação (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2012). Pode se considerar que o país ainda desenvolve essas atividades a nível regional dado a fatos passados.

Assim se destaca que o conjunto destes municípios em suas variáveis econômicas tem por predominância as atividades ligadas ao meio rural, pois as culturas predominantes são a soja, milho e feijão, bem como principal produto é o leite. Ao relacionarmos com as liberdades de Sen (2010) notamos que na população deste território ainda faltam facilidades econômicas que lhe são restringidas em virtude do acesso desigual. E apesar de resultados próximos aos do Estado, em termos do índice de desenvolvimento, ainda está relativamente longe de um desenvolvimento com plenas liberdades.

Kalecki (1977) fala que quanto maiores são os salários, maior será a demanda, mas isso também pode gerar inflação, pois eles estão relacionados aos custos de produção. Deste modo, observamos potenciais para a geração de riquezas do Território através da indústria alimentícia, madeira e têxtil, pois existem uma quantidade relativa de estabelecimentos maior e eles apresentam um potencial de geração de empregos. Mas também se aponta uma limitação relacionada à diversificação produtiva, em que a maior parte dos municípios não tem diversidade quando à produção industrial, o que faz com que não aproveitem todos os potenciais de desenvolvimento disponíveis a eles.

Em relação aos assentamentos e indígenas apontamos uma característica em que tem a participação destes atores na dinâmica social e econômica neste local, significa que existe possibilidades para novos caminhos ligando populações diferentes. Logo, ainda que a distribuição de terras esteja concentrada, a presença destes atores sociais, demonstram que o espaço ainda pode sofrer alterações que sejam positivas para uma distribuição

igualitária de terras.

Dada a representatividade dos estabelecimentos agropecuários podemos considerar que esta região é um espaço predominantemente rural, no qual, a maior parte de sua população está presente no meio rural e exercem atividades relacionadas a este meio. Deste modo se destaca um limite que a flutuação do crescimento econômico de curto prazo, ainda existe rentabilidade das atividades exercidas no campo, em um curto espaço de tempo o crescimento econômico é menor do que atividades realizadas no meio urbano (MESQUITA; FERREIRA, 2016)

A produção de soja tem um alta representatividade, a produção de leite, de madeira e criação de aves. Portanto, existe um potencial de desenvolvimento rural através da diversificação e que faz uso da diversidade presente no território, mas existe um limite que é a alta especialização, em especial em atividades que fazem uso de escala produtiva, pois o espaço territorial é distribuído de maneira desigual. Ou seja, há concentração de terras nas mãos de pequeno percentual de produtores, o que é confirmado pela área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários.

Schneider (2010) fala sobre a diversidade nos modos de vida e uma diversificação nas atividades, essa região demonstra ter uma diversidade nos modos de vidas por estarem presentes assentamentos, estabelecimento de agricultura familiar e as terras indígenas. Mas apresenta uma tendência à especialização agrícola de suas atividades, ainda existem várias culturas produzidas neste espaço e atividades indústrias, assim pode abrir espaço para desenvolvimento através da diversificação.

Em relação a gestão pública ela apresenta sinais de pouca eficácia, implicando um limite para desenvolvimento desta região, mesmo que haja a aplicação de recursos públicos nestes municípios. Deste modo, há necessidade de melhorar o uso dos recursos públicos para estes sejam usados em prol do desenvolvimento do território.

Portanto, a partir dos resultados observados nesta pesquisa constata-se que apesar de haver potencialidades na região, há um caminho a ser trilhado em termos de planejamento para que se possa melhorar as condições socioeconômicas e diminuir as desigualdades intra e inter regionais observadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi verificar como se encontram as condições socioeconômicas do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Para isso se basearam em um conjunto de variáveis com um enfoque em duas dimensões, a social e econômica. Assim a tentativa da pesquisa foi responder essa pergunta a partir da ferramenta do Diagnóstico Socioeconômico Regional.

Quanto ao cumprir os objetivos específicos, com a construção do referencial se estabeleceu relações teóricas entre Diagnósticos, Planejamento e o Desenvolvimento. Ao trazer e analisar os dados a respeito da educação, saúde, geração de renda emprego, aspectos rurais e agropecuários, bem como dados sobre a gestão pública, identificamos e apresentamos dados socioeconômicos sobre o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. A partir dos resultados e análises dos dados se apontou os limites e potencialidades para o desenvolvimento.

Este instrumento procurar captar as informações sobre a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental, tendo como finalidade caracterizar determinada região, entretanto, pode-se realizar recortes em apenas algumas dimensões (MEREGE, 2011). Logo, considera que ao trazer informações sobre a duas dimensões estamos contribuindo para a construção de um perfil deste Território.

Então, na dimensão social se considera que os indicadores de maneira geral se mostram abaixo do estado do Paraná. A educação básica fica mais próxima dos indicadores estaduais, enquanto a educação superior apresenta indicadores abaixo da média no ensino superior, sendo que os resultados da educação presencial são melhores se comparados à educação superior a distância que também se mostrou estar em expansão nos municípios.

O acesso à saúde pode ser um limite para o desenvolvimento do Território, pois os dados apresentaram os desvio-padrões altos, então, predomina um acesso desigual da população aos serviços básicos de saúde, impactando nas condições de vida da população. Assim, existem municípios com melhor acesso a saúde e saneamento, mas outros que tem pouco ou nenhum acesso e passam a depender de outros locais para ter acesso a saúde.

A geração de riquezas do Território acontece através da indústria alimentícia, madeira e têxtil, entretanto existe um limite relacionado à diversificação produtiva, a maior parte dos municípios não possui elevada diversidade de produção industrial. Mas destacamos a importância da presença desde estabelecimentos industriais para o desenvolvimento socioeconômico deste Território, sendo um fator potencial para geração de empregos que melhorem a renda per capita da população.

Neste espaço estudado se atestou uma aparente diversidade nos modos de vida e uma diversificação nas atividades. A justificativa seria a presença de assentamentos, estabelecimento de agricultura familiar e as terras indígenas. Mas existe uma tendência

à especialização agrícola de suas atividades, o que pode gerar um entrave para o desenvolvimento social, ainda que existem várias culturas sendo produzidas.

Destaca-se a produção de soja, a produção de leite, de madeira e criação de aves, que possuem uma maior representação em geração de renda. Mas ainda que haja uma tendência à especialização, há um potencial de desenvolvimento rural por meio da diversificação e que faça uso da diversidade presente no território.

A ação do Estado através de gastos e investimento, mas em escala municipal, ou seja, uma política fiscal, se caracteriza na maior parte do período abordado com déficit nas contas públicas. Isso implica duas situações: o limite na geração de recursos pelos próprios municípios para sustentar as atividades ou uma demasiada dependência dos municípios para com o poder público estadual e federal, justificada pela condição de pobreza de muitos municípios.

A respeito do índice Firjan de Gestão Fiscal, ele contribui na verificação do uso correto dos recursos públicos, sendo observado que no ano de 2017 muitos municípios estavam em condições em que não existia uma eficiência para o uso do dinheiro público. Isso limita o desenvolvimento de atividades que gerem renda e bem-estar para população, mas em 2018 a gestão dos recursos evolui positivamente, mesmo permanecendo distante do ideal e da média estadual.

Uma gestão ruim dos recursos públicos demonstra um limite para o desenvolvimento socioeconômico, mas como ainda se aplicam recursos públicos, existe um futuro potencial, com espaço para melhora. Considerando um cenário em que o índice estivesse com resultados ótimos e acima do média estatual, entretanto, existem taxas de pobreza elevada, em conjunto com concentração de renda e terra, isto poderia implicar um limite o desenvolvimento da região.

Portanto, este Território apresenta inúmeras possibilidades, sendo apontadas algumas, também há problemas a serem solucionados, mas é necessário entendê-los com melhor e com maior profundidade, o que pode ser feito a partir de novas pesquisas com dados primários. Assim, esta pesquisa tem sua importância na medida em que buscou observar pontos que podem ser a partida para novas pesquisas, bem como fornecer bases para um planejamento regional que extraia planos para potencializar as forças existentes e resolver entraves ou limites observados.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. **Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento**: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. 2010. 302 p. (Tese de Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/456/1/Sergio.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2020.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Planejamento no Brasil: memória histórica. In: GIACOMONI, James (Org.); PAGNUSSAT, José Luiz (Org.) **Coletânea planejamento e orçamento governamental**: a experiência brasileira em planejamento econômico - uma síntese histórica. v. 1. Brasília: Editora ENAP, 2007. p. 193-228. Disponível: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/807/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20A%20experi%C3%A2ncia%20brasileira%20em%20planejamento%20econ%C3%B4mico.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ARCHELA, Rosely Sampaio. THÉRY, Hervé. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Revista Confins**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-21, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.3483>>. Acesso em 29 ago. 2020.

BACEN. Estatística Bancária Mensal por município. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticabancariamunicipios>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Revista do Niep Marx**, São Paulo, v.3 n. 3, 2014. Disponível em: < <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/68/69>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. Constituição (1998). § 1º do Art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art165%C2%A71>. Acesso em 9 de jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2019. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6%20Calizaya>>. Acesso em: 10 jul. 2020

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRUE, Stanley L; GRANT, Randy R. **História do pensamento econômico**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. Tradução Noveritis do Brasil. 608 p.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. 1. ed. Jundiaí: Editora Paco, 2018. 156 p.

CONDETEC. **Território Cantuquiriguaçu Paraná**: diagnóstico socioeconômico. Curitiba: Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, 2004. Disponível em: < http://www.ipar.br/arquivos/File/zip_pdf/cantuquiriguaçu.pdf >. Acesso em 17 abril. 2020.

DATASUS. **Informações sobre saúde**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 1 mar. 2021

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. Tradução de João Gama Neto. Porto Alegre: AMGH, 2013. 627 p.

EMBRAPA. **Territórios da Cidadania Territórios da Cidadania**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2008. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>>. Acesso em 11 maio de 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 960 p.

FONSECA, Jairo Simon da. MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRIEDMAN, John R. P. **Introdução ao planejamento regional**. 1 ed. Tradução de Mario Faustino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12013/51_000040805.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2020.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. 234 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>>. Acesso em 18 de abr. 2020

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; JUNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012. 651 p.

IBGE. **Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2021

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. **Índice FIRJAN Gestão Fiscal**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: 2 mar. 2021

INEP. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 3 mar. 2021

IPARDES. **Base de Dados do Estado**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/>>

territorio_cantuquiriguacu.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. **Revista Brasileira de Estatística Populacional**, Belo Horizonte, v. 35, n. 1, p. 1-10, set. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v35n1/0102-3098-rbepop-35-01-04-e0055.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2014. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145410/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Indicadores%20Socioeconomicos%20na%20Gestao%20Publica.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de ciência & tecnologia**, Brasília, v. 21, n.3, p. 379-408, set/dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>>. Acesso em 18 maio 2021.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaios sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. 1. ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1977. 197 p. Disponível em: <<http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Kaleki.pdf>>. Acesso em 29 mai. 2020

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. Tradução de Rolf Kuntz. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 333 p.

KEYNES, John Maynard. **Teorias alternativas da taxa de juros**. In: IPEA. **Clássicos de literatura econômica**: textos selecionados de macroeconomia. - 3. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. 169 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/livro_classicosdeLiteratura.pdf>. Acesso em 04 maio 2020.

KOIZUMI, Maria Sumie. Fundamentos metodológicos da pesquisa em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 33-47. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/reeusp/article/download/136541/132293>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

KON, Anita. Subsídios teóricos e metodológicos ao planejamento econômico público. **EAESP FGV Núcleo de pesquisas e publicações**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 1-153, 1997. Disponível em: <https://pesquisa-eaespg.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00172_1.pdf>. Acesso em 23 de jun. 2020.

KRUGMAN, Paul Robin. OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e política. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2011. 797 p.

KUHN, Daniela Dias. **Pesquisa e análise de dados**: problematizando o rural e a agricultura numa perspectiva científica. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad604.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2020.

LODDER, Celsius Antônio. Planejamento regional: o ponto de vista rural. Rio de Janeiro: **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 6, n. 4, p. 807-816, 1970. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6810/1/PPE_v6_n3_Planejamento.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MAESSO, Márcia Cristina. A Razão do Diagnóstico em Torno do Ideal Científico e a Ruptura Ética da Psicanálise. **Revista Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 433-439, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n4/v30n4a08.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São

Paulo: Atlas, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, livro 1, 2015. 751 p.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: salários, preço, lucro, o rendimento e suas fontes. Tradução de Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultura, 1982. 242 p.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento no Brasil após o II PND**. 2002. 203 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf> >. Acesso em: 10 de jul. 2020.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). **Planejamento e orçamento governamental**. 2 ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. 271 p. Disponível em: < <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/805/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20O%20plano%20como%20aposta.pdf> >. Acesso em 29 ago. 2020.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELLO E SOUZA, Nelson. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 25-41, 1984. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7151> >. Acesso em: 01 jul. 2020.

MEREGE, Rodrigo Cesar Cordova Bicudo. **Levantamento socioeconômico com foco no saneamento do Bairro Ilhota em Itapema, Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2011. 142 p. Disponível em: < http://www.alquimidia.org/neamb/arquivosSGC/DOWN_190755Diagnostico_socioeconomico_ILHOTA_21_05.pdf >. Acesso em: 05 jul. 2020.

MESQUITA, Amanda Pires de; FERREIRA, Willian Rodrigues. Município e o planejamento do território rural no Brasil. **Revista Geográfica da América Central**, Heredia, v. 1, p. 331-355, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/9385/11125>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MOURÃO, Paulo Reis. Contributo para o estudo econômico dos indicadores regionais. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, Angra do Heroísmo, v. 12, n. 4, p. 77-92, 2006. Disponível em: <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER12/art04_rper12.pdf>. Acesso em: 16 de jul. 2020.

NEVES, José Luís. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. 1996.

PASTORE, José. Teorias de desenvolvimento econômico: problemas metodológicos. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 7, n. 23, p. 25-48, 1967. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901967000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do Serviço Público**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 171-187, 2010. Disponível em: < <https://www1.tcm.go.gov.br/explorar/repositorio/ArtigoPPA1.pdf> >. Acesso em: 10 jul. 2020.

PIACENTI, Carlos Alberto et al. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. 200 p.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais Problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, jul. 1949. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cezar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013. 275 p. Disponível em: <[http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (org.). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. 20. ed. Nova York: Nações Unidas, 2010. 253 p. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

RATTNER, Henrique. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 21-27, jan. 1977. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v17n1/v17n1a02.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

RESENDE, Mendes Guilherme. et al. Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília, v. 11, n. 1, p. 29-35, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RICARDO, David. **Princípios da economia política e tributação**: com introdução de Pedro Sraffa. 1 ed. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

RODRIGUES, Sílvia Maués Santos; SOUZA, Airle Miranda de; SOUZA, Janari da Silva. Diagnóstico psiquiátrico: evolução histórica, conceitos e vicissitudes. **Biblioteca Virtual em Saúde**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 10-15, 2008. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2008/v22n3/a2284.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2020.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Introdução à administração**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014. 112 p. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/caderno.pdf>. Acesso em 20 de jul. 2020.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 1. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. p. 650.

SANTOS, Elinaldo et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional.: um conceito multidimensional. **Mafra: Desenvolvimento regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART_ElinaldoSantos_2012.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Rurais**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708/573>>. Acesso em 18 maio 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. ed. Tradução de Laura Teresa Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

304 p.

SILVA, José Graziano da Silva. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2002. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em 01 set. 2020.

SIT. **Caracterização do Território Cantuquiriguaçu, PR**. Sistemas de Informação Territorial, 2020. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4113304>>. Acesso em 17 mai. 2020.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. Os economistas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1996. 479 p.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: conceito e complexidade em mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012. Disponível: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. **Terra Indígena Rio das Cobras e Boa Vista**. Disponível em:<<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3844#demografia>>. Acesso em: 23 abr. 2021

THIELE, Purper Pércles. **Planejamento estratégico regional**: equidade ou competitividade? Uma análise dos Coredes Central e Jacuí-centro. 2016. 195 p. (Tese de Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1303>>. Acesso em 5 set. 2020.

VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; MANCIA, Joel Rolim. A importância e seriedade do pesquisador ao apontar as limitações do estudo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72, n. 4, p. 832-833, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672019000400832&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SOBRE OS AUTORES

PAULO HENRIQUE CAMELO SILOS - Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

JANETE STOFFEL É ECONOMISTA - Mestre em Desenvolvimento e doutora em Desenvolvimento Regional. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul no campus Laranjeiras do Sul/PR.

A publicação deste livro foi viabilizada pelos recursos acessados via aprovação do Projeto de Pesquisa PES 2020-0274, aprovado no edital nº 270/GR/UFS/2021

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PR



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PR



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

